

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O ABANDONO ESCOLAR EM 2 ESCOLAS ESTADUAIS DA CDE 05 DE MANAUS/AM

JUIZ DE FORA - MG

2017

ADRIANA BOH DOS SANTOS

O ABANDONO ESCOLAR EM 2 ESCOLAS ESTADUAIS DA CDE 05 DE MANAUS/AM

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Dr. Alexandre Chibebe Nicolella

JUIZ DE FORA/MG

2017

ADRIANA BOH DOS SANTOS

O ABANDONO ESCOLAR EM 2 ESCOLAS ESTADUAIS DA CDE 05 DE MANAUS/AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Orientador

Membro da banca

Membro da banca

Dedico este trabalho a todos que lutam incessantemente pela realização de seus sonhos. Em especial à minha família que me apoiou incondicionalmente. Ao meu esposo Claudio Gomes, meu suporte nesta caminhada. Às minhas filhas, Ane Caroline e Ana Clara, minha motivação para superação dos desafios da vida. Aos meus pais, Edmilson e Jacyrena que sempre me impulsionaram às minhas conquistas. Ao meu avô Pedro Boh (*in memoriam*) que com seu exemplo de força e persistência me ensinou a ser determinada e perseverante.

AGRADECIMENTOS

Conciliar o trabalho com os estudos, com os momentos em família e amigos, não foi fácil. Contudo, recebi apoio em toda caminhada. Portanto, agradeço:

A Deus, pela iluminação e força para superar os desafios.

A meus pais, Edmilson Matias e Jacyrena Boh pelo cuidado e incentivo aos meus estudos desde a minha infância. Ao meu irmão Eber Boh, pelo exemplo e apoio concedido em minha caminhada no Mestrado.

Ao meu esposo Claudio Gomes, pela compreensão, pelas renúncias, companheirismo e pelo amor incondicional que o manteve ao meu lado em todos os momentos. Às minhas filhas Ane Caroline e Ana Clara que me impulsionam a extrapolar os meus limites para alcançar o sucesso na vida pessoal, profissional e acadêmica.

Aos meus amigos, especialmente Marinete Castro, Aldenilse Araújo da Silva, Ana Patrícia Peinado e Luciana Sales, pelos conselhos e atenção na trajetória deste Mestrado.

À SEDUC/AM pela oportunidade de cursar o Mestrado. Aos técnicos e alunos que contribuíram para a realização da pesquisa. À equipe da GEPPAE, pelo auxílio no levantamento de dados, pela amizade que amenizou a tensão nos momentos de desespero.

Aos colegas da turma 2015 do PPGP/CAED/UFJF, pela amizade e apoio mútuo, por dividirmos alegrias, angústias, conhecimento e experiências nesse período do Mestrado. Especialmente à Katia Regina Mendes que foi o apoio e suporte a todos os alunos.

À UFJF pela acolhida e a todos os professores que compartilharam conosco os saberes, as inquietudes que nos impulsionam a construir e desconstruir o conhecimento. À Mayanna Santos, a ASA que me deu suporte, pressão e direcionamento que me fez chegar até aqui, agradeço aos ensinamentos e paciência concedidos a mim. Ao Prof. Dr. Alexandre Nicolella, pela orientação deste trabalho que me possibilitou crescimento e amadurecimento durante o processo de construção da escrita.

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para concretização deste trabalho e desta realização pessoal e acadêmica. Muito obrigada!

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

(Rubem Alves)

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão tem como objetivo identificar os motivos do abandono em duas escolas de Ensino Médio, sendo uma com maior taxa e outra com menor taxa de abandono escolar. da Coordenadoria Distrital de Educação – CDE 05 [Manaus-AM]. Como objetivos específicos, pretendemos: I) Verificar quais os motivos do abandono escolar nas quatro escolas com maior taxa de abandono escolar da CDE 05, na visão de alunos, gestor escolar, assim como do Coordenador da Redução do Abandono Escolar – CRAE - da CDE 05. II) Analisar os motivos mais recorrentes de infrequência e abandono dentre os alunos que abandonaram as escolas em 2016 e que se matricularam nas respectivas escolas selecionadas para esta pesquisa em 2017; III) Propor um plano de ações mais efetivo de combate ao abandono escolar nas duas escolas deste referido estudo. O texto foi organizado em três capítulos que descrevem esta pesquisa. No capítulo I, contextualizamos o abandono escolar no Ensino Médio no Brasil e no Amazonas. No capítulo II, realizamos a análise dos fatores externos e internos à escola que incidem sobre o abandono escolar, sendo maior relevância a análise dos fatores internos que subsidiou a elaboração do plano de ação para prevenção e redução do abandono nas escolas estudadas. A metodologia de pesquisa escolhida foi a qualitativa, por meio do estudo de caso, no qual foram usados instrumentos de coleta como: a aplicação de questionários aos alunos, entrevista semiestruturadas aos gestores escolares e Coordenador da Redução do Abandono Escolar da CDE 05 e uma pesquisa bibliográfica sobre a temática do abandono escolar no Ensino Médio. E, finalmente, no capítulo III, fazemos a proposição de um plano de ação para a prevenção e redução do abandono escolar nas duas escolas onde foi realizado o estudo de caso. Este trabalho apresenta como fundamentação teórica estudos realizados anteriormente sobre o abandono escolar, em que destacamos: Soares et al (2015), que estudou os “Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais”; Castelar (2010), que realizou “Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de Ensino Médio no Estado do Ceará”; Vasconcelos (2013), que pesquisou sobre “Abandono e absenteísmo Escolar no Conselho de Ponta Delgada”; Fritsch e Vitelli (2016), com seus estudos sobre a “Evasão escolar , a escola e o mercado de trabalho: o que dizem jovens do ensino médio de escolas públicas”. A fundamentação teórica desta pesquisa nos demonstrou que vários estudiosos categorizaram os motivos do abandono escolar em 02 grandes grupos: fatores internos e fatores externos à escola. Esta pesquisa se ateve aos fatores internos à escola que incidem sobre o abandono escolar. Dentre esses, o principal motivo destacado é o desinteresse escolar, o que os alunos chamaram de falta de vontade de estudar.

Palavras-chave: Abandono Escolar. Ensino Médio. Rendimento Escolar. Equipe pedagógica. Parceiros externos e internos à escola.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The case of management aims to identify the reasons for dropping out in two high schools, one with a higher rate and another with a lower dropout rate. of the District Education Coordination - CDE 05 [Manaus-AM]. As specific objectives, we intend to: I) Check the reasons for dropping out in the four schools with the highest dropout rate of CDE 05, in the view of students, school administrators, as well as the CDE Coordinator of the Reduction of School Dropout - CDE 05. II) To analyze the most frequent reasons for infrequency and dropout among students who dropped out of school in 2016 and who enrolled in the respective schools selected for this research in 2017; III) To propose a more effective action plan to combat school dropout in the two schools of this study. The text was organized in three chapters that describe this research. In chapter I, we contextualize the drop out in high school in Brazil and the Amazon. In chapter II, we analyzed the external and internal factors that affect school drop-out, and the internal factors that contributed to the development of the action plan for prevention and reduction of dropout in the schools studied were more relevant. The research methodology chosen was qualitative, through a case study, in which collection instruments were used, such as: the application of questionnaires to students, a semi-structured interview with school administrators and the CDE 05 Abandonment Reduction Coordinator, and a research bibliography on the subject of school dropout in High School. Finally, in Chapter III, we propose a plan of action for the prevention and reduction of school drop-outs in the two schools where the case study was carried out. This study presents as theoretical foundation previous studies about school dropout, in which we highlight: Soares et al. (2015), who studied the "Factors associated with school dropout in Minas Gerais high school"; Castelar (2010), who conducted "A study on the causes of school dropout in public high schools in the state of Ceará"; Vasconcelos (2013), who researched on "School Abandonment and Absenteeism in the Council of Ponta Delgada"; Fritsch and Vitelli (2016) with their studies on "School Evasion, School and the Job Market: What Do High School Youth Say in Public Schools." The theoretical basis of this research has shown that several scholars have categorized the reasons for school dropout in two large groups: internal factors and factors external to school. This research was based on internal factors that affect school drop-out. Among these, the main reason is school disinterest, which the students called lack of will to study.

Key words: School Dropout. High school. School performance. Pedagogical team. External and internal partners to the school

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estados com Maior Taxa de Abandono Escolar no Ensino Médio em 2015	29
Gráfico 2 - Taxas de Abandono Escolar do Ensino Médio, de 2010 a 2015	33
Gráfico 3 - O Abandono Escolar no Ensino Médio do Amazonas em 2015	33
Gráfico 4 - Série Histórica do Abandono Escolar na CDE 05 – 2014 a 2016.....	44
Gráfico 5 - Comparativo do Abandono Escolar entre o Ensino fundamental e Ensino Médio de 2013 a 2015.....	44
Gráfico 6 - Série Histórica do IDEAM das Escolas Selecionadas	47
Gráfico 7 - Série Histórica do Rendimento da Escola Real – Ensino Médio	48
Gráfico 8 - Série Histórica do Rendimento da Escola Êxitos no Ensino Médio	48
Gráfico 9 - Idade dos alunos	69
Gráfico 10 - Aspectos socioeconômicos – Moradia.....	71
Gráfico 11 - Chefe de Família na Casa dos Alunos.....	71
Gráfico 12 - Ocupação dos Chefes de Família.....	72
Gráfico 13 - Ocupação dos Chefes de Família.....	73
Gráfico 14 - Acompanhamento da Família na Escolaridade dos Alunos	74
Gráfico 15 - Situação escolar dos alunos – Desempenho.....	75
Gráfico 16 - Quantitativo de Abandono por Aluno	76
Gráfico 17 - Motivos que levaram os alunos de volta pra escola em 2017.....	80
Gráfico 18 - Perspectiva de Futuro Profissional dos Alunos.....	82
Gráfico 19 - Sugestão de Melhorias na Escola	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura Organizacional da GEPPAE	38
Quadro 2 - Síntese dos Pontos Frágeis da Pesquisa.....	100
Quadro 3 - Pontos Relevantes da Pesquisa.....	101
Quadro 4 - Ações a serem desenvolvidas nas Escolas Real e Êxitos	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - O Abandono Escolar no Ensino Médio de 2013 a 2015.....	34
Tabela 2 - Série Histórica do IDEB no Ensino Médio no Amazonas	35
Tabela 3 - Série Histórica do <i>Ranking</i> das Escolas com Maiores Taxas de Abandono Escolar	46
Tabela 4 - Série Histórica do <i>Ranking</i> das Escolas com Menores Taxas de Abandono Escolar	46
Tabela 5 - Situação atual dos alunos que abandonaram a escola em 2016	67

LISTA DE ABREVIATURAS

CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAES	Centro de Atendimento ao Escolar
CAP	Centro de Atenção Psicossocial
CDE	Coordenadoria Distrital de Educação
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEB	Conselho Educação Básica
CEDCA	Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente
CF	Constituição Federal do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRAE	Coordenador da Redução do Abandono Escolar
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CREAS	Centro de Referência especializado da Assistência Social
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacional do Ensino Médio
DEGESC	Departamento de Gestão Escolar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EE	Escola Estadual
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESBAM	Escola Superior Batista do Amazonas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEPES	Gerência de Pesquisas e Estudos
GEPPAE	Gerência de Programas, Projetos e Atendimento ao Escolar
GPPE	Gerência de Programas e Projetos Especiais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEAM	Índice de Desempenho Educacional do Amazonas
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PAE	Plano de Ação de Educação
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacional do Ensino Médio

PEE	Plano Estadual de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNFEM	Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRAE	Programa de Redução do Abandono Escolar
PROEMI	Programa do Ensino Médio Inovador
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SADEAM	Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas
SIGEAM	Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas
TPE	Todos Pela Educação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1	ACESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA.....	20
1.1	UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O CONSEQUENTE DESAFIO DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA DO ALUNO NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	21
1.2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO AMAZONAS	32
1.3	O ABANDONO NAS DUAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO SELECIONADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	43
2	OS FATORES DETERMINANTES DO ABANDONO ESCOLAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO NA ZONA LESTE DE MANAUS.....	52
2.1	ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE ABANDONO ESCOLAR	52
2.1.1	Abandono <i>versus</i> evasão	52
2.1.2	Fatores internos e externos ao abandono escolar	55
2.1.3	Formas de combate ao abandono escolar	59
2.2	O PERCURSO METODOLÓGICO	64
2.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	68
2.3.1	O abandono escolar sob o olhar dos alunos	68
2.3.2	O Abandono Escolar sob o Olhar da Gestão Escolar e do Coordenador da Redução do Abandono Escolar da CDE 05.....	84
3	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE: ALTERNATIVAS PARA A PREVENÇÃO E REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO NO AMAZONAS	103
3.1	AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELAS ESCOLAS B E P	104
3.2	REORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO	106
3.3	ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ..	106
3.4	PROJETO DE IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO AO ALUNO INFREQUENTE	108
3.5	REALIZAÇÃO DE UMA CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA A REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR.....	110
3.6	FORTALECIMENTO DO PROTAGONISMO JUVENIL E ENGAJAMENTO DOS ALUNOS NAS AÇÕES DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR	110
3.7	REALIZAÇÃO DE UM WORKSHOP DAS PROFISSÕES.....	111
3.8	ATIVIDADES DE MOTIVAÇÃO ESCOLAR	111

3.9 PROJETO ESCOLA DE PAIS.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA DO GESTOR ESCOLAR .	126
APÊNDICE B — ROTEIRO DE ENTREVISTA AO COORDENADOR DA REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR DA CDE 05	128
APÊNDICE C — QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS	130

INTRODUÇÃO

O abandono escolar tem sido um fenômeno preocupante para o sistema educacional brasileiro. A legislação vigente preconiza a garantia do acesso e permanência do aluno na escola. Contudo, diversos estudos nos apontam que a educação brasileira, apesar de ter avançado nas políticas de acesso à educação básica, não tem garantido a sua conclusão, e este tem sido um grande desafio em decorrência de elevadas taxas de abandono escolar no Brasil.

Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (ONUBR, 2012), um em cada quatro alunos que inicia o Ensino Fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série da Educação Básica (IBGE, 2013). Por esse motivo, é fundamental investigar os fatores que incidem sobre a decisão de abandonar a escola.

A esse respeito, Patto (1993, p.106) nos relata que, “mesmo com o passar do tempo, alguns problemas básicos da educação continuam constantes”. O abandono escolar, portanto, tem se apresentado como um desses problemas recorrentes dentro do contexto do fracasso escolar no Brasil.

Entende-se por abandono escolar “o abandono das atividades escolares sem que o aluno tenha completado o percurso escolar obrigatório” (BENAVENTE *et. al.*, 1994, p.23 *apud* VASCONCELOS, 2013, p.4). É comum que haja uma confusão entre os termos abandono e evasão escolar.

Portanto, é importante ressaltar que são termos diferentes. Sendo abandono escolar o afastamento do aluno durante o ano letivo, porém, este retorna à matrícula na rede de ensino no ano seguinte, diferimos a evasão escolar como o afastamento definitivo do aluno, sem o retorno no ano seguinte para a rede de ensino (MERITTI e FUNDAÇÃO LEMANN, 2017).

Sendo assim, combater o abandono é oportunizar aos jovens e às crianças a ressignificação do valor da educação para a transformação pessoal, social e acadêmica do indivíduo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais crítica, ciente de seus direitos e deveres, preparado para a busca incessante da qualificação para o mercado de trabalho.

Considerando a taxa de abandono escolar na rede estadual de ensino da zona urbana no Brasil, percebemos uma diferença elevada entre as taxas das etapas da educação básica. Em 2016, 2,6% dos alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental abandonaram a escola, cerca de 12 mil alunos. Nos anos finais, 2,9% dos alunos abandonaram a escola, cerca de 145 mil alunos. Já no Ensino Médio, a taxa de abandono escolar é muito superior, é 7,6%, equivalente a 471.671 alunos (MERITTI; FUNDAÇÃO LEMANN, 2017).

No Amazonas, a diferença das taxas de abandono escolar na Educação Básica é ainda mais alarmante, especialmente no Ensino Médio. Em 2016, a rede estadual de ensino da zona urbana obteve 609 alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que abandonaram a escola, equivalente a 0,7% dos alunos matriculados. Nos anos finais, 3,5% dos alunos abandonaram a escola, cerca de 5 mil alunos. No Ensino Médio, a taxa do abandono escolar sobe para 9,6%, correspondendo a 14.590 alunos (MERITTI e FUNDAÇÃO LEMANN, 2017).

Considerando a média de uma série histórica de 2010 a 2015 (AMAZONAS, 2016), a taxa média do abandono escolar no Ensino Fundamental na rede estadual de ensino é de 4,8% (equivalente a 12.899 de alunos que abandonaram a escola), enquanto que no Ensino Médio a taxa média é de 12% (19.814 alunos). Portanto, é possível observar que a taxa média de abandono no Ensino Médio é quase o triplo em relação ao Ensino Fundamental.

Nesta dissertação será analisado: “Quais os motivos que levaram os alunos de duas escolas de Ensino Médio, sendo uma com maior taxa e outra com menor taxa de abandono da CDE 05, a abandonar a escola?” Este trabalho se aterá em analisar os fatores internos que podem influenciar na decisão dos alunos de abandonar a escola.

Foram escolhidas escolas de Ensino Médio para o desenvolvimento desta pesquisa, pois, é nesta modalidade de ensino que se concentra as maiores taxas de abandono e evasão escolar na rede pública de ensino.

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar os motivos do abandono pelos alunos de duas escolas estaduais de Ensino Médio, sendo uma com maior taxa (Escola Real¹) e outra com menor taxa de abandono escolar (Escola Êxitos²) da Coordenadoria Distrital de Educação – CDE 05 em Manaus – AM.

¹ Nome fictício concedido à escola de Ensino Médio com maior taxa de abandono da CDE 05, com a finalidade de garantir o anonimato dos sujeitos desta pesquisa.

Essas escolas foram escolhidas a fim de estabelecermos uma correlação entre as duas e averiguarmos como cada uma delas analisam as taxas de abandono escolar, como estabelecem o controle de frequência escolar e como se programam para realizarem ações de prevenção e redução do abandono escolar.

Assim, seus objetivos específicos são: I) Verificar quais os motivos do abandono escolar nas duas escolas na visão de alunos, gestor escolar, assim como do Coordenador da Redução do Abandono Escolar -CRAE - da CDE 05. II) analisar os motivos mais recorrentes de abandono entre os alunos que abandonaram a escola em 2016 e que se matricularam nas respectivas escolas selecionadas para esta pesquisa em 2017; III) Propor um plano de ações mais efetivo de combate ao abandono escolar nas duas escolas estudadas da CDE 05, localizadas na zona leste de Manaus.

Para responder a questão deste estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso, utilizando como instrumentos para coleta de dados a entrevista semiestruturada e aplicação de questionários. É importante ressaltar que os resultados desta pesquisa não corresponderam à dimensão da realidade da CDE 05 e nem da rede estadual de ensino do Amazonas. A análise dos achados desta pesquisa foi específica à realidade das duas escolas selecionadas para o estudo de caso que subsidiarão a elaboração do Plano de Ação.

Neste trabalho destacamos os estudos realizados por Soares *et al.* (2015), Castelar *et al.* (2010), Vasconcelos (2013), Fritsch e Vitelli (2016) que nos indicam que as causas do abandono podem ser associadas a diversos fatores internos e externos à escola.

Além desse critério, foi escolhida a zona leste de Manaus/AM por ser considerada a zona que abrange as escolas estaduais com maiores taxas de abandono escolar. As escolas estaduais dessa região da cidade são coordenadas pela Coordenadoria Distrital de Ensino 05.

Segundo dados do Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas - SIGEAM (AMAZONAS, 2017a), a CDE 05 apresentou 13% de abandono escolar em 2015. Em 2016, houve uma redução para 8,3%, porém, ainda apresenta uma taxa superior às demais Coordenadorias Distritais de Educação - CDEs, no qual: a CDE

² Nome fictício concedido à escola de Ensino Médio com a menor taxa de abandono da CDE 05, com a finalidade de garantir o anonimato dos sujeitos desta pesquisa.

01 obteve 6,4% em 2015 e 2,6% em 2016; a CDE 02 obteve 6,7% em 2015 e 6,1% em 2016; a CDE 03 obteve 7,4% em 2015 e 6,5% em 2016; a CDE 04 obteve 10,5% em 2015 e 6,2% em 2016; a CDE 06 7,9% em 2015 e 8,3% em 2016; a CDE 07 obteve 9,1% em 2015 e 5,9% em 2016 (AMAZONAS, 2017a).

Foram selecionadas 02 escolas de Ensino Médio da CDE 05, sendo uma que possui a maior taxa (Escola Real - 24,1%) e a outra que apresenta menor taxa de abandono escolar (Escola Êxitos – 11,7%) dentro do ensino regular, numa média da série histórica de 2014 a 2016 (AMAZONAS, 2017a). Ressaltamos ainda que as duas escolas selecionadas apresentam as mesmas características pedagógicas e de infraestrutura e, ainda assim, apresentam uma diferença significativa na taxa de abandono escolar.

Então, é relevante compreender o porquê dessa diferença significativa nas taxas de abandono escolar, considerando que ambas apresentam as mesmas características. Deste modo, é necessário compreender qual o perfil dos alunos que abandonaram essas escolas, os motivos que os levaram ao abandono e como as escolas trabalham as ações de prevenção e redução do abandono escolar. Sendo assim, os resultados deste estudo possibilitará a compreensão dessa discrepância nas taxas de abandono escolar.

Estudar os motivos do abandono escolar é relevante dentro da minha atuação profissional. Eu sou professora e psicóloga, trabalho na Gerência de Programas, Projetos e Atendimento ao Escolar - GEPPAE, do Departamento de Gestão Escolar - DEGESC, da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC, do Amazonas, criada em abril de 2015.

Atuei como gerente da GEPPAE desde a criação, em 2012, até maio de 2017. Atualmente, exerço a função de psicóloga nesta gerência e contribuo com ações psicossociais no combate ao abandono escolar nas escolas da rede estadual de ensino.

A GEPPAE tem como missão viabilizar junto às escolas estaduais, o desenvolvimento de programas e projetos interdisciplinares e intersetoriais para o fortalecimento da permanência do aluno na escola.

Deste modo, todas as ações e atividades da GEPPAE estão correlacionadas à prevenção e redução do abandono escolar na rede estadual de ensino. Por esse motivo, a realização desta pesquisa é de fundamental importância para que possamos compreender os motivos que levam os alunos a abandonarem a escola,

especialmente nas instituições de ensino da CDE 05, que lidera o *ranking* de maior índice de abandono escolar no Amazonas.

Portanto, a realização desta pesquisa apresenta algumas motivações relevantes: 1) Anseio profissional, enquanto técnica da GEPPAE, que necessita estudar sobre o abandono escolar; 2) Anseio pessoal, pois, trabalho com a temática desde 2004 e declaro que desenvolvi uma empatia e interesse em entender os principais fatores que incidem sobre o abandono escolar; 3) Outra motivação importante é a necessidade da SEDUC/AM de entender as causas do abandono nas escolas de Ensino Médio, tendo em vista que esta instituição ainda não realizou nenhum estudo sobre essa problemática nas escolas estaduais da capital.

Esta pesquisa está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo descreve a contextualização do abandono escolar no Brasil, em especial no Ensino Médio, após a promulgação da LDB nº 9.496/1996 (BRASIL, 1996). Abordamos as mudanças ocorridas na educação brasileira após o processo de universalização do Ensino Fundamental.

Apresentando ainda, uma série histórica do índice do abandono escolar, a fim de estudarmos a evolução dos indicadores ao longo desses anos na SEDUC/AM. Por fim, será apresentada a GEPPAE e sua equipe interdisciplinar, que assessora as escolas estaduais de Ensino Médio nas ações de prevenção e redução ao abandono escolar.

No segundo capítulo apresentamos o percurso metodológico, em que discriminamos a pesquisa qualitativa sobre os fatores determinantes das causas do abandono nas escolas selecionadas e a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, correlacionando-os com embasamento teórico construído.

No terceiro capítulo, apresentamos diversas estratégias que podem direcionar as equipes gestoras e pedagógicas das quatro escolas com maior taxa de abandono da CDE 05 na elaboração de um Plano de Ação Escolar – PAE, para Prevenção e Redução do Abandono Escolar, subsidiado com os pontos abordados na síntese dos achados da pesquisa.

1 ACESSO E PERMANÊNCIA DE ALUNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

A legislação brasileira preconiza o direito educacional como um direito fundamental e subjetivo, que determina a obrigatoriedade ao acesso, à permanência e à qualidade do ensino na Educação Básica. Porém, o abandono escolar tem se apresentado como um desafio às redes de ensino quanto ao cumprimento dessa determinação legal, especialmente no Ensino Médio.

Em conformidade com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE³ (BRASIL, 2010a), o Brasil tem a maior taxa de abandono escolar no Ensino Médio entre os países do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. As estatísticas informam que um em cada dez alunos, de 15 a 17 anos, deixa o ambiente escolar.

Segundo Silva (2013), é necessário refletir sobre o panorama das condições hoje encontradas no Ensino Médio:

Pouco mais de 50% dos jovens cursam o ensino médio na faixa etária adequada. Em torno de 35% o fazem no turno noturno em precárias condições. O Brasil possui 10.357.874 jovens entre 15 e 17 anos de acordo com o censo de 2011 [2010]. Destes, 5.451.576 estão matriculados no Ensino Médio. A matrícula total nessa etapa da educação básica é de 9.507.924 alunos, o que indica que um número bastante expressivo possui mais de 17 anos. Os dados mostram, ainda, que parcela significativa da população de 15 a 17 anos encontra-se no Ensino Fundamental ou fora da escola (SILVA, 2013, p. 1).

Sendo assim, o primeiro capítulo desta dissertação tem como finalidade a descrição acerca do panorama brasileiro frente ao acesso e à permanência dos alunos dentro do sistema de escolarização da Educação Básica, especialmente no Ensino Médio.

Este capítulo é de caráter descritivo, no qual se apresenta o desafio que a educação brasileira enfrenta desde a universalização do Ensino Fundamental e que

³ O IBGE é uma organização da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, responsável pelos levantamentos e gerenciamentos dos dados e estatísticas brasileiras. O principal objetivo do IBGE é fazer com que toda a população e governantes tenham um conhecimento mais detalhado sobre a realidade do Brasil, em diferentes aspectos. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

impulsionou o Ensino Médio para a ampliação do acesso a partir dos anos 90. Porém, apesar da ampliação do acesso, ainda não foi possível a garantia da universalização do Ensino Médio aos jovens de 15 a 17 anos.

Este panorama fica evidente no estabelecimento da meta 3 do Plano Nacional de Educação - PNE, em que traz a necessidade de universalizar, até 2016, toda a população de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, e de elevar até o final da vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas para 85% nesse nível de ensino (BRASIL, 2014).

Serão apresentados, neste capítulo, os dados estatísticos e séries históricas acerca do abandono escolar no Brasil e no Amazonas. Por fim, faremos uma descrição da GEPPAE e suas atribuições quanto ao desenvolvimento de diretrizes para as ações de prevenção e redução ao abandono escolar na rede estadual de ensino. Além disso, serão demonstrados os dados estatísticos que levaram a CDE 05 ao *ranking* de maior taxa de abandono escolar e a caracterização das escolas selecionadas neste estudo de caso.

1.1 UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O CONSEQUENTE DESAFIO DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA DO ALUNO NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Os problemas mais recorrentes de acesso e permanência no Ensino Médio se dão por vários fatores. Porém, queremos destacar o processo de expansão do acesso ao Ensino Fundamental ocorrido no Brasil após o período de urbanização e industrialização da sociedade brasileira, que contribuiu para a aceleração da ampliação do acesso ao Ensino Médio.

A partir da década de 1940, a sociedade brasileira, que antes apresentava características agrárias, passou a desenvolver o advento do processo industrial no País. Por esse motivo, necessitaram de trabalhadores mais qualificados e, com isso, houve uma intensa mobilização da sociedade brasileira para o aumento da oportunidade de acesso ao Ensino Fundamental. Neubert (2014) relata essa transformação da sociedade brasileira ao descrever que:

Dada a mudança de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana e industrializada, aliada à valorização cada vez maior da educação formal, na preparação dos indivíduos para ocuparem determinadas posições no mercado de trabalho, os críticos da

perspectiva funcionalista se voltaram para as consequências reais da expansão das oportunidades de aquisição de escolaridade (NEUBERT, 2014, p. 118).

O processo de expansão e universalização do acesso ao Ensino Fundamental trouxe um importante legado ao sistema de educação brasileiro. Porém, ressaltamos que esse processo de expansão foi restrito ao aspecto quantitativo. Isso por que, a universalização do acesso do Ensino Fundamental não garantiu a qualidade do ensino.

É importante ressaltar que o processo de universalização do Ensino Fundamental se deu de forma gradual e lenta desde o início da industrialização do País. A universalização do Ensino Fundamental foi efetivada a partir dos anos 1990.

Segundo Castro (1998), as redes de ensino já apresentam uma capacidade de atendimento ao Ensino Fundamental suficiente para assegurar vaga às crianças de 7 a 14 anos, apesar desse atendimento se dar em condições precárias em muitas localidades brasileiras, principalmente nas áreas rurais dos municípios. Portanto, para esta autora, o problema atual do Ensino Fundamental não se traduz no acesso, mas, sobretudo na permanência dos alunos matriculados na escola e na qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

A esse respeito, afirma Lima (2011) que o processo de universalização do acesso ao Ensino Fundamental trouxe um avanço na história educacional brasileira, a melhoria do fluxo escolar dos alunos e o aumento do número de concluintes nesta fase, conseqüentemente, houve um aumento sem precedentes no número de matrículas no Ensino Médio na década de 1990.

Lima (2011, p. 271) ressalta que no início dos anos 1990 o Ensino Fundamental já apresentava condições favoráveis ao atendimento a todos os indivíduos em idade considerada adequada à época, que era de 7 a 14 anos, no equivalente a 27,5 milhões de pessoas, tendo em vista que, em 1991, foram registradas 29,2 milhões de matrículas.

Contudo, Lima (2011) traz uma análise minuciosa e preocupante sobre os dados censitários apresentados na década de 1990. Ele nos mostra que do total de matrículas registradas no Ensino Fundamental, 23,7% milhões correspondem aos indivíduos com faixa etária entre 7 a 14 anos e 4,7 milhões correspondem aos indivíduos maiores de 14 anos.

No entanto, Lima (2011), infere que, além desse avanço considerável nas matrículas, foi observado que mais de 3 milhões de crianças de 7 a 14 anos de idade ainda estavam fora da escola. Ou seja, o Ensino Fundamental apresentava condições físicas, capacidade, mas, não conseguia ainda atender 100% do seu público fim, que eram indivíduos de 7 a 14 anos.

Outra análise apresentada por Lima (2011) é que entre os anos 1991 e 1999 houve 6,8 milhões de novas matrículas. Porém, o número de indivíduos com a faixa etária entre 7 e 14 anos decresceu 2,4 milhões, o que demonstra que o indicador de matrículas e população nessa faixa etária caminhavam para sentidos opostos.

O mais importante a considerar nos estudos de Lima (2011) é que as matrículas registradas em 1999 contribuíram para a ampliação do atendimento no Ensino Fundamental na idade adequada e a consequente melhora do fluxo escolar na educação brasileira.

Lima (2011) nos mostra ainda que “em 2008, 97,5 % das crianças de 6 a 14 anos e 98% das de 7 a 14 anos estavam matriculadas na escola” (p.273). E isso vem confirmar a tendência da diminuição gradativa de matrículas de indivíduos fora da faixa etária adequada no Ensino Fundamental. Portanto, o atendimento de toda população de 7 a 14 anos pode ainda estar longe de ser alcançada, porém, não se pode negar a universalização do acesso.

Considerando a necessidade da expansão do acesso ao Ensino Médio, após a universalização do Ensino Fundamental, destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB⁴ - nº 9.496/1996, em seu Artigo 22, que retrata a identidade do Ensino Médio, pois o introduziu como uma obrigatoriedade na educação básica, com duração mínima de três anos: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, s.p.).

⁴ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional público e privado do Brasil, da educação básica ao ensino superior. Essa é a segunda versão da legislação que regulamenta todos os seus níveis. A primeira LDB foi promulgada em 1961 (LDB 4024/61). A LDB 9394/96 ratifica o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

A LDB nº 9.496/1996 estabelece uma Educação Básica, pautada na educação tecnológica e fundamentada numa relação entre a teoria e a prática para o desenvolvimento de uma educação formal e plena, preparando o adolescente e o jovem para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho.

Sendo assim, Castro (1998) nos afirma que a democratização do acesso ao Ensino Médio, representa um fenômeno de crescimento, muito semelhante ao movimento verificado nas décadas de 1970 e 1980 em relação ao Ensino Fundamental. Para esta autora, o movimento se explica como resultado de um processo de grande mobilidade educacional, das novas necessidades do mercado de trabalho, das inovações tecnológicas e da intensa reestruturação do setor produtivo. A autora afirma ainda que:

Se do ponto de vista da expansão da matrícula, o ensino médio alcançou um desempenho expressivo na década de 90, o mesmo não pode ser dito em relação aos indicadores de eficiência, que continuam longe do desejável (CASTRO, 1998, p. 13).

Neste sentido, é importante ressaltar os impactos da universalização do Ensino Fundamental e o desafio de garantir o acesso e a permanência do aluno no Ensino Médio para uma melhor compreensão da temática sobre abandono escolar neste nível de ensino.

Considerando a Educação como um direito fundamental e subjetivo a todos os cidadãos brasileiros, está preconizado na Constituição Federal, que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, s.p.).

No entanto, em conformidade com a CF/88, a família se apresenta como um elemento imprescindível para fortalecer as iniciativas do poder público, frente à implementação das políticas públicas educacionais. A família tem o dever de garantir educação juntamente com o Estado, incentivando e acompanhando a trajetória educacional dos filhos, estabelecendo-se, assim, uma responsabilidade compartilhada entre família e Estado (BRASIL, 1988, s.p.).

Deste modo, é possível verificar que a Educação é uma responsabilidade comum tanto ao poder público, quanto à família, com a colaboração da sociedade. Portanto, “deve haver esforços importantes no sentido de trabalhar a tríade escola-família-sociedade, e de mobilizar redes locais e articular a política de educação às demais políticas sociais, fortalecendo a identidade do município como ente político”. (MARTINS, 2012, p. 13).

Já o artigo 206 da CF (1988, s.p.), estabelece que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]”. Ou seja, a escola, que representa a ação do poder público é corresponsável no desenvolvimento desses princípios, em articulação com as redes de ensino e as redes de proteção e garantia de direito, principalmente no que tange ao acesso e à permanência do aluno na escola.

A Lei nº 9.394/96, em seu Artigo 2º, dispõe que a educação é “dever da família e do Estado” (s.p.). É possível verificar que há uma inversão da ordem das palavras família e Estado no texto, em comparação ao texto da CF/88, enfatizando a responsabilização prioritária da família neste dever (BRASIL, 1996).

O Artigo 12 da LDB nº 9.496/1996 (BRASIL, 1996, s.p.), inciso VI, determina que a escola tenha a incumbência de “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”, responsabilizando às instituições de ensino quanto à promoção dessa integração.

O Artigo 4º da LDB nº 9.496/1996 também preconiza o dever do Estado com a educação escolar pública, e em seu inciso VII retrata a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, “com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996, p. 8).

Observa-se neste texto a notória responsabilidade das redes de ensino e do poder público no que tange à garantia do acesso e da permanência do aluno na escola, mesmo aos jovens trabalhadores.

Considerando o Art. 35 da LDB nº 9.496/1996, o Ensino Médio deverá ser efetivado com a duração mínima de três anos, tendo como finalidades, dentre outras, a preparação básica para o mercado de trabalho e cidadania, com o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (BRASIL, 1996, s.p.).

Sobre a responsabilidade em zelar pela frequência escolar, a LDB nº 9.496/1996, no Art. 12, inciso VII, preconiza que a escola deve “informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996, s.p.). E no inciso VII, deste artigo, a escola tem a incumbência de “informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola”.

O inciso VIII, do Artigo 12 da LDB nº 9.496/1996 incluído pela Lei nº 10.287/2001, determina que a escola deva:

[...] notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei (BRASIL, 2001a, s.p.).

Com isso, a escola, por meio de sua equipe pedagógica e gestora, tem a responsabilidade legal de articular com as famílias, com os responsáveis legais dos alunos e com a rede de garantia de direitos da criança e do adolescente a prevenção à infrequência e ao abandono escolar.

A Lei nº 8.069/90, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu artigo 4º, é outro respaldo legal que tende a potencializar a responsabilidade do poder público, da família e da sociedade quanto aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes (BRASIL, 1990). Tal documento vem reforçar a responsabilização da família como dever prioritário de assegurar a garantia a vários direitos. Destacamos aqui o direito à educação com a participação da sociedade e do poder público. Portanto:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, s.p.).

No Art. 5º. do ECA está determinado que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, [...], punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990, s.p.).

Com isso, cabe às instituições de ensino, órgãos governamentais, juntamente com a rede de garantia de direitos, assegurar que a criança e o adolescente sejam resguardados do abandono intelectual, violação que pode afetar não somente ao aluno e seus familiares, mas também toda a sociedade civil, quando ocorre o abandono escolar.

Sendo assim, o art. 53 do ECA também vem reforçar o direito do acesso e permanência na educação básica, quando ele preconiza que:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 1990, s.p.).

Já a Lei 12.852/2013, que estabelece o Estatuto da Juventude, em seu art. 7º, assegura aos jovens, entre outros direitos, “o direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada” (BRASIL, 2013d, s.p.).

Porém, como oportunizar tudo isso aos adolescentes e jovens que estão fora do sistema educacional? Segundo o Censo Escolar do ano 2015, 1,6 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola. O levantamento de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP⁵ revela que 8,1 milhões de alunos cursam o Ensino Médio e 1,6 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos não têm atendimento escolar (BRASIL, 2016a).

A meta 4 do Movimento Todos Pela Educação - TPE⁶ é que 90% dos jovens tenham concluído essa etapa do ensino até 2022. Em relação a 2013, o avanço foi de 2,4 pontos percentuais.

⁵ O Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua missão é subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

⁶ O TPE é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. É um movimento apartidário e plural que congrega pessoas ou organizações sociais comprometidas com a garantia do direito a uma Educação de qualidade. O objetivo do movimento é ajudar a propiciar as condições de acesso, de alfabetização e de sucesso escolar, a ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhora da gestão desses recursos. Esse objetivo foi

O TPE (BRASIL, 2006) declara que 56,7% dos jovens brasileiros terminam o Ensino Médio na idade adequada. O levantamento feito com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (BRASIL, 2016b) revela que 1,9 milhão de alunos concluem o Ensino Médio até os 19 anos.

O Brasil tem buscado políticas públicas educacionais para melhorar os indicadores da Educação Básica, principalmente no que se refere ao acesso e à permanência do aluno na escola, como veremos nesta seção.

É importante considerar que a escola é um espaço de construção de conhecimento, oportunizando aos jovens experiências inovadoras e convivência social, ética e moral. Para tanto, é fundamental que os alunos estejam na escola e recebam uma educação de qualidade, pautada em práticas pedagógicas que lhe impulsionem ao desenvolvimento crítico da realidade, visando a motivá-los e instigá-los a vencer os desafios na escola e na sociedade.

A partir dos anos 2000, iniciaram-se os debates em torno do Plano Nacional de Educação – PNE - (2001), que intensificaram as discussões sobre as políticas para o Ensino Médio e indicaram novos caminhos para a universalização do acesso. O PNE é uma política de Estado, com metas para 10 anos, um plano alinhado com os planos educacionais de todos os entes federados (BRASIL, 2014).

A Lei Nº 13.005/2014 estabelece as diretrizes do PNE (2014), que são: a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais; a melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB; a valorização dos profissionais de educação; promoção do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014, s.p.).

Portanto, o PNE possibilitou à educação brasileira um norte para que os entes federados pudessem construir suas políticas educacionais e oportunizar melhorias e crescimento necessário. O PNE (2014) sinalizou a necessidade da ampliação do financiamento da educação e o aprimoramento do currículo, considerando a

diversidade das culturas e identidades juvenis e as demandas da sociedade em que vivemos. Com relação ao Ensino Médio, o PNE de 2014, traz a Meta 3, que é:

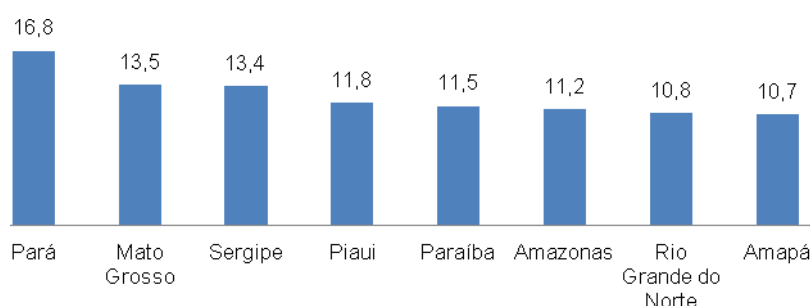
Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (BRASIL, 2014, p. 53).

Segundo o PNAD⁷ (2015), o percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa é de 66,8%. (BRASIL, 2016b).

Nesse momento, vale ressaltar que a Emenda Constitucional nº 59/2009, estabeleceu a obrigatoriedade da Educação Básica, incluindo o Ensino Médio, a partir de 2016, para todos os sujeitos de direito. Apesar de uma melhora das taxas de matrículas do Ensino Médio, o país ainda está longe de alcançar o que nos determina a Emenda nº59/2009, devido às elevadas taxas de abandono e evasão que persistem no Ensino Médio (BRASIL, 2009).

O índice de abandono escolar de 2015, segundo o INEP, nos evidencia que dentre os estados brasileiros com maior índice de abandono escolar no Ensino Médio, três Estados são da Região Norte, quatro são do Nordeste e um do Centro-oeste (BRASIL, 2016a), conforme o Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Estados com Maior Taxa de Abandono Escolar no Ensino Médio em 2015



Fonte: Brasil (2016a).

⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acessado em: 29 maio 2017.

Analizando o Gráfico 1, o Estado do Pará lidera o *ranking* negativo, com uma taxa de 16,8% de alunos que abandonaram a escola no Ensino Médio. O Amazonas apresenta uma taxa de 11,2% no Ensino Médio, uma porcentagem elevada se comparada à taxa geral desse Estado, que era de 6%. Tais dados reafirmam a necessidade de estudar os fatores determinantes do abandono escolar.

Com base nisso, o Plano Nacional de Educação – PNE, em sua Meta 7, ressalta o fomento da qualidade da Educação Básica:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental; 5,5 nos anos finais do Ensino Fundamental; 5,2 no Ensino Médio (BRASIL, 2014, p.31).

Portanto, além de garantir o acesso e a permanência do aluno no Ensino Médio até a sua conclusão, é imprescindível o fomento da qualidade da educação ofertada a esses alunos, favorecendo o alcance do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB⁸ - 5,2, previsto no PNE (2014) (BRASIL, 2014).

Considerando os resultados do Censo da Educação Básica e da Prova Brasil, a média do IDEB no Ensino Médio no Brasil é de 3,7 (BRASIL, 2015b). E isso desafia ainda mais o Estado, as redes de ensino, as escolas e suas equipes pedagógicas que, muitas vezes, precisam superar a precariedade de recursos para cumprir seu planejamento e o programa curricular.

Para tanto, o Governo Federal tem implementado políticas públicas educacionais com o foco no Ensino Médio e na melhoria do acesso e da permanência do aluno na escola.

Com a promulgação da LDB nº 9.496/1996, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), que têm a finalidade de promover orientações às escolas e suas equipes pedagógicas para a organização do programa curricular e das competências esperadas ao final desse nível de ensino

⁸ O IDEB é indicador constituído pelos resultados de dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. É calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O IDEB é importante por ser condutor da qualidade da política pública de educação e tem como meta 6,0 em 2022, média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb>>. Acessado em: 29 mai. 2017.

e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e (BRASIL, 1996; 1998; 2000).

Os PCNEM devem difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor na busca de novas abordagens e metodologias. O currículo deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que preparem o indivíduo para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração dos indivíduos nas relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva (BRASIL, 2000).

Quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), estas se constituem como um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada escola, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o mundo do trabalho (BRASIL, 1998).

Outra política elaborada é o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM), instituído pela Portaria nº 1.140/2013, o qual estabelece uma articulação interfederativa de ações e estratégias que visam elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio nos Estados e Distrito Federal, em suas diferentes modalidades, indistintamente (BRASIL, 2013c).

A primeira dimensão do PNFEM prevê o compromisso com a universalização do acesso, permanência e aprendizagem no Ensino Médio, reconhecendo-o como uma etapa da Educação Básica (BRASIL, 2013c). Mesmo presente na LDB nº 9.496/1996, esta concepção fortaleceu-se, na medida em que passou a ser tratada como categoria nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, constantes do Parecer nº07/2010 - CNE/CEB (BRASIL, 2010b).

Com esse intuito de fortalecer o Ensino Médio desde o final da década de 1990, foram desenvolvidos alguns programas que visam ao desenvolvimento do Ensino Médio: o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), a Formação Continuada de Professores do Ensino Médio e o Exame Nacional do Ensino Médio (BRASIL, 2001b)

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) incentiva as escolas a elaborarem a reformulação curricular do Ensino Médio, com foco na qualidade e na formação integral do indivíduo, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2012). O ProEMI apresenta-se como um programa que suscita no Ensino Médio novas propostas pedagógicas para a inovação no processo

de ensino e aprendizagem, oportunizando a reformulação de um currículo mais diversificado e interessante para os alunos, assim como, maior equidade às regiões.

A Formação Continuada de Professores do Ensino Médio promove a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, conforme a LDB nº 9.496/1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, para que estes possam desenvolver um diferencial na prática pedagógica das escolas públicas de Ensino Médio (BRASIL, 1996; 2012).

Outra política construída para a melhoria do Ensino Médio é o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho do aluno ao fim da escolaridade básica, podendo participar do exame aqueles que estão concluindo ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores. O ENEM também pode ser utilizado como seleção de bolsas de estudos no Programa Universidade para Todos (ProUni) ou para acesso às universidades em todo Brasil (BRASIL, 2017b).

O resultado do ENEM tende a ser mais um instrumento que a Educação Básica utiliza como uma forma de avaliação. Este instrumento impulsiona as redes de ensino e as escolas brasileiras a melhorar os seus procedimentos e, também, pode favorecer a equidade aos alunos de todo Brasil.

Com base nas informações apresentadas nesta seção, é notório que o Brasil tem desenvolvido diversas políticas para a melhoria do Ensino Médio, e tem intensificado a discussão sobre os problemas decorrentes da meta de universalização do acesso e da promoção da permanência do aluno no Ensino Médio na educação pública brasileira, porém, os dados ainda indicam que temos muito a avançar.

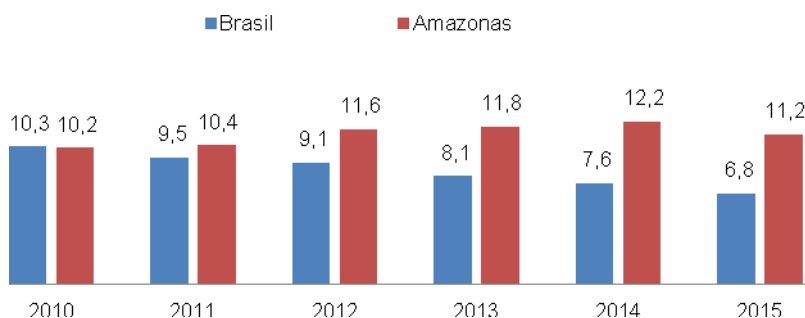
Faremos agora uma contextualização do abandono escolar ocorrido no Ensino Médio no Amazonas.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO AMAZONAS

O abandono escolar no Brasil tem apresentado uma redução em sua taxa desde 2010. Porém, ao compararmos as taxas do Brasil com as do Amazonas percebemos um contraste. No Amazonas, a taxa de abandono escolar tem

aumentado a cada ano. Conforme o Gráfico 2, a seguir, a taxa geral do abandono escolar no Brasil era 10,3%, em 2010, chegando a 6,8% em 2015. Enquanto no Amazonas, a taxa de abandono escolar, em 2010, também estava na casa dos 10% e, em 2015, chegou a 11,2%.

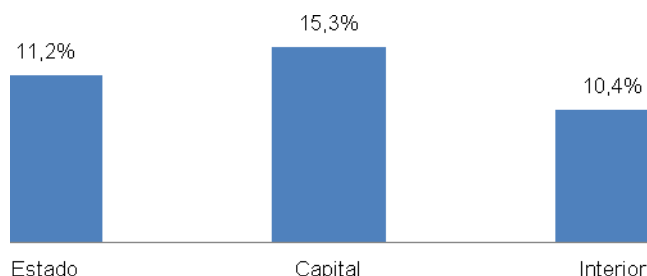
Gráfico 2 - Taxas de Abandono Escolar do Ensino Médio, de 2010 a 2015



Fonte: Elabora pela autora, com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2017b).

Neste sentido, podemos perceber que, no Amazonas, a realidade acerca do abandono escolar no Ensino Médio é ainda mais preocupante. Quando discriminamos o índice da capital e do interior, encontramos uma diferença significativa. Como podemos perceber no Gráfico 3, a seguir, a taxa na capital (15,3%) é maior do que no interior (10,4%). A taxa da capital acaba sendo superior à taxa geral da rede estadual de ensino no Amazonas. Portanto, tudo isso contextualiza a necessidade de pesquisar os fatores determinantes do abandono escolar na rede estadual de ensino da capital.

Gráfico 3 - O Abandono Escolar no Ensino Médio do Amazonas em 2015



Fonte: Elabora pela autora, com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2017b).

Podemos constatar, conforme a Tabela 1, a seguir, que o abandono nas escolas de Ensino Médio da capital tem se mantido alto, em relação aos índices do interior. Os dados do interior têm apresentado uma tímida redução desde 2013, com

uma taxa de 10,9% chegando a 10,4%. Porém, na capital a taxa de abandono escolar tem aumentado de forma mais acentuada a cada ano, passando de 13,9% em 2013 a 15,3% em 2015.

Tabela 1 – O Abandono Escolar no Ensino Médio de 2013 a 2015

Ano	Estado	Capital	Interior
	Abandono	Abandono	Abandono
	%	%	%
2013	12,5	13,9	10,9
2014	12,6	14,3	10,8
2015	11,2	15,3	10,4

Fonte: Elabora pela autora, com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2017b).

Dessa forma, é cada vez mais urgente identificar os motivos pelos quais os alunos deixam de frequentar a escola e, a partir desse diagnóstico, elaborar políticas educacionais que fortaleçam o processo de prevenção e redução do abandono escolar.

Para que a rede estadual de ensino pudesse assegurar melhorias na Educação Básica foi elaborado o Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE/AM), em 2015, com uma ampla participação social nas escolas, nos seminários e no site de consulta pública. Dentre as metas do PEE/AM, apresentamos a Meta 3, que se constitui como um norte para o Ensino Médio:

Universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PEE/AM, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 70% (AMAZONAS, 2015a, p. 36).

Porém, considerando o cenário nacional, a meta proposta não foi alcançada, visto que ultrapassamos o ano de 2016 e como aponta o Censo deste ano (BRASIL, 2017a), foram realizadas 8.131.988 matrículas e ainda há 1,7 milhão de jovens de 15 a 17 anos fora da escola neste nível de ensino.

É importante reconhecer a necessidade de maior empenho por parte do poder público e do sistema de ensino para que tal meta seja alcançada pelo menos ao final da vigência do PEE/AM. Para tanto, destacamos algumas estratégias da Meta 3 do PEE/AM, que direcionam a política de prevenção e redução do abandono escolar:

3.4 Realizar em articulação com os órgãos competentes e junto às famílias busca ativa da população de 15 a 17 anos que se encontra

fora da escola, a partir da vigência deste PEE/AM; 3.11 Implementar políticas de prevenção à evasão, abandono escolar, motivada por quaisquer preconceito ou discriminações sociais, sexuais, religiosas, culturais e etnicorraciais; 3.18 Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania, valorizando o protagonismo juvenil (AMAZONAS, 2015a, p. 37).

Deste modo, percebemos que estas estratégias da Meta 3 do PEE/AM ressaltam a importância da criação de políticas que potencializam a rede de ensino no enfrentamento ao abandono e evasão escolar, na realização de busca ativa de alunos em situação de infrequência escolar. Foi verificado, ainda, o incentivo e apoio às organizações de estudantes, por meio do protagonismo juvenil, para que os jovens participem de uma gestão democrática nas escolas estaduais, especialmente nas escolas de Ensino Médio.

Já a Meta 7 do PEE/AM detém atenção na qualidade da Educação, como uma diretriz para o fomento da melhoria da Educação básica, inclusive do Ensino Médio:

META 7 – Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais para o IDEB: 5,4 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 4,8 nos anos finais do Ensino Fundamental; 4,2 no Ensino Médio (AMAZONAS, 2015a, p. 72).

A qualidade da Educação Básica é um desafio para as políticas públicas, para as redes de ensino, sobretudo para as escolas estaduais, responsáveis pela oferta do Ensino Médio à sociedade. É no Ensino Médio que as escolas estaduais do Amazonas necessitam de maior avanço no desempenho dos alunos, para que continue avançando e melhorando a meta estadual como aponta o Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Série Histórica do IDEB no Ensino Médio no Amazonas

ESTADO	IDEB										
	2005	2007		2009		2011		2013		2015	
Amazonas	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB
	2.3	2.3	2.8	2.4	3.2	2.5	3.4	2.8	3.0	3.1	3.5

Fonte: INEP (2017)

Nesse contexto, podemos apresentar algumas estratégias da meta 7 que potencializam as ações de prevenção e redução do abandono escolar na rede estadual de ensino do Amazonas, inclusive nas escolas de Ensino Médio, visto que prevê a mobilização social e familiar como apoio às escolas estaduais, articulação intersetorial para o desenvolvimento de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde dos alunos, como descrito a seguir:

7.19 Implementar políticas públicas de Estado para inclusão e permanência na escola de adolescentes e jovens [...]; 7.23 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, [...] com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos [...]; 7.24 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito estadual e municipal, com os de outras áreas [...] possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional; 7.25 Universalizar [...] o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde; (AMAZONAS, 2015a, p. 73 - 75).

Considerando o abandono escolar como um fenômeno multifatorial, é importante a integração de todos os atores da educação de forma interativa e cooperativa.

Nesse contexto, destacamos ainda a meta 19 do PEE/AM que aborda a efetivação da Gestão Democrática nas escolas.

No que concerne ao abandono escolar, a gestão democrática também pode potencializar as ações de prevenção e redução do abandono nas escolas, ao considerar a necessidade de discutir e analisar coletivamente, para que a participação e compromisso de todos na escola sejam potencializados.

Para tanto, o PEE/AM vem prever na Meta 19 algumas estratégias importantes para a efetivação da gestão democrática nas escolas públicas, são elas:

META 19 – Assegurar, em todos os sistemas de ensino condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas prevendo recursos e apoio técnico da União. Estratégia 19.6 Estimular a implantação e participação de Organizações Estudantis, Conselhos Escolares e Associações de Pais e Mestres, assegurando-lhes, formação e informação sobre os seus funcionamentos, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE/AM; (AMAZONAS, 2015a, p. 125 - 126).

Portanto, a rede estadual de ensino do Amazonas tem um grande desafio não somente quanto ao acesso do aluno na Educação Básica, especialmente no Ensino Médio, mas na promoção da permanência do aluno na escola, como previsto no Plano Estadual de Educação.

Com a necessidade de conhecer os motivos do abandono escolar no Amazonas, a Gerência de Pesquisas e Estatística – GEPES, da SEDUC/AM realizou, em 2013, uma pesquisa com a finalidade de estabelecer um perfil das causas do abandono escolar na rede estadual de ensino. Porém, foi realizada apenas no interior do Amazonas (AMAZONAS, 2012).

Este estudo teve como atores os alunos que cursavam o ensino Fundamental II e Ensino Médio e que abandonaram a escola em 2012, numa amostragem aleatória estratificada proporcional. Segundo a GEPES, foi utilizado o dimensionamento proporcional com parâmetro da amostra de p e $q = 50\%$, com 95% de confiança e margem de erro de 1,5% para mais ou para menos, num total de 3.743 alunos (AMAZONAS, 2012).

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados questionários, aplicados aos alunos que abandonaram a escola em 2012 e seus responsáveis legais, gestores e pedagogos das escolas onde ocorreu o abandono.

Por meio desse estudo, foi constatado que: 52,5% dos alunos que abandonaram eram alunos do sexo feminino; 62,5% estão na faixa etária de 15 a 20 anos; 53,2% relatam que são eles mesmos os responsáveis por sua educação; 49,9% relatam como causa do seu abandono: trabalho, doença ou gravidez; 64,8% evadem do sistema de ensino. (AMAZONAS, 2012).

Este estudo possibilitou ainda o levantamento socioeconômico dos alunos pesquisados. Um dos pontos mais interessantes foi saber que: 34,9% moram com os pais e 36,02% moram com outros parentes (AMAZONAS, 2012).

Esses dados revelam que a porcentagem de alunos que moram com pais é quase a mesma proporção de alunos que moram com outros parentes, demonstrando uma possível modificação da concepção clássica de família. Outro dado relevante sobre os pais é que 54,8% dos entrevistados são analfabetos e 38% têm o fundamental incompleto. Isso nos faz refletir sobre o nível de escolaridades dos pais e a possível influência que pode exercer sobre o processo de escolarização dos alunos (AMAZONAS, 2012).

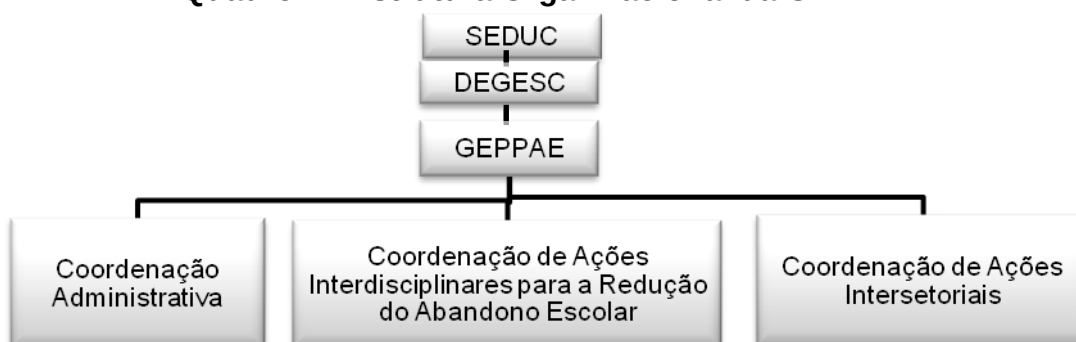
É importante ressaltar que a pesquisa não obteve publicação, contudo os resultados foram usados como referência para o direcionamento do planejamento estratégico da SEDUC/AM, especialmente das Coordenadorias Regionais e escolas estaduais do interior.

Na seção seguinte faremos uma apresentação do papel da GEPPAE nas ações de prevenção e redução do abandono escolar na rede estadual de ensino, descrevendo sua estrutura, suas atribuições e fluxo de ações.

1.3 O PAPEL DA GEPPAE NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO AMAZONAS

A Gerência de Programas, Projetos e Atendimento ao Escolar (GEPPAE) é vinculada ao Departamento de Gestão Escolar da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM). Ela foi criada em 2015, com a finalidade de elaborar e acompanhar os projetos e programas desenvolvidos junto às escolas estaduais para prevenção e redução do abandono escolar. Para tanto, a equipe está organizada em três coordenações, conforme o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Estrutura Organizacional da GEPPAE



Fonte: Elaborado pela autora, com base no Plano de Plano de Gestão da GEPPAE (AMAZONAS, 2015b).

A Coordenação Administrativa é composta por 04 técnicos e uma estagiária. Já a Coordenação de Ações Interdisciplinares para a Redução do Abandono Escolar é composta por 05 pedagogos, 02 assistentes sociais e 02 bibliotecários; a Coordenação de Ações Intersetoriais para o Enfrentamento da Vulnerabilidade

Social na Escola é composta por 03 assistentes sociais, 03 psicólogos, 03 pedagogos e uma professora com formação em Odontologia.

Essa gerência tem como missão viabilizar o desenvolvimento de programas e projetos educativos para a prevenção e redução do abandono escolar na rede estadual de ensino do Amazonas. Tem como visão, instituir-se como órgão de referência estadual na prevenção e redução do abandono escolar.

Portanto, o objetivo geral da GEPPAE é oportunizar junto às escolas estaduais, o desenvolvimento de projetos e programas interdisciplinares e intersetoriais, visando à permanência do aluno na escola. A meta da gerência é colaborar para a redução de 1% do índice de abandono escolar por ano, a partir de 2016 e 5% até o ano de 2020, tendo como base os dados do INEP divulgados a cada ano (AMAZONAS, 2015a).

A GEPPAE não foi a primeira iniciativa da SEDUC/AM frente às ações de prevenção e redução do abandono escolar. Em 2001, foi criado o Programa de Redução do Abandono Escolar - PRAE, constituído por uma equipe multiprofissional, que em parceria com o Conselho Tutelar e o Ministério Público, trabalhava de forma focal com a busca ativa de alunos infrequentes.

O PRAE desenvolvia um fluxo de atendimento que iniciava na escola, por meio da identificação do aluno infrequente, ou seja, aquele que apresentava a partir de cinco faltas consecutivas ou alternadas sem justificativas. A equipe gestora da escola esgotaria todas as medidas possíveis para regularizar a frequência do aluno identificado, junto a sua família e sua equipe pedagógica, por meio de: orientações, recuperação paralela dos alunos resgatados, assinatura de termo de cooperação com os responsáveis dos alunos infrequentes.

Caso o aluno não retornasse à escola, seria encaminhado ao PRAE para que as medidas de busca ativa fossem intensificadas, por meio de visitas domiciliares, atendimento psicossocial aos alunos e seus responsáveis, monitoramento e assessoramento pedagógico na escola, palestras e oficinas para pais alunos e professores.

Caso a infrequência ainda persistisse os alunos infrequentes e seus familiares eram encaminhados ao Conselho Tutelar e Ministério Público para o desenvolvimento de medidas necessárias.

Considerando as ações do PRAE, a ação de resgate e inserção do aluno infrequente na escola era efetiva, pois cerca de 70% dos alunos encaminhados e

atendidos pelo PRAE finalizavam o ano frequentando regularmente a escola. Vale ressaltar que apenas uma média de 1.000 alunos era encaminhada pelas escolas estaduais da capital anualmente. Ou seja, um número bem inferior em relação ao número de alunos que abandonavam a escola todos os anos. Isso vem confirmar que as ações do PRAE, apesar de efetivas, não eram eficazes, pois não produziam impacto na taxa do abandono escolar.

O PRAE apresentava alguns pontos desfavoráveis: muitas escolas não estavam preparadas e apresentavam resistências para receber os alunos resgatados de volta. Muitos professores não estavam sensibilizados para essa receptividade e resistiam à elaboração de um planejamento alternativo para a recuperação de estudos dos alunos infrequentes resgatados.

Por essa pouca receptividade, ou mesmo devido aos fatores sociais dos alunos, 15% dos resgatados abandonavam a escola novamente no mesmo ano em que foram sensibilizados para retornar à frequência regular na escola (AMAZONAS, 2012).

Outro ponto desfavorável, é que as ações do PRAE não alcançavam 100% das escolas estaduais, visto que suas ações estavam limitadas à capital. Anualmente, as ações do PRAE alcançavam cerca de 60% das escolas da capital no universo de quase duzentas escolas.

É importante ressaltar que as ações do PRAE não eram contextualizadas pelos fatores que incidiam sobre o abandono na rede estadual de ensino, devido à falta de um estudo analítico sobre a temática. As causas do abandono averiguadas eram restritas aos alunos encaminhados e atendidos pelo PRAE, não representando a dimensão da rede.

O principal legado deixado pelo PRAE, além das intensas ações de busca ativa aos alunos infrequentes, foi a quebra de paradigmas dentre os diversos setores da SEDUC/AM, especialmente nas escolas. O abandono escolar deixou de ser visto como um mero número estatístico, ganhou subjetividade, pessoalidade. O PRAE trouxe a necessidade de enxergar o aluno no seu contexto sociofamiliar, apresentando a necessidade de buscar conhecer os motivos que tem levado o aluno a deixar a escola.

Em 2012, o PRAE foi ampliado, ganhou maior infraestrutura e capital humano, sendo transformado em Centro de Atendimento ao Escolar - CAES, constituído por uma equipe interdisciplinar composta por pedagogo, assistente social e psicólogo.

O CAES teve suas atribuições ampliadas, oferecendo às escolas, da capital e do interior, diversas ações de Educação em Saúde, atendimento social e encaminhamento à rede de atendimento, proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente, atendimento psicológico e de assessoramento à equipe pedagógica nas escolas para intervenção ao aluno infrequente, com vistas para a prevenção ao abandono escolar.

Nesse contexto, o CAES desenvolvia junto às escolas projetos de prevenção as drogas, as violências, as doenças e agravos que poderiam colaborar na incidência do abandono escolar. Portanto, o CAES passou a oportunizar a todas as escolas estaduais ações de prevenção ao abandono escolar, além de ações de intervenção com alunos encaminhados para atendimento psicossocial.

No ano de 2015, houve uma reformulação na estrutura organizacional da SEDUC/AM, o CAES foi fundido com a Gerência de Programas e Projetos Especiais - GPPE, sendo criada a Gerência de Programas, Projetos e Atendimento ao Escolar - GEPPAE, que desenvolve diversas ações: Programa Bibliotecas Escolares, Projeto Valorizando as Fanfarras Escolares, Programa Bolsa Família, Programa Nacional do Livro Didático, Programa Estadual de Provimento do Fardamento e Kit Escolar, Programa de Educação em Saúde, Programa de Prevenção às Drogas e às Violências, Projeto Jovens Multiplicadores pela Paz no Trânsito, Grêmio Estudantil e o Projeto Permanecer.

A GEPPAE dissemina as diretrizes e orientações técnicas para as equipes interdisciplinares das Coordenadorias Distritais de Educação, composta por um psicólogo, um assistente social e um Coordenador da Redução do Abandono Escolar - CRAE, estes profissionais desenvolvem junto às escolas estaduais ações de prevenção e redução do abandono escolar.

A GEPPAE e as equipes interdisciplinares das CDEs realizam o acompanhamento dos índices de abandono escolar por município, Coordenadoria e Escola, mensalmente, por meio do Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas – SIGEAM, e do Diário Digital⁹.

⁹ O Diário Digital é uma ferramenta criada para ambiente de internet, a partir do SIGEAM, com a finalidade de otimizar a rotina de processos realizados no ambiente escolar, substituindo o tradicional diário em papel, em que os dados, tais como notas, faltas dos alunos e conteúdo das aulas (CASTRO, 2016). Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/03/ALCINETE-SANTOS-CASTRO.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

Às equipes interdisciplinares das Coordenadorias Distritais compete: Elaborar relatórios periódicos, contendo os índices do abandono das Escolas; Promover ações interdisciplinares nas escolas estaduais com maiores índices de abandono escolar; Orientar as Escolas acerca das providências a serem adotadas pela equipe gestora em casos de alunos infrequentes; acompanhar, junto a Escola, o retorno do aluno infrequente a fim de assegurar que este seja reinserido ao ambiente escolar, tendo seus direitos garantidos; Participar de reuniões mensais com as equipes interdisciplinares das CDEs (reuniões presenciais) e CREs (videoconferências) e da GEPPAE.

Aos psicólogos que compõe a equipe interdisciplinar das Coordenadorias, compete: Promover ações interdisciplinares, juntamente com os Coordenadores da Redução do Abandono Escolar e assistentes sociais das coordenadorias, priorizando as escolas estaduais de maiores índices de abandono escolar; Realizar escuta especializada aos alunos das escolas estaduais e seus respectivos pais/responsáveis, caso a motivação da infrequência envolva aspectos psicológicos (sofrimento psíquico, doença crônica, perdas, automutilação, tentativa de suicídio, transtornos psicológicos, uso abusivo de álcool e drogas), com a finalidade de identificar problemas cognitivos e/ou comportamentais individuais para prevenção, orientação e possíveis encaminhamentos; Orientar e assessorar a equipe gestora quanto às providências a serem tomadas de acordo com as necessidades identificadas pelo psicólogo da CDE; Emitir pareceres técnicos psicológicos, mediante solicitação jurídica; Desenvolver Campanhas, Palestras e Oficinas de acordo com as demandas identificadas a fim de potencializar o trabalho de prevenção ao abandono dentro das Escolas; Participar de reuniões mensais com as equipes interdisciplinares das CDEs (reuniões presenciais) e da GEPPAE.

Aos Assistentes Sociais que compõem a equipe interdisciplinar das CDEs compete: Promover ações interdisciplinares, juntamente com os CRAE e psicólogos das CDEs e CREs, nas Escolas Estaduais de maiores índices de abandono escolar; Identificar e atender aos alunos e às suas respectivas famílias da área de abrangência da CDE, principalmente àqueles em situação de vulnerabilidade e risco social, propiciando orientação e acompanhamento necessário para superar os aspectos que interferem no desempenho do aluno na escola; Orientar à equipe gestora acerca de procedimentos e providências a serem tomadas de acordo com as situações e casos atendidos pelo Serviço Social da CDE; Coordenar e realizar ações

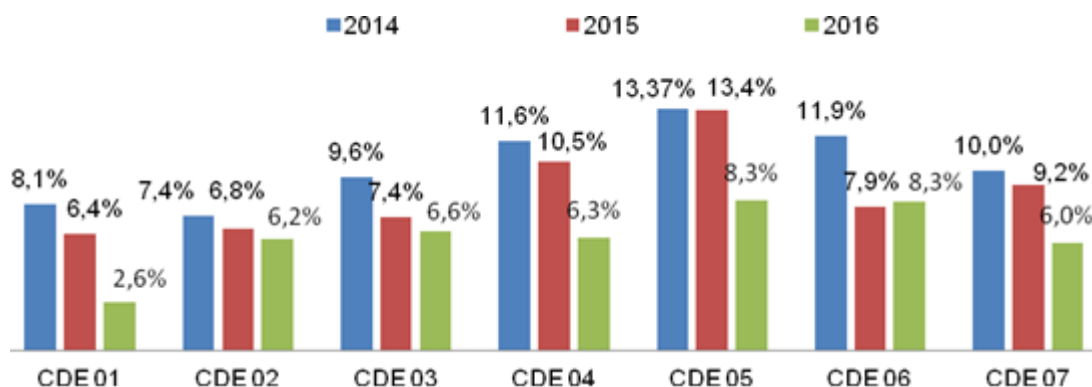
e atividades socioeducativas, como: palestras, oficinas, encontros e reuniões, de acordo com as demandas e necessidades identificadas nos atendimentos, a fim de potencializar um trabalho sócio-preventivo nas escolas; Viabilizar o encaminhamento da população atendida às instituições sociais e órgãos de proteção e defesa de direitos por intermédio de articulação com a rede socioassistencial; Elaborar relatórios periódicos de ações e atividades realizadas, contendo análises quantitativas e qualitativas; Emitir pareceres técnicos sociais, quando necessário; Participar de Encontros Mensais com os demais assistentes sociais de CDEs e da GEPPAE.

No sentido de potencializar as ações para prevenção ao abandono escolar, as equipes interdisciplinares das CDEs devem realizar as seguintes atividades em todas as escolas estaduais: atualizar no Projeto Político Pedagógico - PPP - as ações de prevenção ao abandono escolar propostas por cada escola com o intuito de acompanhar o desenvolvimento destas ações; Monitorar a execução das ações preventivas ao abandono escolar previstas no PPP, em parceria com os Supervisores Pedagógicos das CDEs; Realizar orientação às equipes pedagógicas das escolas quanto à legislação vigente sobre o abandono escolar; Propor uma rotina de vigilância e ações nas escolas quanto à infrequência escolar (AMAZONAS, 2015b).

Na próxima seção, faremos a caracterização das escolas selecionadas para esta pesquisa, apresentaremos os dados coletados sobre as características físicas e pedagógicas, assim como as séries históricas acerca do rendimento e desempenho delas.

1.3 O ABANDONO NAS DUAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO SELECIONADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

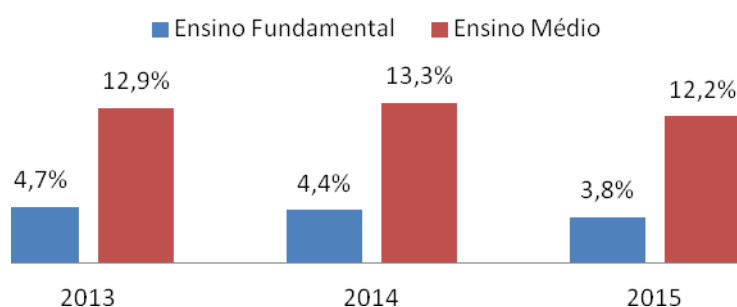
A Coordenadoria Distrital de Educação 05 foi escolhida para estudo, pois possui a maior taxa de abandono escolar no Amazonas. Ao compararmos os dados dos últimos anos (2014 - 2016) observamos que a CDE 05 mantém-se sempre no *ranking* com as maiores taxas, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Série Histórica do Abandono Escolar na CDE 05 – 2014 a 2016

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2017b).

Nesta série histórica de 2014 a 2016, a CDE 05 apresenta-se sempre com o índice de abandono escolar acima da taxa geral do Estado, que é 7,9% (2014), 7,3% (2015) e 5,8% (2016), obtendo 13% em 2014 e 2015, e 8,3% em 2016, que apesar de uma queda na taxa, ainda permanece com o maior percentual de abandono escolar entre as demais Coordenadorias.

Foram escolhidas duas escolas de Ensino Médio da CDE 05, devido essa modalidade de ensino apresentar as maiores taxas de abandono escolar. Podemos visualizar no Gráfico 5, a seguir, a diferença significativa entre as taxas do Ensino Fundamental e Médio na Rede Estadual de Ensino do Amazonas, numa série histórica de 2013 a 2015. As taxas de abandono escolar no Ensino Médio chegam a ser quase o triplo em relação à taxa do Ensino Fundamental nos três anos da série histórica. Por esse motivo, estudar as escolas de Ensino Médio da CDE 05 nesta pesquisa é relevante.

Gráfico 5 - Comparativo do Abandono Escolar entre o Ensino fundamental e Ensino Médio de 2013 a 2015

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2017b).

As escolas da CDE 05 selecionadas para esta pesquisa são: a Escola Real, considerada a escola com a taxa de abandono escolar elevada e a Escola Êxitos, considerada a escola com a menor taxa. Apesar da diferença significativa entre as taxas de abandono escolar, ressaltamos que as duas escolas selecionadas apresentam as mesmas dimensões de infraestrutura e condições pedagógicas parecidas.

Essas duas escolas trabalham com o Ensino Médio. Somente a Escola Êxitos que está finalizando o ciclo do Ensino Fundamental com as últimas turmas de 9º ano no turno matutino. Em 2018, a expectativa que ela continue a trabalhar unicamente com o Ensino Médio.

As referidas escolas são bem semelhantes, quanto à dimensão de estrutura física. A Escola Real tem 16 salas e a Escola Êxitos tem 11 salas. São escolas com grande quantidade de salas de aula e a mesma disposição de espaço diversificado: laboratórios de informática e de ciências, biblioteca, quadra desportiva. Ou seja, as duas escolas possuem as mesmas condições de infraestrutura para o desenvolvimento de atividades, projetos e programas diversificados que podem contribuir para um ambiente mais atrativo aos alunos e demais membros da comunidade escolar.

Quanto aos recursos humanos, a escola Real possui um quadro de funcionários maior que a Escola Êxitos, embora as duas escolas possuam a mesma capacidade física e número de alunos atendidos. A equipe pedagógica dessas escolas possui praticamente a mesma quantidade de professores. O que difere é a presença do pedagogo: na Escola Real há pedagogo pela manhã e a noite e um apoio pedagógico. Na escola Êxitos não há a presença de um pedagogo e nem do apoio pedagógico.

A Escola Real, além de apresentar a maior média de abandono na Série História de 2014 a 2016, que é de 24,1%, se mantém no *ranking* das 10 escolas de Ensino Médio com maiores taxas de abandono escolar da CDE 05 nos últimos anos, conforme o Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 - Série Histórica do *Ranking* das Escolas com Maiores Taxas de Abandono Escolar

RANKING	2014		2015		2016	
1º	Escola Real	30,6%	Escola "E"	32,5%	Escola "E"	21,2%
2º	Escola "F"	26,7%	Escola "F"	28,0%	Escola "A"	15,6%
3º	Escola "C"	25,0%	Escola Real	26,4%	Escola Real	15,3%
4º	Escola "H"	20,5%	Escola "I"	21,7%	Escola "C"	14,6%
5º	Escola "A"	20,4%	Escola "C"	20,5%	Escola "D"	14,5%
6º	Escola "G"	18,8%	Escola "J"	18,9%	Escola "F"	14,1%
7º	Escola "D"	18,0%	Escola "G"	18,9%	Escola "G"	13,6%
8º	Escola "I"	16,5%	Escola "H"	18,7%	Escola "H"	13,4%
9º	Escola "J"	16,2%	Escola "D"	17,8%	Escola "I"	13,1%
10º	Escola "E"	0,0%	Escola "A"	16,9%	Escola "J"	12,7%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2017b).

Excluindo as escolas de Tempo Integral e as Escolas Militares, tendo em vista as especificidades delas, a Escola Êxitos é a escola que apresenta a menor média da série histórica do abandono escolar no Ensino Médio da CDE 05, que é de 11,7%, como podemos ver na Tabela 4.

Tabela 4 - Série Histórica do *Ranking* das Escolas com Menores Taxas de Abandono Escolar

RANKING	2014		2015		2016	
1º	Escola "L"	0,0%	Escola "L"	0%	Escola "L"	0%
2º	Escola "M"	1,6%	Escola "N"	2,8%	Escola "N"	0%
3º	Escola "N"	3,3%	Escola "M"	0%	Escola "M"	0%
4º	Escola "O"	6,1%	Escola "O"	0,5%	Escola "O"	1,2%
5º	Escola Êxitos	11,4%	Escola Êxitos	12,7%	Escola "R"	6,8%
6º	Escola "T"	13,9%	Escola "Q"	14,1%	Escola "Q"	9,0%
7º	Escola "R"	18,3%	Escola "R"	18,5%	Escola "V"	9,1%
8º	Escola "Q"	18,9%	Escola "S"	18,8%	Escola "U"	9,5%
9º	Escola "S"	20,0%	Escola "U"	21,9%	Escola "S"	10,2%
10º	Escola "U"	25,7%	Escola "V"	25,8%	Escola Êxitos	11,0%
11º	Escola "V"	29,8%	Escola "T"	26,3%	Escola "T"	12,3%

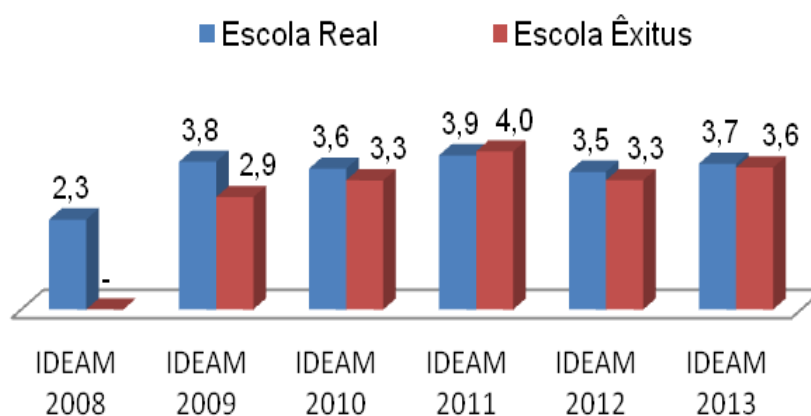
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2017b).

As Escolas Real e Êxitos foram selecionadas com o intuito de analisar a diferença dentre as suas respectivas taxas de abandono escolar, o perfil dos alunos que abandonaram em 2016, as motivações que levaram a ocorrência do abandono e

que ações de prevenção e redução do abandono são realizadas em cada uma delas.

Com relação ao desempenho dessas escolas de Ensino Médio, o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM) permite a análise da evolução das escolas selecionadas por meio do Índice de Desempenho Educacional do Amazonas (IDEAM). A Escola Real obteve IDEAM 1,8 em 2008, 4,1 em 2011 e decaindo para 3,0 em 2013. Já a Escola Êxitos, obteve IDEAM 2,9 em 2009, subindo para 4,0 em 2011, e finalizou 3,6 em 2013, conforme o Gráfico 6.

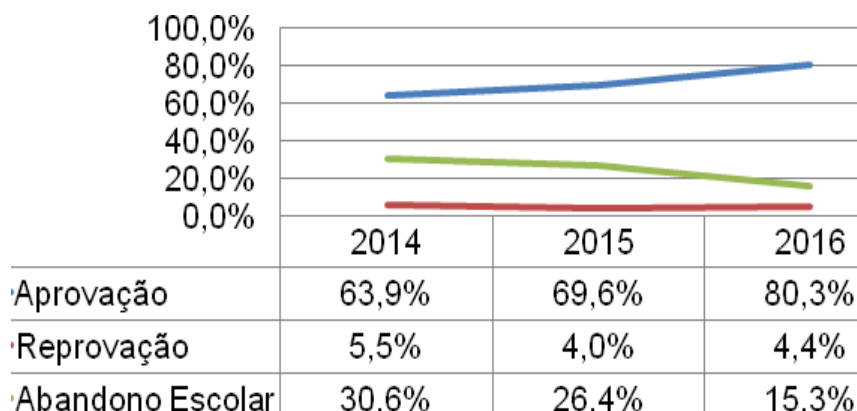
Gráfico 6 - Série Histórica do IDEAM das Escolas Selecionadas



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SADEAM (AMAZONAS, 2017a).

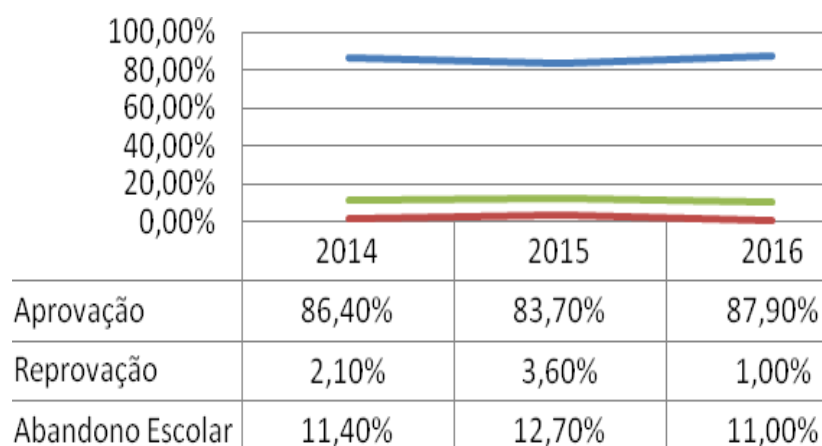
No Gráfico 6, observamos o crescimento das escolas selecionadas desde 2008, contudo, há uma queda em 2013. É de saber que no rendimento escolar, a taxa de abandono escolar é também fator determinante. Neste sentido, é importante investigar se as elevadas taxas de abandono escolar dessas escolas estejam influenciando negativamente no desempenho dessas escolas nas avaliações externas.

Considerando o desempenho das escolas selecionadas no SADEAM, faremos uma análise no rendimento escolar, numa série histórica de 2014 a 2016. O rendimento da Escola Real é evidenciado no Gráfico 7, a seguir, e percebemos que houve uma evolução no índice de aprovação e uma redução na reprovação. Já no abandono escolar, em 2014 ficaria em 30%, reduzindo para 15,3% em 2016, contudo representa quase o dobro do índice geral da CDE 05.

Gráfico 7 - Série Histórica do Rendimento da Escola Real – Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2017b).

A Escola Êxitos apresenta um índice de aprovação com um pequeno crescimento entre os anos 2014 e 2015, além de se considerada alta, chegando a quase 90% em 2016. Os índices de abandono escolar e reprovação apresenta um índice mais linear, com um pequeno decréscimo desde 2014 até 2016, conforme demonstra o Gráfico 8:

Gráfico 8 - Série Histórica do Rendimento da Escola Êxitos no Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2017b).

Considerando a análise do rendimento das escolas selecionadas, foi possível identificar uma grande diferença dentre as taxas de abandono escolar e isso pode representar um entrave na melhoria do desempenho e rendimento das escolas.

A estrutura física de uma escola pode fazer a diferença na realização de práticas pedagógicas, para que se tornem ainda mais atrativas aos interesses dos

alunos e influencie na decisão de permanecer na escola. Por esse motivo, faremos uma análise dos aspectos da estrutura física e funcional das escolas selecionadas.

Na Escola Real, há a colaboração de 71 funcionários, distribuídos nos três turnos para o atendimento a 2.166 alunos. Nessa escola, há 02 banheiros com gabinetes para os alunos, sendo 01 para o sexo feminino e 01 para o masculino; 01 banheiro para professores; 01 biblioteca; 01 cozinha; 01 laboratório de informática com 20 computadores; 01 laboratório de Ciências; 01 quadra de esportes; 01 diretoria; 01 sala de professores; 01 sala de recursos da educação especial; poço artesiano; e serviço de internet.

Já a Escola Êxitos é composta por 68 funcionários, que atendem a um total de 1.507 alunos, distribuídos nos três turnos. Esta escola possui 02 banheiros com gabinetes para os alunos, sendo 01 para o sexo feminino e 01 para o masculino; 01 banheiro para professores; 01 biblioteca; 01 cozinha; 01 laboratório de informática com 23 computadores; 01 laboratório de Ciências; 01 quadra de esportes; 01 diretoria; 01 sala de professores; poço artesiano; e serviço de internet.

Consideradas essas características de infraestrutura e capacidade de atendimento, verificamos que as Escolas Real e Êxitos são distintas. Porém, são as duas escolas de ensino médio que mais se aproximam em características estruturais e que apresentam uma maior diferença, em relação à taxa de abandono escolar.

A Escola Real, que apresenta um total de 2166 alunos, distribuídos em 45 turmas de Ensino Médio, apresenta uma taxa de abandono escolar maior. Ela possui uma média de 48 alunos por turma, além de contar com 50 professores e 21 funcionários, em um total de 71 profissionais da educação. Já a Escola Êxitos possui um total de 1507 alunos, distribuídos em 29 turmas, em uma média de 51 alunos por turma, e conta com 68 profissionais da educação. Nesse contexto, pode-se verificar que a Escola Real, que possui a maior taxa de abandono escolar, possui um quadro de funcionários maior que o da Escola Êxitos, além de uma média de alunos por turma inferior.

Ao realizarmos uma entrevista exploratória com o Coordenador da Redução do Abandono Escolar - CRAE, na CDE 05, este nos informou que no início do ano de 2017 houve um diagnóstico, com a finalidade de averiguar os indicadores de 2016 das escolas, a organização escolar para a realização de ações de prevenção à infrequência escolar, com orientações para o desenvolvimento de um plano de ação.

O CRAE nos informou ainda que desde o início do ano realiza o assessoramento e acompanhamento à equipe pedagógica das escolas selecionadas, incentivando a constante identificação dos alunos infrequentes e seus responsáveis legais, para que sejam chamados a um acordo, a fim de promoverem a regularização da frequência escolar. Quando esses alunos chamados para retorno à escola mantêm-se infrequentes, as escolas preenchem a ficha de notificação e encaminham ao Conselho Tutelar.

Tendo em vista a implementação do plano de ação da CDE 05, o CRAE elaborou novas estratégias preventivas e de intervenção junto aos pedagogos e apoios pedagógicos de todas as escolas selecionadas e seus respectivos gestores escolares.

Segundo o CRAE, foi implementado o Projeto “Os 10 Mandamentos de Combate ao Abandono Escolar nas Escolas da CDE 05”, cujo objetivo é realizar ações de prevenção e combate ao abandono escolar nas escolas da CDE 05, considerando-se prioritariamente as que trabalham com os segmentos do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio.

Com isso, foram identificadas as principais causas para o abandono escolar nas Escolas, através dos atendimentos realizados aos alunos com Risco de Abandono, especialmente no Ensino Médio, tendo destaque: Desestrutura familiar, falta de acompanhamento escolar, desinteresse pelos estudos, problemas de saúde, dificuldades financeiras, ingresso ao mercado de trabalho, gravidez precoce, insegurança e envolvimento em atos infracionais.

Com o desenvolvimento do Projeto “Os 10 Mandamentos de Combate ao Abandono Escolar nas Escolas da CDE 05”, o CRAE relatou que foi observada maior participação nas reuniões de pais e mestres e em outras atividades escolares, a realização de visitas domiciliares, melhoria no acompanhamento diário da frequência escolar, criação de alunos monitores para a realização do projeto e das demais práticas pedagógicas das escolas.

A partir de todas estas iniciativas, também desenvolvidas em 2016, o CRAE observa que elas contribuíram para uma redução (5,03%) no abandono escolar da CDE 05, em comparação ao ano anterior, representando em números absolutos o equivalente a 2.265 estudantes. E, com isso a equipe da CDE 05 espera que, com as ações de prevenção e redução já desenvolvidas, reduzir pelo menos 1% na taxa de abandono escolar em 2017.

Contudo, para promover maior impacto na redução do abandono escolar faz-se necessário a investigação quanto aos motivos que levam aos alunos, especialmente os de Ensino Médio a abandonarem a escola, para que as ações desenvolvidas nas escolas sejam mais efetivas. Vale ressaltar que a SEDUC/AM ainda não realizou nenhuma pesquisa sobre as causas do abandono escolar nas escolas estaduais da capital.

Deste modo, ratificamos a relevância deste estudo de caso a ser realizado nas escolas estaduais em Manaus, tendo em vista que não há um estudo precedente e, atualmente as ações desenvolvidas de prevenção e redução do abandono escolar na SEDUC/AM não estão correlacionadas às causas reais do abandono escolar, devido à ausência de um estudo científico.

No Capítulo 2 a seguir, desenvolvemos os eixos de análises, abordando os aspectos teóricos do abandono escolar, buscando apresentar as diversas concepções teóricas, diferenciando-o do termo evasão escolar, tidos como sinônimos por muitas pessoas. Faremos ainda a apresentação dos fatores internos e externos à escola que incidem nas situações de abandono escolar demonstrados em estudos anteriores. E, trataremos das formas de combate ao abandono escolar nas escolas públicas.

Serão apresentados ainda o percurso metodológico da pesquisa e os procedimentos de análise dos achados da pesquisa qualitativa, em que se dará por meio da realização de uma entrevista semiestruturada ao Coordenador da Redução do Abandono Escolar, questionários aos gestores escolares e aos alunos que abandonaram em 2016 e que estão matriculados e cursando em 2017 nas respectivas escolas selecionadas para a pesquisa.

2 OS FATORES DETERMINANTES DO ABANDONO ESCOLAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO NA ZONA LESTE DE MANAUS

Este estudo de caso tem como objetivo identificar os motivos do abandono nas duas escolas de Ensino Médio na CDE 05. Portanto, no capítulo 1, foi elencada a descrição do problema e a justificativa quanto à necessidade de realizar um estudo de caso sobre tal temática.

O capítulo 2 apresenta a análise dos motivos mais recorrentes do abandono escolar nas escolas selecionadas. Para tanto, este capítulo subdivide-se em três seções. A primeira seção apresenta os aspectos teóricos que norteiam os eixos de análise desta pesquisa, ou seja, discute os fatores externos e internos da escola que incidem de forma significativa na taxa de abandono escolar. A segunda seção discorre sobre os aspectos dos procedimentos metodológicos, a definição dos instrumentos utilizados que subsidiam a análise dos achados desta pesquisa.

Por fim, apresentamos uma discussão analítica dos dados coletados na pesquisa de campo e dos fundamentos teóricos, para que possamos identificar quais os motivos levaram os alunos das duas escolas de Ensino Médio com maior taxa de abandono da CDE 05 a deixarem de frequentar o ambiente escolar.

2.1. ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE ABANDONO ESCOLAR

Nesta seção faremos uma discussão sobre os aspectos teóricos do abandono escolar. Abordaremos o conceito dos termos e as concepções de diversos autores acerca desta temática, que norteará os eixos de análise desta pesquisa. Serão abordados ainda os principais fatores externos e internos que incidem sobre a decisão dos alunos em abandonar a escola presentes em outros estudos científicos. Por fim, faremos uma abordagem sobre as formas de combate apresentadas em pesquisas de outros estudiosos.

2.1.1 Abandono *versus* evasão

No Brasil, o abandono escolar tem sido uma das principais preocupações da Educação Básica e pode acarretar consequências nefastas não só para o aluno, mas para a sociedade como um todo, interferindo negativamente no

desenvolvimento do país. Isso porque é um problema que ocorre em todos os níveis de ensino, porém, é mais alarmante no Ensino Médio, conforme apresentado no capítulo 1 deste trabalho.

Contudo, inicialmente é de fundamental importância conceituar “abandono escolar”, diferenciando-o do termo “evasão”, comumente confundido. Meritti e Fundação Lemann (2017) definem que abandono escolar é um processo no qual o aluno deixa de frequentar a escola num determinado ano corrido e a evasão escolar é quando o aluno deixa de frequentar a escola e não retorna a ela e à nenhuma outra no ano seguinte. Nessa perspectiva, o aluno pode abandonar inúmeras vezes e não evadir da escola, assim como, um aluno pode evadir sem jamais tê-la abandonado.

Santos (2010 *apud* VASCONCELOS, 2013, p.4), definiu que “o abandono escolar consiste na decisão de deixar a escola sem completar o nível de ensino, devido a diversas tensões, desajustamentos, fracassos e desinteresse pela escola”. Ressaltamos que o abandono escolar é considerado um problema que sofre interferência de multifatores simultaneamente. Ou seja, cada aluno que decide afastar-se da escola pode apresentar diversos problemas de ordem socioeconômica, familiar, cultural e educacional ao mesmo tempo, distanciando-o da autoconfiança para a superação e levando-o ao afastamento provisório ou permanente da escola.

É importante reconhecer ainda que o fenômeno do abandono escolar ultrapassa a esfera da Educação. Assim sendo, Vasconcelos (2013) afirma que o abandono escolar não é apenas um problema social ou educacional, apresenta-se ainda como um problema econômico para o aluno e para a sociedade, devendo ser visto, dessa forma, por todos os atores sociais envolvidos na educação. “E aos alunos é necessário fazer chegar a mensagem de que o seu processo educativo é a única forma de promoção pessoal e social” (VASCONCELOS, 2013, p. 8).

No entanto para que haja maior desenvolvimento social, cultural e econômico do indivíduo e, conseqüentemente, da nossa sociedade, é relevante que toda criança e adolescente seja incentivado a finalizar o processo de escolarização básica no período previsto a ingressar na educação técnica ou superior, oportunizando maior qualificação para o mercado de trabalho e preparação para a Cidadania, conforme está previsto na LDB nº 9.496/1996 (BRASIL, 1996). Deste modo, um aluno que é afastado da escola levará mais tempo para se qualificar e ingressar no mercado de trabalho.

A escola deve ser um espaço pedagógico que busca a valorização da cultura do sucesso escolar, num processo de ensino e aprendizagem enriquecido pela mútua troca de experiência e produção dialética e dinâmica do conhecimento. Um ambiente amoroso, acolhedor e prazeroso para os professores, alunos e toda comunidade escolar. Nesse contexto, Cortella (2011, p. 102) nos inspira dizendo que “a sala de aula é, simbolicamente, um lugar de amorosidade [...]” e isso tende a favorecer a decisão do aluno pela permanência no ambiente escolar.

Contudo, diversos estudos anteriores, como Soares *et al* (2015), Castelar *et al* (2010), Fritsch e Vitelli (2016), entre outros pesquisadores afirmam que o abandono escolar não é um problema novo na educação brasileira. Este problema tem sido recorrente como uma das maiores preocupações nas últimas décadas.

Vasconcelos (2013) ressalta ainda que:

o abandono escolar tem sido alvo de inúmeros estudos e análises, tanto por parte dos governantes quanto de estudiosos das Ciências da Educação, bem como de todos os agentes sociais envolvidos no processo (p.16).

Com a finalidade de proporcionar um grande impacto na redução das taxas de abandono escolar, é necessário mudar a forma de olhar e lidar com este problema, não devendo ser visto apenas como um dado numérico.

Mendes (2006 *apud* VASCONCELOS, 2013, p. 23), afirma que o abandono escolar é um processo gradual, não é algo que ocorre de forma rápida ou imediata, é constituído por causas que se agravam com o tempo e provocam o afastamento do sistema de ensino.

Na seção a seguir faremos uma discursão sobre a importância que cada rede de ensino deve ter quanto ao fato de buscar conhecer os motivos que levam os alunos a abandonarem a escola. E, para que possamos entender didaticamente, classificamos os fatores apresentados por outros pesquisadores em dois grupos: fatores externos e fatores internos à escola.

2.1.2 Fatores internos e externos ao abandono escolar

O abandono escolar no Brasil pode estar relacionado a diversos tipos de fatores que incidem sobre a decisão do aluno em deixar de frequentar a escola. Esses fatores podem ser classificados em internos e externos à escola.

Soares *et al.* (2015, p. 759), afirmam que o cenário do abandono escolar não é um problema exclusivo do Brasil, [...] “é um problema que afeta até mesmo países com alto desenvolvimento econômico”. Em Portugal, por exemplo:

[...] segundo uma análise do Observatório das Desigualdades e segundo os dados do Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística. Em Portugal, cerca de 15 a 17 mil estudantes abandonam os estudos sem completarem o ensino básico. Assim, existem 200 mil jovens com menos de 24 anos sem escolaridade obrigatória (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008 *apud* VASCONCELOS, 2013, p. 38).

Castelar *et al.* (2010) apresentaram estudos e pesquisas educacionais que sinalizam o abandono escolar como um problema motivado por diversos fatores, classificados em dois principais conjuntos de fatores: externos e internos à escola.

Os fatores externos mais recorrentes nos estudos apresentados por Castelar *et al.* (2010) são: inserção precoce no mercado de trabalho – muitas das vezes, sem qualificação e na informalidade; ingresso na criminalidade e no envolvimento com a violência urbana; convívio familiar conflituoso, que não oferece estímulo ao desenvolvimento da cultura educacional. No que se referem aos fatores internos, tais autores ressaltam que eles estão correlacionados à má qualidade no processo de educação nas escolas públicas.

Em outro estudo realizado por Soares *et al.* (2015) os autores apresentam uma análise de diversos estudos já realizados sobre o abandono escolar no Ensino Médio.

Rumberger e Lim (2008 *apud* SOARES *et al.*, 2015, p.759) demonstraram a revisão de 203 artigos publicados nos Estados Unidos da América e dividiram os fatores que predizem sobre o estudante que abandona ou consegue concluir o Ensino Médio em dois grupos: “aqueles associados às características individuais dos alunos e os associados às características institucionais de suas famílias, escolas e comunidades” (SOARES *et al.*, 2015, p.759).

Sobre as características individuais que se relacionam ao abandono, Soares *et al.* (2015) citam: desempenho educacional, comportamento e atitude do aluno, características demográficas e experiências prévias. Quanto às características institucionais, eles destacam: na estrutura familiar - renda e recursos financeiros familiares, capital social; e, na escola, composição dos estudantes na escola, recursos escolares, políticas e práticas escolares, clima escolar.

Considerando os estudos supracitados, “fica evidente uma dicotomia entre fatores internos e externos como causadores do abandono escolar”. (SOARES *et al.*, 2015, p. 760). Stearn e Gleinne (2006, *apud* Soares *et al.*, 2015) afirmaram que esses fatores podem variar conforme a faixa etária, grupo social que o aluno está inserido – tamanho e tipo de família, familiares evadidos da escola e nível socioeconômico.

Sobre os aspectos externos, destacamos outra pesquisadora, Vasconcelos (2013). Em seu estudo, ela discorre sobre a influência da família no desempenho escolar dos alunos. Para a autora, o abandono escolar também é determinado pelo nível cultural e econômico da família.

Vasconcelos (2013) considera que alunos com sucessivas reprovações, e que abandonam a escola, provêm habitualmente de famílias cujos pais são analfabetos ou possuem um baixo nível de escolarização e que, por consequência, desconhecem os benefícios da escola. A referida autora destaca também que a falta de incentivo e acompanhamento dos alunos pelos seus pais e familiares são variáveis importantes, e estão fortemente associadas ao abandono escolar.

Nesses aspectos sociofamiliares do aluno, apresentamos os estudos de Fritsch e Vitelli (2016) que trazem outras evidências no que tange a influência da família no desenvolvimento do processo de escolarização dos filhos. Os autores mostram que os pais dos alunos pesquisados apresentam uma baixa escolaridade: 31% possuem pai com Ensino Fundamental incompleto e 19,61% dos pais possuem o Ensino Médio completo. E tanto o pai (68%), quanto à mãe (66%) trabalham.

Outra constatação nesse estudo de Fritsch e Vitelli (2016) é sobre a possibilidade de abandonar a escola uma vez, 16% dos alunos indicaram que as questões de trabalho são as mais recorrentes dentre as motivações para isso.

É interessante saber que Soares *et al.* (2015) fazem uma crítica ao fato de que muitos estudiosos associam as causas do abandono escolar no Ensino Médio à inserção no mercado de trabalho. Para eles, isso tende a ignorar outros fatores

importantes como a “falta de interesse do aluno na/pela escola, currículo, infraestrutura, tamanho da escola, relação professor e aluno” (LEE; BURKAM, 2003, s.p. *apud* SOARES *et al*, 2015, p.759).

Com base nisso, a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, realizada por Neri *et al.* (2009) mostrou, com base nos dados da Pnad de 2006, que a necessidade de trabalho e renda foi mencionada por 27,1% dos jovens incluídos na pesquisa da FGV. Muitos adolescentes e jovens entram no mercado de trabalho cedo demais e a vida escolar acaba sendo sacrificada, visto que aos 18 anos 53% dos jovens frequentam as aulas e 54% trabalham (NERI *et al.*, 2009).

Ainda sobre o levantamento de Neri *et al.* (2009), foi constatado que a dificuldade de acesso à escola foi mencionada por 10,9% dos jovens como causa do abandono escolar. Apesar de ser um aspecto que foge da responsabilidade da escola, mesmo assim ela não pode se omitir, deve buscar uma intervenção, principalmente na busca por uma solução, intermediando uma possível transferência do aluno para outra escola mais próxima de seu domicílio.

Considerando todos os estudos apresentados, é importante reconhecer que o problema do abandono escolar, de um modo geral, ultrapassa os limites da educação, constituindo-se como um fenômeno social, complexo e multifatorial.

Porém, mesmo refletindo sobre a complexidade e diversidade do abandono escolar, compreendendo-o como um fenômeno multifatorial, que sofre interferência de fatores externos e internos, é fundamental que as redes de ensino, assim como as unidades escolares, desenvolvam um planejamento estratégico que possam diagnosticar, conhecer a realidade de cada escola e intervir estrategicamente sobre esses fatores.

Para Castelar *et al.* (2010) políticas públicas voltadas para o combate ao abandono escolar nem sempre têm obtido êxito, o que indica que as causas para tal fenômeno podem ainda não ter sido analisadas de forma adequada. Para eles, fornecer o acesso ao ensino não garante a permanência dos alunos na escola, fator preponderante na política de prevenção e redução do abandono escolar.

Deste modo, compreender os motivos que levam os alunos a abandonarem a escola é primordial para o planejamento, implantação e implementação de programas e políticas que possam favorecer a permanência do aluno na escola.

Nesse contexto, é essencial que a equipe gestora e pedagógica da escola possam se ater aos fatores internos que incidem sobre o abandono escolar. E, sobre

os aspectos externos, buscar meios estratégicos de minimizar a interferência deles por meio do trabalho pedagógico desenvolvido na escola.

Contudo, é fundamental que as ações desenvolvidas na escola para a prevenção e redução do abandono escolar também estejam sistematizadas com os projetos e programas promovidos pelo macrossistema, por intermédio da GEPPAE e CDE 05. Essa parceria é necessária, tendo em vista, que a escola sozinha terá maior dificuldade de cumprir a sua missão suas metas e objetivos. O abandono escolar, enquanto um problema multifatorial, exige uma integração de toda a rede, da comunidade escolar e da sociedade de um modo geral.

Na escola, é importante que a equipe gestora e pedagógica oportunize um meio de comunicação em que se possam ouvir os próprios alunos, sobre o que eles pensam acerca da educação, perspectivas de futuro, como eles veem a escola, dentre outros aspectos, pode direcionar a aproximação da escola aos interesses do aluno e toda comunidade escolar.

Com base nessa perspectiva, a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, realizada por Neri *et al.* (2009) mostrou, conforme os dados da Pnad de 2006, que 40,3% dos jovens de 15 a 17 anos tinham abandonado os estudos por falta de interesse.

O desinteresse do aluno, conforme Oreopoulos (2007 *apud* SOARES *et al.*, 2015, p.759), pode ser considerado como um forte motivo que influencia a decisão de abandonar a escola. Portanto, é fundamental entendê-lo para compreender a real situação dos alunos e para a produção de um indicador de políticas educacionais que visam a reverter a incidência do abandono escolar.

Segundo Soares (2007), autoestima e competência são duas características fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. Isso quer dizer que quando o aluno apresenta um baixo desempenho tende a desfavorecer a autoestima e autoconfiança dele, e, geralmente, reproduz o fracasso escolar, trazendo para o estudante um sentimento de incapacidade para progredir na escola. Então, ele estará mais vulnerável à reprovação ou ao abandono escolar.

Para Haddad e Di Pierro (2000) “a ampliação da oferta escolar não foi acompanhada por uma melhoria das condições de ensino, de modo que hoje temos mais escolas, mas a sua qualidade é muito ruim” (p. 125). Nesse contexto, temos a realidade do processo de universalização do Ensino Fundamental, que obteve a

ampliação do acesso, até o alcance de 100% da demanda na idade adequada, porém, a qualidade da aprendizagem ainda é precária.

Ou seja, “antes as crianças não podiam frequentar a escola por ausência de vagas, hoje ingressam na escola, mas não aprendem e dela são excluídas antes de concluir os estudos com êxito”. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 126).

O engajamento escolar, constituído por variáveis que tendem ao envolvimento dos alunos nas práticas pedagógicas nas escolas públicas, oportunizando a eles melhorias significativas em seu desempenho escolar, no seu desenvolvimento cognitivo e no estabelecimento das relações sociais com o outro e com o meio. Deste modo, Chien *et al.*(2010, *apud* FONSECA *et al.*, 2016) ressaltam que o engajamento escolar é um fator que auxilia o processo de aprendizagem, proporcionando uma melhor qualidade na educação.

Foi possível observar que os diversos estudiosos aqui apresentados classificaram os fatores mais recorrentes que estão associados ao abandono escolar em fatores internos e externos à escola.

Porém, ressaltamos que esta pesquisa se aterá aos aspectos internos à escola. Entendemos que os eixos de análise e os achados desta pesquisa podem colaborar para a proposição de ações que possam promover a prevenção e redução das taxas de abandono nas escolas selecionadas para este estudo. Portanto, é sobre os fatores internos que a escola poderá intervir para impactar na redução do abandono escolar.

2.1.3 Formas de combate ao abandono escolar

Nesta seção abordaremos uma discussão sobre as formas de combate ao abandono escolar propostas por estudiosos em trabalhos anteriores.

A escola, não deve ser vista como a principal responsável pelas ocorrências do abandono escolar. Mas, é necessário que ela seja reconhecida como um espaço democrático e emancipatório, que oportuniza a construção do conhecimento e a transformação social para o aluno e toda a comunidade escolar. Porém, essa missão não pode ser de única responsabilidade da equipe escolar. As ações educativas devem ser desenvolvidas em parceria com a família e responsáveis legais dos alunos.

É na escola que o aluno pode desenvolver melhor o processo de socialização, de forma cidadã, embasada nas normas, na ética e na moral, com o desenvolvimento do senso crítico e responsabilidade social, potencializando o exercício da criatividade, da liberdade de expressão, da participação social.

Fernandes (2013) reconhece que a escolaridade é uma variável relevante na determinação do progresso econômico de indivíduos e nações. Para ele, o maior nível de escolaridade produz maiores taxas de crescimento econômico, assim como, uma variedade de benefícios não-econômicos: melhor saúde, redução da criminalidade, menor incidência de gravidez na adolescência, maior coesão social, entre outros.

Deste modo, a escola possui um papel fundamental no combate ao abandono escolar, mesmo considerando os diversos fatores externos e internos que incidem sobre ele. Visto que o aluno está diretamente vinculado a ela, dentro do processo de escolarização.

A equipe escolar deve, de forma prioritária, realizar o controle diário da frequência dos alunos, com vistas a identificar em tempo hábil os alunos faltosos e intervir sobre eles para que não abandonem a escola.

Barbosa (2010 *apud* LOPES, 2010, s.p.) vem ressaltar que o acompanhamento constante da frequência favorece a qualidade e a equidade no atendimento escolar, enriquecendo o planejamento e organização pedagógica, para que o gestor possa analisar o andamento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Segundo Lopes (2010), a realização da chamada nominal dos alunos pelo professor, além de identificar os faltosos, pode fortalecer o vínculo afetivo entre professor e aluno. Outro fator abordado pelo autor é a questão do impacto que o abandono escolar provoca no orçamento de uma rede, visto que a distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)¹⁰ é feita de acordo com o número de alunos que efetivamente estão matriculados e frequentam a escola.

¹⁰ O FUNDEB é um fundo especial, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal, redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, uma parcela de recursos federais, sendo um valor mínimo definido nacionalmente por aluno. Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>>. Acesso em: 26 out. 2017.

A equipe gestora e pedagógica deve estar continuamente incumbida de qualquer medida que favoreça a permanência do aluno no sistema educacional, conscientizando-o da importância da educação em sua vida e para seu futuro, juntamente com os pais ou responsáveis, buscando fortalecer a função educativa deles na vida escolar dos alunos.

Barbosa (2010 *apud* LOPES, 2010, s;p.) afirma que o gestor escolar e sua equipe, ao analisar a rotina de acompanhamento da frequência escolar, pode se deparar com alunos que são infrequentes por apresentarem algum tipo de problema pedagógico, mau desempenho escolar e, com isso, o coordenador pedagógico deve reconduzir o planejamento dos professores para reverter essa realidade.

Lopes (2010) recomenda ainda que a equipe escolar pode conversar com a família dos alunos infrequentes, distribuir cartazes de sensibilização por toda a escola, realizar visitas às casas dos alunos que moram no entorno da escola, assim como, usar dos mais variados tipos de meios de comunicação da localidade para convencer os alunos infrequentes a retornarem à frequência regular na escola.

Para ela, se nenhuma dessas ações resolverem o problema da infrequência escolar, depois de esgotadas todas as medidas, a escola pode encaminhar o aluno infrequente ao Conselho Tutelar ou, em último caso, ao Ministério Público.

Considerando os direitos assegurados no ECA, podemos perceber a complexidade e dimensão social que o poder público tem com o processo de escolarização de uma criança e adolescente. A escola não consegue dar conta sozinha desta missão, neste sentido explicita o ECA em seu art. 70: “é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 1990, s.p.). Especialmente no que se refere ao direito à educação que enobrece o indivíduo e oportuniza ascensão acadêmica e social.

Contudo, essa responsabilidade legal não é exclusiva do poder público, nem das escolas. Como já preconizada na CF/88, na LDB nº 9.496/1996 (BRASIL, 1988; 1996) e no ECA, é necessário que os responsáveis legais busquem o cumprimento desta determinação legal, que está garantido no Art. 55 “os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”, acompanhando e participando das atividades escolares (BRASIL, 1990, s.p.).

Neste contexto, para combater o abandono é necessário mobilizar toda a comunidade escolar, principalmente os educadores, para que disponham de atenção constante aos alunos, às suas dificuldades nas atividades escolares e possível desinteresse escolar.

Considerando que o abandono escolar seja um fenômeno complexo e multifatorial, este não pode ser combatido com ações pontuais. É necessário que a equipe escolar construa um planejamento pedagógico estratégico no início do ano letivo, de forma democrática e participativa, com a sensibilização, mobilização e envolvimento de todos da escola.

Lopes (2010) enfatiza que todas as medidas de prevenção ao abandono escolar, inclusive o acompanhamento e controle da frequência escolar deve estar inseridos no Projeto Político Pedagógico das escolas. É importante ainda que o coordenador pedagógico busque continuamente a realização de formação que auxilie o professor a ensinar para todos, com equidade, eficácia, eficiência e efetividade.

De um modo geral, para que as ações de prevenção ao abandono escolar sejam efetivas, é primordial buscar conhecer os motivos pelo qual os alunos têm se ausentado da escola e em qual proporção. Ou seja, conhecer para melhor intervir. Monteiro (2009, *apud* VASCONCELOS, 2013, p. 5) nos fala que inúmeros investigadores têm-se dedicado ao estudo do abandono escolar, procurando perceber quem são estes atores que abandonam precocemente a escola, que razões os levam a tomar esta decisão e que consequências têm a nível individual, social e econômico.

Hiromi e Gois (2017) nos apresentam dados tabulados pelo Instituto Unibanco sobre os questionários do SAEB respondidos pelos diretores escolares e indicam que grande parte deles tem encontrado dificuldades para lidar com o problema do abandono escolar:

41% dos estudantes estudam em escolas onde os diretores dizem que as soluções adotadas para reduzir o abandono ainda são insatisfatórias. Outros 5% estão em escolas onde os gestores reconhecem que, apesar de haver esse problema, nada ainda foi feito para combatê-lo. Apenas 24% consideram os resultados de ações contra o abandono satisfatórios (HIROMI; GOIS, 2017, p.2).

Sobre esses questionários do SAEB respondidos pelos diretores escolares, Hiromi e Gois (2017) afirmam ainda que foram sinalizadas algumas ações realizadas nas escolas, em que destacam: a comunicação com os pais via comunicados escritos, reuniões e convocações individuais, além de conversas com os próprios alunos, e visitas domiciliares como ações menos comuns. Outra solução encontrada por alguns gestores é o protagonismo juvenil na busca dos colegas que abandonaram a escola.

No Amazonas, a SEDUC/AM tem realizado iniciativas para combater e prevenir o abandono escolar, desde 2001, com a preconização da Lei nº 10.287 de 20 de setembro de 2001, que institui o fluxo de encaminhamento do aluno infrequente ao Conselho Tutelar e Ministério Público (AMAZONAS, 2001). Dessa forma, essas ações de identificação do aluno infrequente, visita domiciliar, atendimento ao aluno e seus responsáveis legais, são ações estratégicas que têm contribuído para a minimização da incidência do abandono na rede estadual de ensino.

Contudo, é necessário conhecer as causas desse abandono escolar para que a escola desenvolva estratégias de intervenção mais eficientes e impactantes na redução da taxa de abandono escolar.

Sendo assim, o abandono escolar constitui-se como uma grave forma de violação contra a criança e o adolescente, sendo imprescindível a articulação devida a fim de promover a reintegração escolar dos alunos infrequentes, em conformidade com a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude e outras leis vigentes.

As redes de proteção e de garantia de direitos da criança e adolescente podem ser compostas por: Secretarias de Educação, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, Centro de Atendimento Psicossocial - CAP, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente - CEDCA, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, Conselho Estadual da Assistência Social - CEAS, Secretarias de Assistência Social, Secretarias de Saúde, dentre outros órgãos e instituições.

É importante ressaltar que os membros das redes têm a corresponsabilidade na implementação de políticas de proteção e garantia de direitos de crianças e

adolescentes. Por esse motivo, são considerados parceiros imprescindíveis na prevenção do abandono e evasão escolar.

Analisando essas formas de combate ao abandono escolar, é possível apreender que o aluno deixou de ser um mero número estatístico. A equipe gestora das escolas passou a considerar ainda o contexto sociohistórico, cultural e econômico do aluno, que tende a influenciar na decisão de abandonar ou concluir a etapa da educação básica e que esse contexto deve subsidiar a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, o plano de ação e de gestão escolar, com vista a essa redução das taxas elevadas de abandono escolar.

Na próxima seção, será descrito o percurso metodológico da pesquisa, além do estabelecimento dos eixos de análises dos achados dessa pesquisa.

2.2 O PERCURSO METODOLÓGICO

Com o intuito de conhecer os motivos que levaram os alunos abandonarem a escola, foi realizada uma pesquisa científica que coletou informações em duas escolas de Ensino Médio da Coordenadoria Distrital de Ensino 05, situada na zona leste de Manaus.

Para delinear o percurso metodológico deste estudo, foi necessário que a pesquisa se desenvolvesse por meio de um procedimento “racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. (GIL, 2007, p.17)

Nesta seção, podemos encontrar o detalhamento da metodologia da pesquisa desenvolvida, todo o percurso metodológico adotado para a obtenção dos dados coletados e os eixos que direcionam as análises deste estudo.

Minayo (2001) define que metodologia é o caminho, o percurso na construção de uma realidade que se inicia com um problema, por meio da questão de pesquisa, que tende a ser respondida pela análise dos dados coletados e elaboração de proposições sobre os fenômenos estudados.

Deste modo, entendemos que metodologia é o estudo analítico e crítico da pesquisa e nos impulsiona aos questionamentos acerca dos problemas levantados, por meio dos dados coletados e dos eixos de análise construídos.

É importante ressaltar que a pesquisa científica produz o conhecimento, delimitado pelo campo de pesquisa e operada por uma tendência crítica da

realidade. Portanto, o procedimento de pesquisa é uma produção de saber que se estabelece pela construção da metodologia, na elaboração do processo de análise dos resultados obtidos e das evidências coletadas.

Neste trabalho, a abordagem da pesquisa será a qualitativa, baseada nos estudos bibliográficos sobre abandono escolar e na coleta de dados em campo acerca dos motivos que os alunos deixaram de frequentar as escolas selecionadas para este estudo.

Esta pesquisa qualitativa será realizada por meio do estudo de caso em duas escolas estaduais de Ensino Médio, sendo uma com maior taxa de abandono, (Escola Real) e outra com a menor taxa de abandono escolar (Escola Êxitos), da CDE 05, situadas na zona leste de Manaus.

É importante destacar que os resultados desta pesquisa serão específicos para a realidade das escolas selecionadas. Portanto, os resultados não devem representar a dimensão da realidade da CDE 05 e da Rede Estadual de Ensino do Amazonas. Contudo, ressaltamos que esta pesquisa poderá trazer resultados significativos que oportunizem melhorias à realização das ações de prevenção e redução do abandono escolar, especialmente, o que a Escola Êxitos tem feito para manter as baixas taxas de abandono escolar.

O estudo de caso é um tipo de pesquisa qualitativa frequentemente usada na Educação e tem como finalidade descrever e analisar uma unidade, levando em conta as dimensões, sua rotina e contexto social. Nessa perspectiva, Yin (2001) descreve que um estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real.

Como instrumentos desta pesquisa qualitativa foram escolhidos: 1) entrevista semiestruturada, realizada com o com o Coordenador da Redução do Abandono Escolar da CDE 05, com os gestores escolares das escolas pesquisadas GR (Escola Real) e GE (Escola Êxitos); 2) questionário aplicado aos alunos que abandonaram a escola em 2016 e que estão matriculados em 2017 nas respectivas escolas.

Lakatos e Marconi (1999, p. 94) nos falam que “a entrevista é um encontro entre duas pessoas com a finalidade de obter determinadas informações”. Conforme os esclarecimentos de Boni e Quaresma:

[...] a entrevista semiestruturada é uma técnica que busca o estabelecimento de uma conversação sobre a temática abordada e,

diferentemente da entrevista estruturada, não é uma técnica rígida ou rigorosa, apresenta uma flexibilidade, espontaneidade, possibilitando o aprofundamento das informações e uma rápida adequação, quando necessário (BONI e QUARESMA, 2005, p. 144).

Foi escolhida a entrevista semiestruturada tendo em vista que essa forma de coleta de dados, apesar de estabelecer um roteiro dirigido, também possibilita tanto ao entrevistador, quanto ao entrevistado a expansão do assunto que está sendo estudado. E isso, oportuniza à metodologia da pesquisa maior aprofundamento dos dados coletados e sobre o que o entrevistado compreende sobre o abandono escolar, sobre os fatores que influenciam a ocorrência e como ele e a comunidade escolar lidam com este problema.

Na entrevista semiestruturada, Gerhardt e Silveira (2009) recomendam que o pesquisador organize um roteiro sobre o tema estudado e que permita que o entrevistado fale livremente sobre o assunto e sobre os desdobramentos do tema principal.

O roteiro da entrevista semiestruturada foi constituído por quatro blocos de perguntas: 1) Dados sobre a Gestão e o seu cotidiano na escola; 2) Projetos e programas implementados na escola; 3) Participação da família no processo de escolarização dos alunos; 4) Parcerias intersetoriais externas à escola.

Considerando a dinamicidade da técnica, as entrevistas foram gravadas e transcritas para atender de maneira efetiva a categorização e análise dos dados coletados.

Além das entrevistas, foram aplicados questionários aos alunos que abandonaram a escola em 2016 e que atualmente estão matriculados em 2017 nas quatro escolas selecionadas para a pesquisa.

Ao investigar os motivos que levaram os alunos a abandonarem a escola, constatamos que ouvir os próprios alunos sobre os fatores que incidem sobre a decisão de deixar a escola ou concluir o ano escolar é fundamental.

A princípio, realizamos uma pesquisa no SIGEAM para averiguarmos o quantitativo de alunos que abandonaram a escola em 2016. Foi constatado que na Escola Real – a escola com maior taxa de abandono – houve um total de 312 alunos que abandonaram a escola, sendo 38 alunos no turno matutino, 57 alunos no turno vespertino e 217 alunos no turno noturno. Já na Escola Êxitos – a escola com menor

taxa de abandono – obtivemos um total de 137 abandonos escolares, sendo 14 no turno matutino, 34 no vespertino e 89 no noturno.

Sendo assim, foi averiguado que um total de 449 alunos foi dado como abandono escolar em 2016. Porém, de acordo com os critérios de nossa amostra, precisamos identificar quais desses alunos se matricularam em 2017 nas respectivas escolas que estudaram no ano anterior. Deste modo, demonstramos na Tabela 5, a seguir, os dados obtidos com esta análise:

Tabela 5 - Situação atual dos alunos que abandonaram a escola em 2016

ESCOLA	ABANDONO ESCOLAR 2016	EVADIDO	TRANSFERIDO	MATRICULADO EM 2017
ESCOLA Real	312	172	71	42
ESCOLA Êxitos	137	83	49	5
Total	449	255	120	47

Fonte: Elabora pela autora, com base nos dados do SIGEAM (AMAZONAS, 2017b).

Na Tabela 5 é possível verificar que dos 449 alunos que abandonaram em 2016, apenas 47 alunos se matricularam na escola de origem. Observamos que 120 alunos se transferiram para outras escolas da rede estadual de ensino e 255 alunos evadiram, ou seja, abandonaram em 2016 e não se matricularam em nenhuma escola em 2017.

Considerando os critérios previamente definidos na amostra, foi estabelecida uma meta para aplicar o questionário a 47 alunos que se matricularam em 2017, sendo 42 na Escola Real e 05 alunos na Escola Êxitos. Contudo, 12 alunos que se matricularam em 2017 deixaram de frequentar e 01 aluno foi transferido. Com isso, foram aplicados 34 alunos questionários, sendo 29 a alunos na Escola Real e 05 a alunos na Escola Êxitos.

Quanto ao questionário, entendemos que é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (LAKATOS; MARCONI, 1999, p.100). Foi escolhido este instrumento devido às vantagens que podem nos oferecer quanto: economia de tempo na coleta, abrangência de maior quantidade de sujeitos simultaneamente, celeridade na obtenção dos dados, anonimato (possibilitando maior fidedignidade e liberdade nas respostas).

Os questionários foram compostos por quatro blocos de perguntas, aplicados por meio da ferramenta do *Google Forms*, no laboratório de informática das escolas

selecionadas para a pesquisa. O questionário foi organizado em quatro blocos de perguntas: 1) Levantamento socioeconômico e cultural; 2) Situação familiar; 3) Situação escolar; 4) Perspectiva de futuro.

Na seção, seguinte faremos a apresentação das análises realizadas dos achados desta pesquisa e, com isso, verificar quais os fatores que interferiram no abandono escolar ocorrido em 2016 nas duas escolas selecionadas para este estudo.

2.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, apresentaremos a análise dos dados da pesquisa, construindo um diálogo a partir do referencial teórico constituído anteriormente. Para tanto, essa seção será dividida em duas subseções.

A primeira subseção abordará o abandono escolar na visão dos alunos. Faremos a análise dos dados e a opinião dos alunos quanto à incidência do abandono escolar na vida deles. Na segunda seção, apresentaremos o abandono escolar na visão do Coordenador da Redução do Abandono Escolar da CDE 05 e dos gestores escolares.

Por fim, faremos uma análise comparativa entre a Escola Real (maior taxa de abandono escolar) e a Escola Êxitos (menor taxa de abandono escolar) para averiguarmos o perfil dos alunos que abandonam essas escolas, por qual motivo e o que ambas as escolas realizam para a prevenção e redução do abandono escolar, considerando que a diferença entre as taxas das duas escolas são significativas.

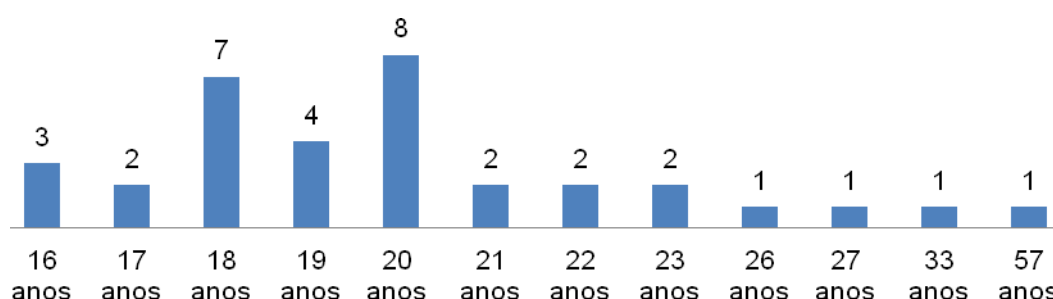
2.3.1 O abandono escolar sob o olhar dos alunos

Com a finalidade de coletar dados e opiniões dos alunos sobre os fatores que incidem sobre a ocorrência do abandono escolar, foi aplicado um questionário a 34 alunos, sendo 29 alunos da Escola Real (maior taxa de abandono) e 05 alunos da Escola Êxitos (menor taxa de abandono).

Considerando o perfil dos alunos que responderam ao questionário, constatou-se que 52% são do sexo masculino e 48%, do sexo feminino. Com relação à idade, o quantitativo de estudantes menores de 18 anos é significativamente inferior ao de alunos maiores de idade. A partir da análise dos

dados, foi possível constatar que apenas 12 estudantes são menores de idade (15%), quantitativo que contrasta com os 22 alunos maiores de idade (85%). No Gráfico 9, podemos verificar que mesmo no ensino médio regular ofertado pela escola, há 08 alunos com mais de 21 anos, sendo 06 com idade entre 22 e 27 anos; 01 aluno com 33 anos; e 01 aluno com 51 anos de idade. Nesse sentido, esse dado pode nos indicar a complexidade da prática pedagógica para o ensino regular, que se intensifica com a distorção idade série.

Gráfico 9 - Idade dos alunos



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do questionário aplicados na pesquisa de campo.

O resultado dos estudos de Silva (2013) vêm reforçar os achados desta pesquisa. Para esta autora pouco mais de 50% dos jovens cursam o Ensino Médio na faixa etária adequada, ou seja, uma parte significativa da população de 15 a 17 anos encontra-se no Ensino Fundamental ou fora da escola.

Ao investigar os alunos que abandonaram as Escolas Real e Êxitos em 2016, podemos afirmar que 85% dos alunos possuem idade superior a 18 anos, ou seja, a maioria dos alunos se encontram em idade avançada, em relação à faixa etária adequada ao Ensino Médio, que seria de 15 a 17 anos. Deste modo, inferimos que esse fator da faixa etária pode interferir significativamente no sucesso escolar e no desenvolvimento das ações de prevenção ao abandono escolar.

Segundo Silva (2013), em torno de 35% dos alunos que abandonam a escola estudam no turno noturno e em precárias condições. No entanto, entre os alunos das Escolas Real e Êxitos, selecionados para esta pesquisa, 70,6% estudam no turno noturno, 17,6% no matutino e 11,8% no vespertino.

Nesta perspectiva, mesmo as Escola Real e Êxitos oferecendo o Ensino Médio nos três turnos, averiguamos que é no turno noturno o maior percentual de alunos que abandonam a escola, o que reforça a afirmativa do impacto da distorção

da idade série na ocorrência do abandono escolar. No turno noturno, é possível encontrar uma maior quantidade de alunos fora da faixa etária adequada para o ensino médio. Além disso, este é também o turno com a maior taxa de abandono escolar.

Outro aspecto interessante é com relação à série que estão cursando. Cerca de 40% dos alunos estudam na 1ª série do Ensino Médio, 33% na 2ª série e apenas 27% dos alunos estudam na 3ª série. Isso nos demonstra que quando estão no último ano reduz-se a incidência ao abandono escolar. No entanto, observamos que a maioria dos alunos que abandonaram em 2016 e que estão matriculados em 2017 cursa a 1ª série do Ensino Médio.

É na transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, que percebemos maior ocorrência de abandono escolar entre estes alunos selecionados para este estudo. Portanto, podemos inferir que a chegada na primeira série do Ensino Médio acaba tornando-se um desafio maior aos alunos devido à interface dessa transição, o que pode contextualizar o número acentuado de abandono escolar nesta série.

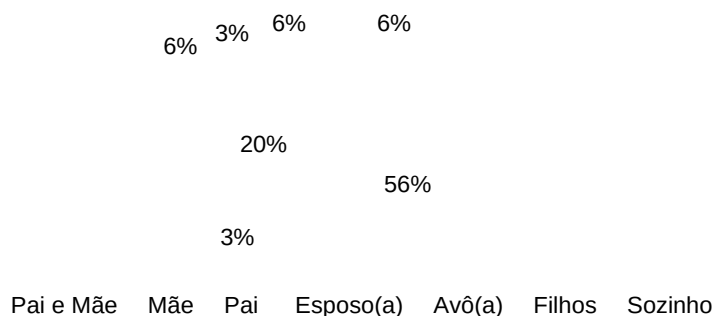
Sobre essa questão, Haddad e Di Pierro (2000) nos remetem a uma reflexão referente ao processo de universalização do Ensino Fundamental, em que o acesso universal à população na idade certa é uma realidade. Porém, a qualidade da aprendizagem ainda é precária. No entanto, podemos considerar que a precariedade da aprendizagem no ensino fundamental reflete negativamente no desenvolvimento do ensino médio.

O baixo desempenho, dificuldades na aprendizagem, não assimilação dos conteúdos, pode ser uma evidência significativa para identificar e intervir pedagogicamente sobre os alunos que manifestam essas características e evitar que eles se afastem da escola.

Segundo Soares (2007), autoestima e competência são duas características fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. Quando o aluno apresenta um desempenho insatisfatório pode desenvolver um sentimento de incapacidade para progredir na escola e, com isso, estará mais vulnerável à reprovação ou ao abandono escolar.

Com relação aos aspectos socioeconômico, cultural e familiar, foi observado que a maioria dos alunos mora somente com a mãe (56%) ou com o cônjuge (20%), como podemos observar no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Aspectos socioeconômicos – Moradia

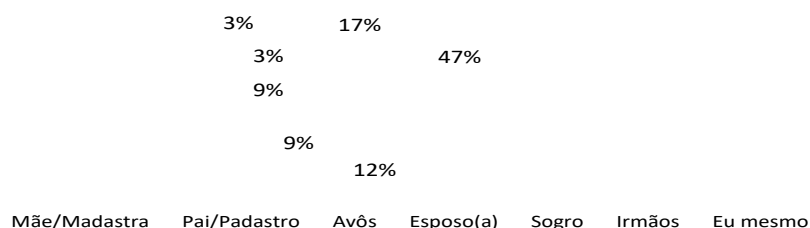


Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do questionário aplicados na pesquisa de campo.

Nesses aspectos sociofamiliares, os estudos de Fritsch e Vitelli (2016) também evidenciam que a presença do pai (24,4%) é menor que a presença da mãe (32%). Portanto, esses dados vêm ratificar que a mãe tem um papel fundamental no acompanhamento, provimento, apoio e incentivo ao desenvolvimento do processo de escolarização e de educação dos filhos.

Os alunos da Escola Real e Êxitos afirmaram ainda que o principal chefe da casa é a mãe ou madrasta, que representa cerca de 50% do total dos alunos, 17% dos alunos se declararam como chefes da família. 12% disseram que o chefe seria o Pai/padrasto. 9% representam os alunos em que colocaram o cônjuge ou o avô como chefe de família. Como podemos averiguar no Gráfico 11:

Gráfico 11 - Chefe de Família na Casa dos Alunos



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do questionário aplicados na pesquisa de campo.

Foi observado ainda que os alunos não residem em domicílios populosos, ou seja, 24 deles residem com até 04 membros da família, contando com ele mesmo. Apenas 10 alunos residem em domicílios com mais 04 membros familiares.

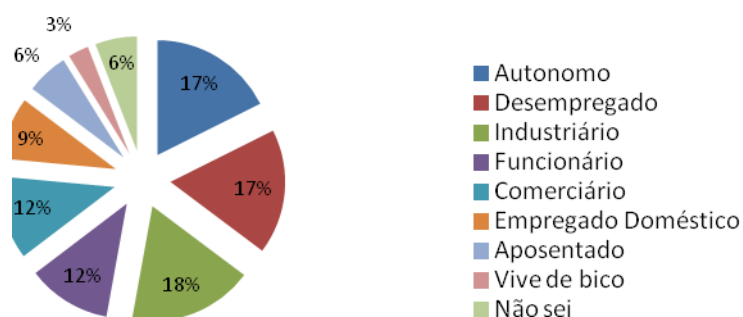
Vasconcelos (2013) enfatiza a influência da família no desempenho escolar dos alunos, considerando que alunos com sucessivas reprovações e que abandonam a escola provêm de famílias que possuem um baixo nível de escolarização. Nesse sentido, é possível inferir que o nível de escolaridade dos pais pode influenciar no processo de escolarização dos alunos.

Na pesquisa realizada nas Escolas Real e Êxitos, podemos verificar que quase 50% dos alunos declararam desconhecer o nível de escolaridade do pai; 20% dos alunos disseram que o pai tem o Ensino Fundamental incompleto e 3% disseram que o pai completou o Ensino Fundamental; 15% dos alunos afirmaram que o pai completou o Ensino Médio, 6% disseram que o pai não concluiu o Ensino Médio; Apenas 6% têm pai que finalizou o Ensino Superior.

Quanto à mãe dos alunos deste estudo, foi constatado que 41,2% deles disseram que a mãe possui o Ensino Médio completo, sendo que 5,9% deles disseram que a mãe não completou o Ensino Médio; 20,6% dos alunos disseram que a mãe possui o Ensino Fundamental incompleto; 17,6% disseram que a mãe tem nível superior; apenas 5,9% dos alunos disseram que a mãe nunca estudou; E, por fim, 8,8% disseram não saber a escolaridade da mãe.

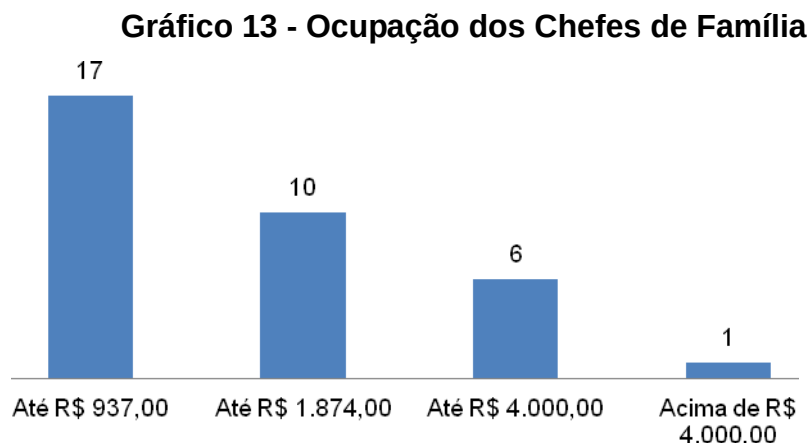
Considerando a ocupação profissional do principal chefe da família, nós constatamos que, entre os alunos das Escolas Real e Êxitos, 67% dos alunos afirmaram que eles estão trabalhando em alguma atividade profissional, 18% afirmaram que eles estão desempregados, outros 6% que eles são aposentados, 3% afirmaram que eles vivem de bico e 6% disseram desconhecer as atividades profissionais dos chefes da família. Podemos ver com mais detalhes estas informações no Gráfico 12:

Gráfico 12 - Ocupação dos Chefes de Família



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do questionário aplicados na pesquisa de campo.

Além disso, cerca de 50% dos alunos afirmaram que a renda familiar, que é o somatório de todos os ganhos da família, é de até um salário mínimo, o equivalente hoje a R\$ 937,00 e cerca de 30% ganham até dois salários mínimos (R\$ 1.874,00), como podemos ver no Gráfico 13 a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do questionário aplicados na pesquisa de campo.

Além disso, 80% dos alunos afirmaram que não ganham nenhum tipo de benefício social. Contudo, nota-se que a maior parte dos alunos (90%) declarou ter uma casa própria.

Como a maioria dos alunos são maiores de 18 anos, foi possível constatar que 61,8% dos alunos declararam que eles mesmos são os responsáveis por sua educação. Apenas 23,5% declarou que a sua mãe é a responsável por sua educação, 5,9% afirma que é o pai ou padrasto e outros 5,9% disse que seria o avô ou avó. Já 2,9% alegaram que outras pessoas são os responsáveis por sua educação.

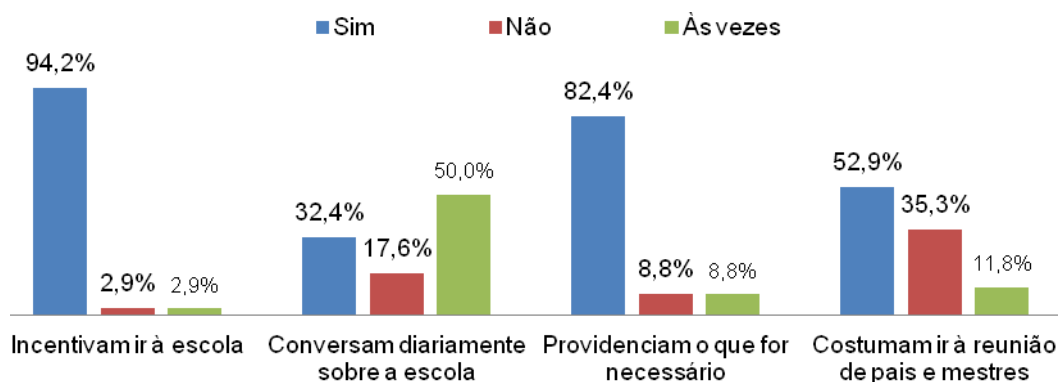
Sobre os aspectos afetivos na família, em linhas gerais são bem positivos: 47,1% dos alunos afirmaram que o relacionamento na família é bom, 32,4% disseram que seria excelente, 11,8% disseram que seria muito bom e apenas 2,9% disseram ser ruim. Entretanto 5,8% dos alunos disseram não saber como é o convívio com a família em casa.

Esses dados são relevantes, tendo em vista que já constatamos que esses alunos são oriundos de uma família chefiada, na maioria das vezes, pela mãe, responsável pelo provimento da família, pela educação dos filhos, em alguns momentos, e que conseguem construir com os filhos um ambiente familiar afetivamente satisfatório para esses alunos.

Fernandes (2013) ressalta que alunos “cujos pais são mais envolvidos em suas vidas escolares possuem melhor desempenho na escola” (p.10).

Quanto ao acompanhamento na escola, avaliamos o resultado positivo, segundo as respostas dos alunos: 95% disseram que os pais os incentivam a ir pra escola, 55% afirmaram que os pais vão às reuniões de pais e mestres, 50% disseram que os pais conversam diariamente sobre a escola e 85% disseram que os pais sempre providenciam o material necessário para levar na escola. Como podemos averiguar, a seguir, no Gráfico 14:

Gráfico 14 - Acompanhamento da Família na Escolaridade dos Alunos



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do questionário aplicados na pesquisa de campo.

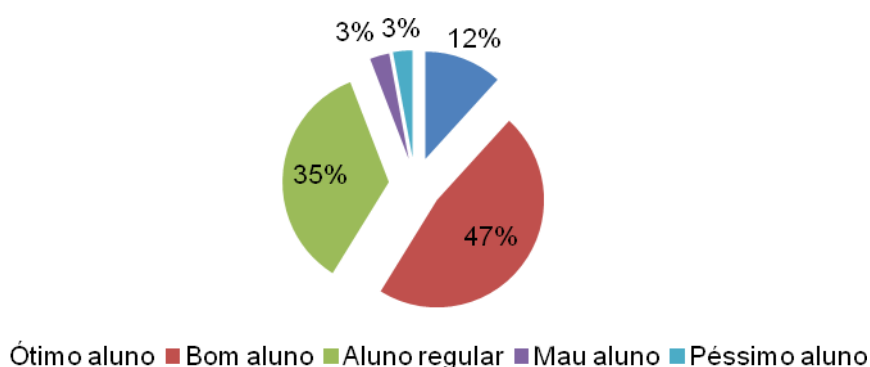
Sendo assim, sob o olhar dos alunos, podemos considerar que as suas famílias tendem a incentivá-los a ir para escola, dando o apoio necessário para estudarem. No entanto, reforça-se o questionamento sobre o que tende a favorecer o afastamento destes alunos da escola. Nesse contexto, é possível questionar se esse incentivo da família ainda é insuficiente para que eles decidam permanecer na escola e concluir o processo de escolarização.

Vale ressaltar que esse apoio e incentivo da família no processo de escolarização dos alunos é imprescindível e inclusive é garantido na legislação brasileira. A Lei nº 9.394 em seu Artigo 2º, dispõe que a educação é “dever da família e do Estado” (BRASIL, 1996, s.p.). E o ECA, no Art. 55, dispõe que “os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”, acompanhando e participando das atividades escolares (BRASIL, 1990, s.p.).

Para tanto, no Artigo 12 da LDB nº 9.496/1996, inciso VI, determina que a escola tenha a incumbência de “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (BRASIL, 1996, s.p.).

Considerando a situação escolar, os alunos declararam que o seu desempenho é razoável, em que quase 50% dos alunos consideram o seu desempenho bom, 35% se considera um aluno regular e 12% considera-se um ótimo aluno, conforme a apresentação do Gráfico 15:

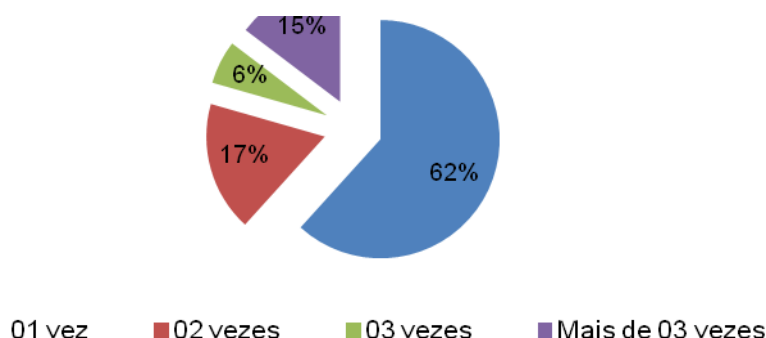
Gráfico 15 - Situação escolar dos alunos – Desempenho



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do questionário aplicados na pesquisa de campo.

Deste modo, percebemos que os alunos possuem um conceito positivo sobre o desempenho deles. Além do desempenho, foi questionado ainda sobre o comportamento dos alunos em sala de aula, 60% responderam que se consideram um bom aluno, 26% consideram-se ótimo aluno e 14% considera-se um aluno regular.

Foi indagado aos alunos quantas vezes eles já abandonaram a escola. Como podemos ver no Gráfico 16, 62% dos alunos responderam que abandonaram a escola somente uma vez. Apenas 38% abandonou a escola mais de uma vez.

Gráfico 16 - Quantitativo de Abandono por Aluno

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do questionário aplicados na pesquisa de campo.

Considerando a idade dos sujeitos dessa pesquisa, com a informação em relação ao número de abandono escolar, os dados não convergem. Mesmo que os alunos, que na maioria são maiores de 18 anos, ou seja, já estão fora da faixa etária adequada, tenham abandonado uma vez durante o percurso escolar, ainda podemos conotar indícios de insucesso escolar. Sendo assim, grande parte destes alunos ou já reprovaram sucessivas vezes ou abandonaram em anos anteriores.

Esses dados são relevantes para a pesquisa, partindo do princípio que o abandono e a evasão escolar não são problemas imediatos. Segundo Fernandes (2013), o afastamento do aluno da escola não é um ato repentino, mas fruto de um processo lento de desengajamento do estudante. Para este autor, os principais indícios são: faltas, repetências, não realização das tarefas etc. e estes merecem atenção por parte da equipe pedagógica na escola.

Em 2016, os 34 alunos responderam que os motivos mais recorrentes foram: a mudança de endereço, trabalho, falta de vontade de estudar, falta de dinheiro para o transporte.

Desses motivos elencados pelos alunos, podemos considerar fatores externos que incidem sobre o abandono escolar nas Escolas Real e Êxitus: mudança de endereço e trabalho.

Fatores externos são alheios ao funcionamento da escola. Mas, ainda assim, são indicadores importantíssimos, que podem direcionar a escola a trabalhar de forma preventiva, oportunizando alternativas subjetivas às necessidades dos alunos, prezando pelo melhor aproveitamento possível dos alunos nas atividades escolares, mesmo diante dessas adversidades, e garantindo a eles qualidade e dinamismo no processo pedagógico na escola.

É importante ressaltar que Soares *et al* (2015) nos fazem um alerta quanto ao fator “trabalho” como causa de abandono escolar no Ensino Médio, a escola deixa de ser o centro da vida do aluno e o trabalho toma uma dimensão mais abrangente.

Outro estudo que vem ratificar essa evidência é o de Neri *et al.* (2009), que nos mostrou, que 40% jovens de 15 a 17 anos tinham abandonado os estudos por falta de interesse. E de forma secundária, a necessidade de trabalho e renda foi mencionada por 27,1% dos jovens estudados.

Dentre os motivos do abandono escolar apresentado pelos alunos, podemos considerar como fatores internos a falta de vontade de estudar. Tendo em vista que é um fator subjetivo ao aluno, mas, que esbarra na responsabilidade da escola em ofertar um processo pedagógico de qualidade, atrativo e interessante à clientela, que são os alunos, assim como, a redução da reprovação na escola.

Portanto, a “falta de vontade de estudar”, constatada neste estudo, assim como a “falta de interesse” apresentado nos estudos de Neri *et al.* (2009), são dois elementos de análise significativos para a escola. O desinteresse do aluno, conforme Oreopoulos, (2007 *apud* SOARES *et al.*, 2015, p.759), pode ser considerado como um motivo que influencia a decisão de abandonar a escola.

Bridgeland *et al.* (2006, *apud* FERNANDES, 2013, p.10) também ratificaram, em seus estudos, que os motivos que levaram os alunos a deixarem a escola seriam a desmotivação e o tédio. Porém, ressaltamos que esse desinteresse pode apresentar um contexto ainda mais complexo. Além da indisposição para estudar, essa realidade pode estar associada à falta de empatia com a prática pedagógica, com o processo de ensino e aprendizagem ofertado pela escola, dentre outros fatores sociais e econômicos que impactam nessa vontade de estudar e de permanecer na escola.

Portanto, é primordial conhecer a dimensão e o contexto desse desinteresse manifestado pelos alunos para que a escola consiga reverter o quadro dramático do abandono escolar.

Neste contexto, Chien *et al.* (2010, *apud* FONSECA *et al.*, 2016, p.613) ressaltam que o engajamento escolar é um fator que auxilia o processo de aprendizagem, proporcionando uma melhor qualidade na educação e que pode favorecer a prevenção do afastamento do aluno da escola.

Quatro alunos das Escolas Real e Êxitos alegaram que outros fatores o fizeram abandonar a escola. Dentre essa categoria de outros motivos foi registrado:

1) “problemas familiares”; 2) “Tive o celular furtado e não recebi o apoio da gestão e por ter tantas faltas perdi muitos assuntos e os meus colegas de classe não quiseram me ajudar”; 3) “depressão pós-parto, perda de um filho me abalou muito na volta à escola”; e 4) “Passei para o turno matutino, minhas notas não foram registradas e já estava no 3º bimestre, então isso me desmotivou muito, corri atrás das minhas notas, mas não consegui resolver e nem o meu pai, então desisti”¹¹.

Apesar de não haver um quantitativo significativo, essas falas trazem um conteúdo que converge com as sugestões de melhorias dos alunos para a escola: “a escola deve ajudar mais os alunos” (Fragmento extraído do questionário aplicado em 2017).

Deste modo, podemos destacar a importância de abrir espaço para ouvir, acolher e dar encaminhamentos às necessidades manifestadas pelos alunos, a clientela prioritária na prestação de serviço da escola. Além disso, é possível perceber que a escola necessita de um planejamento alternativo para o atendimento pedagógico aos alunos que retornam à escola após um período ausente ou que foram transferidos. Por fim, inferimos ser fundamental que a escola elabore um fluxo de comunicação e resolução de problemas apresentados pela comunidade, em especial pelos alunos.

Foi investigado ainda se a escola havia entrado em contato com o aluno para averiguar o motivo do afastamento da escola. Foi constatado que 67% dos alunos disseram que a escola não havia entrado em contato com o aluno. 33% dos alunos disseram que a escola entrou em contato. Dos alunos que afirmaram que a escola entrou em contato, 41% disseram que foi por meio de comunicado; 47% assinalaram que foi por meio de outras formas de contato, porém, não identificaram a forma; 6% disseram que foi por meio de visita domiciliar; e outros 6% foi por meio de contato telefônico.

A manifestação dos alunos, com relação à forma de contato da escola ratifica a importância da realização de busca ativa aos alunos afastados da escola. Com base nisso, Lopes (2010), sugere algumas medidas a serem desenvolvidas na escola, tais como: conversa com a família dos alunos infrequentes, distribuição de cartazes de sensibilização por toda comunidade, realização de visitas domiciliares,

¹¹ Relatos extraídos do questionário aplicado aos alunos na pesquisa de campo.

todos os meios de comunicação possíveis para convencer os alunos retornar à frequência regular na escola.

No Amazonas, o Plano Estadual de Educação, em sua estratégia 3.4, propõe “realizar em articulação com os órgãos competentes e junto às famílias a busca ativa da população de 15 a 17 anos que se encontra fora da escola” (AMAZONAS, 2015a, p.37). Isso nos remete, que além da legislação vigente quanto à garantia do acesso e permanência do aluno na escola, as redes de ensino no Amazonas foram incumbidas da responsabilidade de promover a busca ativa dos alunos infrequentes.

No entanto, o que podemos averiguar nas repostas dos alunos das Escolas Real e Êxitos é que a maior parte dos alunos disse que a escola não estabeleceu comunicação com eles quando estiveram afastados da escola. Apenas 33% afirmaram que a escola havia entrado em contato, o que nos demonstra que a escola desenvolve a busca ativa, porém, não tem sido suficiente para atender à demanda da escola.

Para que a busca ativa seja mais efetiva é necessário que a equipe gestora da escola organize um controle rígido e diário da frequência escolar para a identificação precoce dos alunos faltosos e, assim, possa potencializar a regularização da frequência por meio da busca ativa e do engajamento escolar destes alunos. Segundo Barbosa (2010 *apud* LOPES, 2010, s.p.) o acompanhamento da frequência favorece a qualidade e a equidade no atendimento escolar.

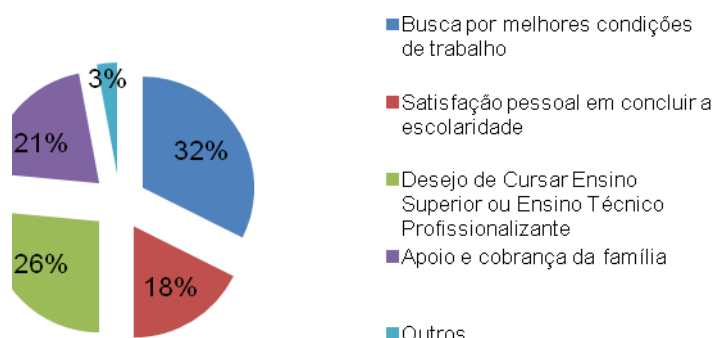
Contudo, é importante ressaltar que toda e qualquer ação de busca ativa deve estar sistematizada com as ações desenvolvidas pela GEPPAE e CDE, a fim de potencializar as ações de prevenção e redução do abandono escolar.

Considerando que esta pesquisa evidencia que um dos motivos do abandono seria o desinteresse escolar e a reprovação, Barbosa (2010 *apud* LOPES, 2010, s.p.) nos afirma que ao analisar a rotina de acompanhamento da frequência escolar, é possível encontrar alunos que são infrequentes por apresentarem baixo desempenho escolar. Portanto, trabalhar as dificuldades pedagógicas destes alunos pode favorecer a decisão de finalizar o ano escolar.

Contudo, caso a escola esgote todas as medidas cabíveis para a busca ativa do aluno e ele continuar infrequente, o aluno pode ser encaminhado ao Conselho Tutelar ou Ministério Público, segundo o que dispõe a Lei nº 10.287, de 20 de setembro de 2001 (AMAZONAS, 2001).

Considerando os motivos que fizeram os alunos retornarem para a escola em 2017, observamos que, conforme o Gráfico 17, a “busca por melhores condições de trabalho” (32%) é o motivo que mais influenciou a decisão de retornar para a escola. Em segundo lugar, os alunos assinalaram que o “desejo de cursar um curso superior ou técnico profissional” fez com que voltassem a estudar (26%).

Gráfico 17 - Motivos que levaram os alunos de volta pra escola em 2017.



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do questionário aplicados na pesquisa de campo.

Foi investigado com os alunos se eles consideram a escola acolhedora, então, foi constatado que 41,2% dos alunos disseram que sim, 35,3% disseram que não e 23,5% consideraram que talvez – no qual podem considerar acolhedora em alguns momentos. Neste contexto, Cortella (2011) vem nos falar da necessidade de construir na escola um ambiente mais afetivo que inspire a construção de uma relação de amorosidade e de acolhimento entre os atores da comunidade escolar.

Com relação à gestão da escola, 53% dos alunos disseram que estão “satisfeitos”, 17,6% disseram estar “muito satisfeitos” com a gestão. Porém, 29,4% disseram estar “insatisfeitos” com a gestão, o que conota um percentual negativo em relação à atuação da gestão escolar. Os alunos também opinaram sobre os professores, que segundo eles, 61,8% estão satisfeitos com os professores, 14,7% demonstraram estar muito satisfeitos, 20,6% consideram-se insatisfeitos e 2,9% muito insatisfeitos com os seus professores.

A satisfação dos alunos em relação à escola, à gestão escolar e toda sua equipe gestora e pedagógica tende a ser um fator de alta relevância para que eles consigam desenvolver um sentimento de pertencimento à escola, fortalecendo vínculo afetivo na relação interpessoal com os colegas e com os profissionais da educação e, com isso, favorecer o desenvolvimento de um clima escolar positivo.

Dessa forma, Pereira *et al.* (2013) afirmam que clima escolar positivo é um componente importante para o sucesso de escolas eficazes. Para Griffith (1999, *apud* PEREIRA *et al.*, 2013, p.02) o clima positivo da escola favorece a integração social na escola. Canguçu (2015) nos diz que a elevada motivação entre os membros, traduz-se em relações de satisfação, animação, interesse e colaboração.

Contudo, Aron e Milicic (1999 *apud* PEREIRA, 2013, p.5) ressaltam que, para haja um ambiente com clima social positivo, é necessário um ambiente físico adequado, atividades variadas, comunicação, integração entre professores, alunos e colegas, com respeito às divergências e diferenças.

Campos (2006, p.50, *apud* CANGUÇU, 2015, p. 50) define o “clima escolar como algo associado ao prazer dos alunos em irem à escola e o desejo de aprender o que os professores ensinam”. Nesse sentido, enfatiza-se que a constituição de um clima positivo pode influenciar na tomada de decisão em permanecer na escola.

De uma forma antagônica, Canguçu (2015) afirma que um ambiente de clima hostil é a antítese do ambiente com clima escolar positivo, no qual podemos considerar a escola como um ambiente desmotivador e conflituoso.

Portanto, o efeito do clima escolar é de suma importância para a efetividade de uma escola eficaz e eficiente, não somente do ponto de vista do desenvolvimento dos componentes curriculares, mas também para que os alunos apreendam, por meio da convivência com os outros, valores e crenças, desenvolvam senso crítico, autoestima positiva e autoconfiança.

Quando o aluno se sente bem e valorizado na escola, desenvolve também o sentimento de orgulho e de pertencimento, aumentando o gosto pelos estudos, tornando um aluno ainda mais motivado e entusiasmado em permanecer na escola e aprender.

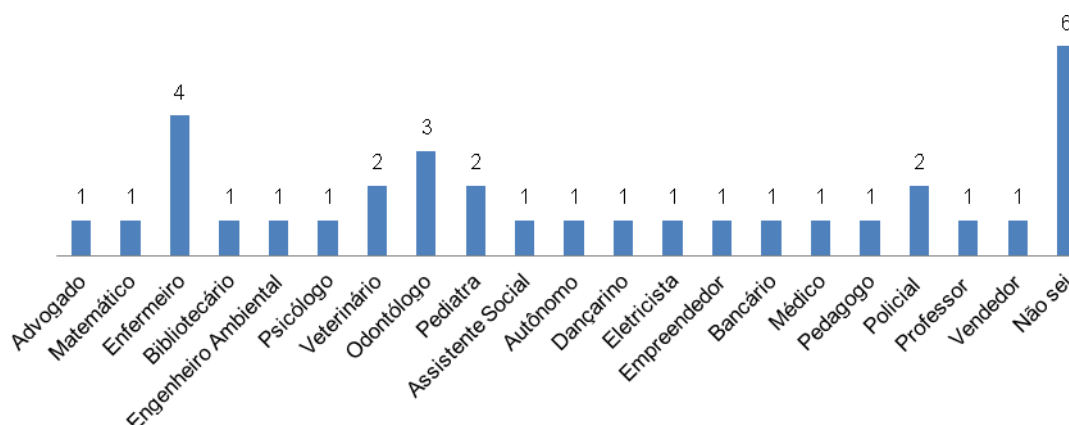
Quanto às pretensões dos alunos, foi indagado se eles estariam propensos a abandonar a escola em 2017. Desses alunos, 97% disseram que não estão propensos a abandonar.

Desses alunos, 44,1% pretendem concluir o Ensino Médio, 5,9% almejam fazer um curso técnico profissionalizante, 14,7% querem chegar ao Ensino Superior, 32,4% pretendem concluir alguma pós-graduação e apenas 2,9% disseram não saber o que será do seu futuro.

Entende-se que o aluno motivado a permanecer e concluir os estudos pode estabelecer uma relação estreita com a construção de expectativas de futuro.

No Gráfico 18, podemos averiguar as perspectiva de futuro profissional que os alunos possuem. Nesse gráfico, observamos que 82% dos alunos manifestaram alguma pretensão profissional futura, por meio do ensino superior e 18% dos alunos disseram não saber o que fazer no futuro.

Gráfico 18 - Perspectiva de Futuro Profissional dos Alunos



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do questionário aplicados na pesquisa de campo.

Sparta e Ribeiro (2003, s.p. *apud* OLIVEIRA; SALDANHA, 2010, s.p.) “apontam que adolescentes de escolas públicas e privadas veem a possibilidade de frequentar um curso de nível superior, como um projeto definido por indivíduos de diferentes classes sociais”. Oliveira e Saldanha (2010) destacam que a diferença entre as classes sociais infere na escolha dos cursos dentro das instituições de ensino superior. Ou seja, para esses autores, “os estudantes de escolas públicas e privadas diferem em poucas questões e possuem aspirações similares quanto à forma como idealizam seu futuro” (SPARTA; RIBEIRO, 2003, s.p. *apud* OLIVEIRA; SALDANHA, 2010, s.p.).

Oliveira e Saldanha (2010) nos trazem uma reflexão sobre a fase de transição do desenvolvimento humano, que é a adolescência, e a necessidade de desenvolver uma carreira profissional, suas nuances e desafios. Estes inferem que a motivação é um dos fatores que impactam no processo, tendo em vista que “uma falta de motivação pode construir baixas perspectivas de futuro e sentimentos baixos de motivação nos jovens” (MALUF; BARDELLI, 1991 *apud* OLIVEIRA; SALDANHA, 2010, s.p.).

Percebe-se que os alunos das Escolas Real e Êxitos estão sentindo-se desmotivados e veem na escola a condição para restituir a motivação escolar. Esperam dos profissionais dessas escolas apoio e ajuda necessária para retomarem o interesse pelos estudos e a vontade de permanecer na escola.

Por fim, ao analisar os dados obtidos neste questionário, pode-se constatar que os alunos estudados já abandonaram a escola ao menos uma vez e que os principais motivos identificados foi mudança de endereço e falta de vontade de estudar. É interessante saber que, mesmo sem vontade de estudar, estes alunos demonstraram uma satisfação com a gestão e com os professores, porém, sugerem que a escola contribua para a constituição de sua motivação escolar. E, cerca de 80% apresentam interesse em exercer uma profissão com nível superior, demonstrando um sonho de fazer uma faculdade.

Na próxima seção, faremos uma análise do abandono escolar sob o olhar da gestão escolar e do Coordenador da Redução do Abandono Escolar da CDE 05, estabelecendo uma correlação com os dados obtidos no questionário aplicado aos alunos e à fundamentação teórica construída.

2.3.2 O Abandono Escolar sob o Olhar da Gestão Escolar e do Coordenador da Redução do Abandono Escolar da CDE 05

Nessa subseção, constituiremos uma análise das entrevistas realizadas com os gestores da Escola Real, que chamaremos de GR¹², que apresenta a maior taxa de abandono escolar, e da Escola Êxitos, que chamaremos de GE¹³, que apresenta a menor taxa, além do CRAE¹⁴ da CDE 05, para entendermos qual a concepção deles sobre os fatores que intervêm no abandono escolar e o que as escolas têm feito para que lidar com esta questão.

Ressaltamos que se faz necessário averiguarmos por que as Escolas Real e Êxitos, que apresentam as mesmas condições de infraestrutura, de capacidade de atendimento e trabalho pedagógico, possuem uma diferença significativa nas taxas de abandono escolar.

¹² Nome fictício para garantir o anonimato do sujeito.

¹³ Nome fictício para garantir o anonimato do sujeito.

¹⁴ Coordenador da Redução do Abandono escolar

Inicialmente, estabeleceremos um perfil pessoal e profissional dos entrevistados. Os três entrevistados são do sexo masculino e dispõem de Licenciatura Plena, sendo o CRAE – Pedagogia; GR em História; e GE em Ciências Biológicas. Possuem idades diferentes, o CRAE é o mais jovem, tem 28 anos e com menor experiência profissional, pois trabalha na CDE 05 há 03 anos nesta função. O GR é especialista em Gestão Escolar, tem 52 anos, trabalha como gestor escolar há 01 ano e 07 meses, porém, trabalha como gestor da Escola Real por 07 meses e como professor da rede pública de ensino por 22 anos. O GE possui 35 anos de idade, trabalha como gestor da Escola Êxitos há 01 ano e 03 meses e é a sua primeira experiência como gestor.

Nesse contexto, é notório que os três entrevistados possuem pouco tempo de experiência nas funções atuais. GR e GE, apesar de terem pouco tempo como gestores possuem maior tempo de experiência como docente.

Os três entrevistados possuem uma rotina de 08 horas de trabalho. O CRAE cumpre o horário de trabalho nos turnos vespertino e noturno. Os gestores escolares cumprem o seu horário de trabalho revezando os turnos, ou seja, cumprem oito horas diárias num cronograma semanal que possa dar assistência aos três turnos da escola. GR afirma que chega a trabalhar 12 horas diárias.

O CRAE trabalha visitando, orientando às equipes nas escolas no combate à infrequência escolar. Os gestores escolares relatam que sua rotina de trabalho se dá com a colaboração dos professores, secretários, funcionários da escola e, quando tem, com o pedagogo ou apoio pedagógico. O GE fala dos eventos da CDE 05 que interferem na rotina de trabalho na escola e quando se ausentam deixam um professor ou o secretário da escola respondendo por eles.

Considerando a incidência do abandono escolar, todos são unânimes em achar que a taxa é alta, mas, ressaltam que vem diminuindo nos últimos anos. O CRAE destaca que esta taxa elevada se dá em decorrência dos fatores externos que deixam de ser observadas na escola e o aluno acaba abandonando. O CRAE opina que deve haver maior vigilância da infrequência, para que seja identificada inicialmente e, com isso, possibilitar a redução do abandono escolar:

Na CDE 05 é alto [o abandono escolar]. E nós já tivemos um histórico de abandono escolar já bem mais elevado, cerca de 13%, num universo de 5.000 alunos. Estamos agora num patamar de 2.000/2.300 alunos que abandonaram, que equivalem a 8%, mas é

elevado realmente (CRAE, entrevista realizada em setembro de 2017).

O GR, gestor da Escola Real, que apresenta maior taxa de abandono escolar, declara que:

Atualmente, nós conseguimos diminuir, com o apoio prestigioso da Coordenadoria Distrital, por meio do CRAE, que é o Coordenador da Redução do Abandono Escolar e tem desempenhado um papel bacana na escola. É óbvio que ele só não vai resolver problemas estruturais, como é o exemplo da carteirinha de meia passagem no transporte coletivo, principalmente no noturno (GR, entrevista realizada em setembro de 2017).

Para GE, gestor da escola a menor taxa de abandono escolar,

Pelo tamanho da escola eu ainda acho alto. Mas, vem diminuindo bastante desde as gestões anteriores que o trabalho vem sendo feito. Quando eu assumi, eu apenas dei continuidade a esse foco, que é o abandono e o índice de reprovação (GE, entrevista realizada em setembro de 2017).

Considerando a taxa de abandono escolar de 2016, a Escola Real (15,3%) e Escola Êxitos (11%) apresentam uma diferença entre as taxas. Essa diferença se dá mesmo diante das condições semelhantes de infraestrutura, de recursos humanos e pedagógicos. Portanto, a Escola Real é considerada a escola com maior taxa de abandono escolar e a Escola Êxitos é a escola que apresenta a menor taxa de abandono escolar.

No que diz respeito às ações de prevenção ao abandono escolar, o GR afirma que o CRAE da CDE 05 tem dado um apoio “prestigioso” na escola e isso contribuiu para a redução da taxa de abandono na escola. Porém, não acredita que vai ser resolvido problemas que ele considera “estruturais”, que é a matrícula de alunos por interesse na carteira de meia passagem no transporte coletivo e que depois que conseguem este benefício, ainda sim, abandonam, ou mesmo, os alunos que somem quando mudam de endereço. E quanto a isso, o GE afirma que vem dando continuidade ao trabalho da gestão anterior quanto à melhoria do rendimento escolar.

Ao comparar as falas dos dois gestores, que descrevem as ações de prevenção ao abandono escolar, podemos perceber uma divergência significativa em seus posicionamentos. O GR retrata problemas estruturais e demonstra estar desacreditado na possibilidade de resolução. Já o GE faz uma referência à busca

pela melhoria do rendimento escolar. Dessa forma, essa realidade pode ser considerada um fator fundamental no resultado do rendimento destas escolas, especialmente na redução da taxa de abandono escolar.

Podemos observar, ainda, que na fala do GR, há um destaque ao trabalho do CRAE, mas não existe maior detalhamento quanto ao desenvolvimento dessas ações na Escola Real. Já o GE enfatiza que a escola já desenvolve um trabalho que é antigo, desde a gestão anterior, e isso tem melhorado o rendimento na escola. Nesse sentido, é possível que essa divergência de olhar sobre o trabalho de prevenção ao abandono pode também impactar nos resultados das taxas desse indicador na escola.

Fernandes (2013) nos faz refletir que melhorar a qualidade do ensino é tornar a escola mais atrativa, ou seja, quando os alunos aprendem com mais facilidade permanecem na escola. A melhora da qualidade de ensino reflete na melhora da aprendizagem, em menores taxas de repetência no Ensino Fundamental e, conseqüentemente, contribui para um menor abandono escolar no Ensino Médio. Nesse sentido, a análise do rendimento nas escolas e o planejamento escolar focado nos resultados dessa análise, podem também favorecer a política de prevenção e redução do abandono escolar.

Para tanto, é de alta relevância conhecer como as escolas se organizam para realizar e divulgar a análise do rendimento de cada escola. Os três entrevistados declararam que o rendimento escolar começa a ser analisado na CDE 05, em que a equipe pedagógica elabora gráficos e planilhas detalhando cada avanço e decaída das escolas no respectivo componente curricular. Essa análise é apresentada a todos os gestores escolares ao final de cada bimestre. Após essa reunião, os gestores levam esses dados analisados para que a equipe pedagógica analise e re programe o planejamento.

Em consequência dessas reuniões bimestrais que tratam do rendimento escolar, o GR destaca que recebeu desde o início deste ano a missão de diminuir o percentual do abandono escolar. E desde lá, afirma que já contactou os professores para que os alunos sejam cobrados rigidamente e melhor preparados para as avaliações internas e externas.

Quanto à divulgação do rendimento na escola, o GE afirma que a cada bimestre nas reuniões de pais é apresentado o rendimento escolar e é pedido apoio

aos pais não somente para manter o índice, mas para continuar a apoiar os filhos a querer a estudar.

Considerando o estudo comparativo entre as Escolas Real e Êxitos constatamos aqui um importante fator divergente entre os gestores escolares. O GR enxerga na análise do rendimento a necessidade de realizar uma rígida cobrança nas avaliações internas e externas da escola. Já o GE, vê na análise do rendimento a necessidade de buscar a motivação da comunidade escolar para, não somente melhorar os índices, mas, que os pais sempre possam buscar apoiar e acompanhar os filhos a crescer com a educação.

Nessas falas, podemos ratificar que essa divergência tende a influenciar negativamente nas taxas do abandono escolar, visto que o GR prioriza o rigor no desempenho das avaliações e o GE busca sensibilizar a comunidade escolar para a valorização da educação na vida dos alunos. Ou seja, podemos supor que os alunos poderiam se sentir mais motivados em um ambiente da Escola Êxitos, onde é incentivada a valorização da educação. Esse contexto se contrasta com a Escola Real, onde é cobrado rigidamente o desempenho.

Considerando a necessidade de reduzir as taxas de abandono nas escolas é imprescindível que haja uma ação específica para identificação do aluno infrequente precocemente e, para tanto, o controle de frequência diária dos alunos é uma estratégia simples e eficaz.

Segundo o CRAE o “ideal seria que as escolas realizassem um controle diário da infrequência, por meio do Diário Digital” (CRAE, entrevista realizada em setembro de 2017). Porém, reconhece que nem todas as escolas tem essa prática. O CRAE declara que algumas escolas fazem o controle da frequência com a ajuda de alunos, e equipe pedagógica por meio de uma lista de frequência que ao final da semana são identificados os alunos faltosos. Outras escolas deixam de fazer esse acompanhamento. Ou seja, além do Diário Digital, os alunos representantes de turma fazem o controle da frequência por meio de uma lista de frequência e repassam para o Pedagogo ou Professor Conselheiro semanalmente.

Na Escola Real, o GR afirma que o levantamento de alunos infrequentes é realizado mensalmente, quando os pedagogos recolhem o levantamento dos professores para que os alunos infrequentes sejam resgatados.

Na Escola Êxitos, o GE afirma que os alunos infrequentes são identificados a cada quinzena, por meio de uma planilha de rendimento que cada professor

preenche para registrar a situação de frequência e desempenho escolar que é apresentada à gestão ao final da avaliação quinzenal. Ao identificar alguns infrequentes os alunos e seus responsáveis são chamados para conversar com a gestão escolar para assinar um termo de compromisso que ele não vai mais faltar sem necessidade. Se necessário é chamado também o Conselho Tutelar para responsabilizar os pais e responsáveis.

Constatamos que, em relação à identificação de alunos infrequentes, há uma diferença no período entre as duas escolas desse estudo. Na Escola Real, o levantamento é realizado mensalmente, e na Escola Êxitos, o levantamento é feito quinzenalmente, sendo que na Escola Êxitos, há a intervenção imediata com os alunos e com os seus familiares. Essa divergência de atuação na identificação do aluno infrequente reflete no sucesso ou insucesso da busca ativa do aluno e de sua permanência na escola.

Quanto maior o tempo de ausência, maiores são as dificuldades para retornar, recuperar as perdas pedagógicas, acompanhar a turma e permanecer na escola. Nesse sentido, consideramos que a Escola Êxitos além de identificar em menor tempo, desencadeia ações de busca ativa imediatamente. Dessa forma, essa estratégia pode favorecer ainda mais a redução da taxa do abandono, que chega a ser menor do que a da Escola Real.

Porém, na manifestação dos alunos foi verificado que a maioria deles (67%) disse que a escola não havia entrado em contato com eles enquanto estiveram afastados da escola. Apenas 33% afirmaram que a escola entrou em contato. Ou seja, para que a escola consiga realizar os procedimentos de busca ativa aos alunos infrequentes é necessário um controle rigoroso da frequência escolar e identificação do aluno faltoso.

Deste modo, é relevante considerar que a forma como a escola realiza o controle da infrequência, a identificação do aluno faltoso, e como a equipe escolar lida com esses alunos, se está preparada para atuar junto a eles, aos seus familiares, faz toda a diferença no resultado das ações de redução do abandono escolar. O tempo é um fator determinante na realização da busca ativa aos alunos infrequentes. Quanto mais rápido for a identificação, a busca ativa, maior será a possibilidade de retorno do aluno à escola.

Deste modo, que foi percebido nas falas dos entrevistados é que o controle diário da frequência escolar, o que é fundamental para identificar o aluno infrequente em tempo hábil, e é uma obrigação legal da escola, não é efetivo.

Castelar *et al.* (2010) nos alertam que políticas públicas de redução do abandono escolar nem sempre têm obtido êxito. Para estes autores, fornecer o acesso ao ensino não garante a permanência dos alunos na escola, é necessário analisar de forma adequada os motivos que levam os alunos a se afastarem da escola.

Deste modo, compreender os motivos que levam os alunos a abandonarem a escola é primordial para o planejamento, implantação e implementação de programas e políticas que possam favorecer a permanência do aluno na escola. E após o diagnóstico da realidade que contextualiza a incidência do abandono escolar, é importante que a equipe gestora e pedagógica da escola possa se ater aos fatores internos que incidem sobre o abandono escolar. E, no que concerne aos fatores externos do abandono escolar, buscar meios estratégicos de minimizar a interferência deles por meio do trabalho pedagógico desenvolvido na escola.

Nesse sentido, é fundamental que a escola oportunize um meio de comunicação e de escuta entre todos os membros da comunidade escolar, especialmente aos alunos, favorecendo a aproximação da escola aos interesses do aluno e de toda comunidade.

Com relação aos motivos mais recorrentes da infrequência, o CRAE destaca três motivos: o trabalho (no noturno), a gravidez e o desinteresse do aluno:

Bom, eu posso destacar primeiro, o trabalho, principalmente no ensino médio noturno. Eles tendem a ter essa dificuldade em relação à frequência em virtude do trabalho e isso começa nos atrasos, mas vai gerar uma dificuldade maior que são as faltas mesmo. No diurno temos a gravidez, o próprio desinteresse do aluno e outros motivos que acaba gerando as faltas e a situação de abandono (CRAE, entrevista realizada em setembro de 2017).

O GR infere que os motivos do abandono na Escola Real decorrem de problemas sociais, pois são alunos de famílias que se desagregam, que precisam trabalhar para sustentar os pais. O GR afirma que até flexibiliza o horário de entrada devido ao horário de trabalho do aluno, negocia a reposição pedagógica com o aluno quando avisa que faltou, pois, não tinha o dinheiro do transporte para que eles não desistam de estudar:

“São problemas sociais mesmo. A escola atende alunos que moram em outros bairros adjacentes. No matutino e vespertino, em geral são alunos de família que se desagregam e que precisam trabalhar para sustentar os pais que estão desempregados e a família. Os alunos de terceiro ano, mesmo com a dificuldade não desistem. Muitos não vêm por que não tem dinheiro para o transporte, moram longe, mas não querem sair da escola, não querem a transferência” (GR, entrevista realizada em setembro de 2017).

Para o GE, os principais motivos que incidem sobre a infrequência dos alunos é a família que não incentiva os filhos, a falta de estímulos dos alunos, pois muitos não conseguem conciliar o estudo com o trabalho, os atrativos externos como o álcool e as drogas, como vemos a seguir:

O nosso maior índice é à noite. E a falta de estímulo dos próprios alunos, começa por aí, eles não conseguem conciliar o trabalho com a escola por causa do cansaço. Então, a bebida, a droga... então, isso, também no nosso ponto de vista, isso faz atrair esses alunos para fora da escola. Alguns abandonaram por causa do trabalho. O exército também, muitos alunos abandonam por causa disso. Não tem mais tempo pra vir. Muitos alunos, como já falei, alguns são viciados e que a intensão deles é viciar os colegas. A família também é importante nisso e não tem contribuído o suficiente para manter os alunos na escola (GE, entrevista realizada em setembro de 2017).

Podemos verificar que tanto os alunos quanto o CRAE concordam que um dos principais motivos do abandono escolar é o desinteresse escolar. É notório que o “desinteresse escolar” é um fator de alta complexidade, em que pode ser contextualizado por outros fatores socioeconômicos, culturais e pedagógicos. Nesse sentido, é fundamental que as escolas possam enxergar esse motivo como uma necessidade a ser trabalhada no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico.

Porém, é possível verificar, nas falas dos dois gestores escolares entrevistados, que o motivo do abandono escolar se concentra nos fatores externos à escola. Não há algum indicativo de que a escola possa ter interferência sobre esses motivos.

Com relação ao perfil dos alunos que abandonaram a escola, o CRAE destaca que são alunos jovens, que se envolvem em situações de violência, em atividades ilícitas:

Na sua grande maioria nós temos alunos que partem do nono ano, mais jovens, principalmente os rapazes que tendem a fazer outras atividades, inclusive ilícitas, que se envolvem em algumas situações também de violência, e aí eles precisam mudar de escola, e nessa transição de uma escola para outra eles acabam não formalizando. Então nós temos muitas questões voltadas à insegurança (falta de segurança pública), tanto a questão do assalto, como também a participação em algumas atividades ilícitas (CRAE, entrevista realizada em setembro de 2017).

Ao descrever o perfil dos alunos que abandonaram a escola, o GE destaca os alunos maiores de idade, pois, segundo ele, com os menores ainda há um acompanhamento familiar.

São alunos maiores de idade. Os menores de idade ainda trazer a família, fazer com que o conselho tutelar pressione a família. Mas, a grande maioria são maiores de idade e as meninas gestantes... os meninos que são envolvidos com tráfico de drogas. Têm alunos menores envolvidos com o tráfico, nós temos. Mas, ainda conseguimos ter um controle sobre eles (GE, entrevista realizada em setembro de 2017).

Os dados obtidos no questionário, diferem do que opina o CRAE e condiz com a declaração do GP, visto que, 85% dos alunos são maiores de idade.

Já o GR destaca como perfil principal

os alunos trabalhadores: “O aluno que precisa trabalhar, tanto homens, quanto mulheres, para sustentar a sua família. Muitos fazem bico, e bico não tem hora, e acabam desistindo” (GR, entrevista realizada em setembro de 2017).

Nos dados do questionário, os alunos não manifestaram o trabalho como um fator relevante para o abandono escolar. Muito pelo contrário, atribuem ao retorno à escola em 2017, a “busca de melhores condições de trabalho” (32%), como motivo mais ressaltado.

Para os alunos, os principais motivos foram: mudança de endereço, falta de vontade de estudar e falta de dinheiro para o transporte. Esse último fator condiz com o perfil socioeconômico dos alunos, em que 80% deles declararam renda familiar de até 02 salários mínimos e 80% não recebem benefício algum.

Foi possível observar que os entrevistados apresentaram diversos fatores, que na visão deles, incidem sobre o abandono escolar. Como muitos estudiosos aqui apresentados, podemos classificar os fatores mais recorrentes nas Escolas pesquisadas como fatores internos, que ocorrem em decorrência do processo

pedagógico, e fatores externos, aqueles que ocorrem independentemente às ações da escola.

Ressaltamos que as escolas têm a responsabilidade de fortalecer os respectivos projetos políticos pedagógicos para evitar a incidência dos fatores internos aqui destacados (desinteresse do aluno) e minimizar ao máximo possível, com ações educativas de mobilização e sensibilização, a interferência dos fatores externos aqui mencionados pelos entrevistados (gravidez na adolescência, falta de dinheiro para o transporte, falta de apoio e incentivo da família, álcool e drogas).

Deste modo, a escola possui um papel fundamental no combate ao abandono escolar, mesmo considerando os diversos fatores externos e internos que incidem sobre ele, visto que, o aluno está inserido no processo de escolarização por meio dela.

Com o intuito de tornar a escola mais atrativa, é imprescindível a realização de projetos pedagógicos que tragam maior dinamicidade e motivação ao processo de ensino e aprendizagem.

Quanto aos projetos desenvolvidos nas escolas para a prevenção e redução do abandono escolar, o CRAE destaca as Brigadas Escolares – um desdobramento do Projeto Permanecer da SEDUC/AM, que tende a intervir em relação aos alunos infrequentes: identificando, contactando as famílias, chamando na escola, atendendo, orientando, registrando, articulando parcerias, realizando encaminhamentos para que este aluno regularize a sua frequência escolar.

Na Escola Real, o GR destaca o ProEmi, que oferece cursos no contraturno aos alunos com maiores dificuldades, o Projeto Horta e o Grêmio Estudantil.

Já o GE destaca na Escola Êxitos a realização do projeto de integração e de motivação escolar no noturno, realizado ao final de cada bimestre, com a premiação da turma que mais resgatou alunos faltosos para a escola, com palestras motivacionais. No diurno, segundo o GE, a Escola Êxitos realiza atividades desportivas, culturais e sociais. Todas as atividades tendem a envolver todos os alunos para mantê-los na escola querendo ser um bom cidadão.

É interessante perceber a diferença na realização dos projetos pedagógicos nas duas escolas. O GR destaca o ProEmi, realizado no contraturno para alguns alunos que aderem aos cursos oferecidos. Porém, podemos inferir que não há um alcance de 100% dos alunos. O GE incentiva a realização de projetos voltados à motivação e valorização dos alunos e isso pode ser um fator positivo para a

permanência dos alunos na escola, uma vez que é esperada a participação de 100% dos alunos.

O GR afirma que todos os projetos do ProEmi estão sendo bem aceitos, tais como: reforço da Língua Portuguesa e Matemática, iniciação científica, Horta, Projeto de Língua Inglesa, indicação e encaminhamento ao Mercado de Trabalho. Para o GE, os projetos que os alunos mais se interessam são os que envolvem as atividades culturais e desportivas. Os dois gestores escolares enfatizam que os alunos gostam de atividades desportivas na quadra. Na Escola Real, os cursos de preparação para o mercado de trabalho do ProEmi são outros considerados favoritos pelos alunos.

Esses dados podem ser ratificados com a manifestação dos alunos quando cerca de 70% deles demonstraram uma avaliação positiva com relação à Gestão da escola. Com relação aos professores, 75% apresentaram uma avaliação positiva. Apenas 25% manifestaram uma opinião negativa sobre os professores e 30% sobre os gestores escolares.

Contudo, é importante ressaltar que, embora haja uma avaliação positiva sobre os gestores e professores, apenas 41,2% dos alunos disseram que a escola é acolhedora, 23% dos alunos sugerem que a escola deve realizar atividades motivacionais aos alunos e 17% sugerem que a escola deve ajudar mais aos alunos. Sendo assim, podemos ver os alunos manifestando a necessidade de ter uma escola mais atrativa, que motive mais e empática às necessidades deles.

Outra solução encontrada nos estudos de Hiromi e Gois (2017), conforme já apresentado no início deste capítulo, é o protagonismo juvenil como uma ação bem sucedida na busca ativa dos colegas que abandonaram a escola. Essa ação de protagonismo juvenil na busca ativa de alunos infrequentes também está prevista na Meta 3 do PEE, em que ressalta o incentivo e apoio às organizações de estudantes, para que os jovens participem de uma gestão democrática nas escolas estaduais, especialmente nas escolas de Ensino Médio.

Das duas escolas estudadas, foi possível observar o incentivo ao protagonismo juvenil na Escola Êxitos, a que apresenta a menor taxa de abandono escolar. A educação entre pares tende a apresentar resultados surpreendentes. Os jovens quando protagonistas podem manifestar maior envolvimento e compromisso com a Educação e com as atividades pedagógicas da escola.

Considerando o perfil dos alunos pesquisados nas Escolas Real e Êxitos, o protagonismo juvenil pode ser uma estratégia em potencial para a redução do abandono escolar, considerando: 1) que a maioria é maior de idade, adultos, que supostamente com maturidade a desenvolver liderança positiva sobre os colegas; 2) 17% se declaram como chefes de família, e lideram um grupo familiar; 3) 67% estão trabalhando, então já apresentam um contato corporativista; e 4) 62% declararam que eles mesmos são os responsáveis por sua educação.

Para reduzir ainda mais as taxas de abandono escolar as escolas devem, segundo o CRAE, fortalecer a suas equipes pedagógicas, para que haja ao menos uma pessoa na escola responsável pelas ações de prevenção e redução do abandono escolar, que deverá participar de formações, atualização de procedimentos disseminados pela SEDUC/AM.

Foi indagado aos gestores escolares sobre o que a escola poderia fazer a mais para reduzir as taxas de abandono escolar. O GE afirma ser necessário que a escola promova maior integração com a comunidade, envolvendo os comerciantes, a associação de bairro, igrejas. O GE propõe um maior envolvimento das famílias na escola e no acompanhamento do desempenho e da frequência dos filhos na escola.

Por meio dessas falas, podemos ratificar as divergências de olhares e de gestão entre os gestores GR e GE. O GR foca na demanda de integração com a comunidade externa, e o GE consegue reconhecer a necessidade de integrar a família no contexto pedagógico da escola, como um incentivo à permanência do aluno na escola, além de promover a valorização da Educação.

Sobre a participação da família na escola, o CRAE considera que este é um desafio. Muitas vezes, o pai e os responsáveis já não conseguem mais ter esse diálogo com os alunos. Então, percebe-se que esse distanciamento da família precisa ser trabalhado pela escola.

Segundo a LDB nº 9.496/1996, no Art. 12, inciso VII, a escola deve “informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996, s.p.). Deste modo, a legislação educacional brasileira enfatiza a responsabilização das escolas em realizar a aproximação da família dos alunos à escola, orientando-os como proceder para a promoção de um acompanhamento mais efetivo no processo de escolarização dos filhos.

Dentro desse contexto, o GR infere que, quando os alunos chegam à adolescência, os pais deixam de acompanhar os filhos na escola. Porém, cerca de 40% dos alunos declararam que alguém da família é responsável pela sua educação, cabendo à escola a melhoria da relação e colaboração mútua entre a escola e a família.

O GE afirma que os pais vão à escola, porém a sua participação poderia ser ainda melhor. O GE comenta que, devido ao acompanhamento do rendimento do aluno, por meio das planilhas pedagógicas, os pais dos alunos com baixo desempenho ou dos faltosos são chamados à escola e recebem em tempo hábil a situação atual do filho na escola. O *feedback* dos pais sobre essa estratégia das planilhas tem sido bem positivo, pois sabem da situação do filho antes do final do bimestre, com a disponibilidade de tempo para corrigir esse baixo desempenho no decorrer do bimestre.

Nesse ponto, encontramos outra divergência relevante entre os pontos de vista dos gestores GR e GE. O GR relata sobre a participação familiar com uma total descrença e descuido por parte dos pais. Já o GE ressalta que há uma participação da família, mas, poderia ser ainda melhor. O GE sinaliza ainda que a planilha de rendimento é uma ferramenta de aproximação da família dos alunos na escola, o que os disciplina a ir à escola com mais frequência para conhecer a atual situação escolar do filho e buscar saber como possibilitar melhorias.

Os alunos das Escolas Real e Êxitos avaliam como positiva a participação dos pais (95%), afirmando que eles comparecem às reuniões (55%), que conversam diariamente sobre a escola (50%) e, quando necessário, providenciam o material escolar (85%). O que demonstra uma disponibilidade de apoio e incentivo por parte da família aos alunos, mas que realmente deve ser mais bem incentivada pela escola, por meio de ações específicas de integração da comunidade escolar.

Foi indagado aos entrevistados sobre a tomada de conhecimento por parte das famílias acerca das faltas dos alunos. Foi unânime a opinião dos entrevistados quanto ao conhecimento da família sobre as faltas dos alunos na escola.

Segundo o CRAE, alguns pais até se “espantam” com a notícia das faltas dos filhos na escola, pois acreditam que o filho sai de casa para ir à escola todos os dias. “Então, num primeiro momento há esse choque” (CRAE, entrevistado em setembro de 2017). Após o choque, os pais são orientados na escola e assinam um Termo de Compromisso e Responsabilidade.

O CRAE ressalta que inicialmente os pais se comprometem, mas, depois deixam de cumprir com o que foi acordado na escola, reconhece que a escola deveria continuar tentando motivar os filhos, pois eles já não conseguem mais. O CRAE nos indica que a informação acerca da infrequência chega até os pais por meio de telefonemas, convocação na escola, visita domiciliar.

Ainda sobre a tomada de conhecimento dos pais com relação às faltas dos filhos, o GR nos informa que quando são alunos dos turnos matutino e vespertino, geralmente é com “espanto”, com descrédito, pois, não sabem das faltas dos filhos. “Mas, são casos específicos, geralmente são alunos envolvidos com drogas, ou são casos de meninas que estão namorando, e acabam se envolvendo emocionalmente e se afastam da escola, fogem de casa” (GR, entrevistado em setembro de 2017).

No entanto, para o GE, os pais recebem a notícia acerca da infrequência dos filhos na escola como algo esperado. “Pouquíssimos pais que ficam surpresos. Mas, a grande maioria age de uma forma normal, como se os estudos não fossem tão importantes” (GE, entrevistado em setembro de 2017). Para o GE, essa normalidade que os pais demonstram ocorre devido à família possuir baixa escolaridade e, por esse motivo, percebe que os pais acabam banalizando a educação dos filhos.

Quanto à participação da família na escola, segundo o GR, na Escola Real, os pais reagem com descrédito em relação às faltas dos filhos. GR relata que os alunos faltam e os pais não sabem que os filhos estão afastados da escola. Já na Escola Êxitos, o GE relata que não há esse estranhamento. Segundo o GE, há uma aparente normalidade dos pais diante da notícia da falta dos filhos, o que se percebe, de certa forma, que os pais já sabiam das condições dos filhos na escola.

Na Escola Real, o GR afirma que os pais dos alunos que comparecem na escola são os que realmente acompanham os filhos. Já os alunos que mais necessitam de acompanhamento, os pais tendem a não comparecer à escola, mesmo quando são chamados.

Contudo, é importante ressaltar que os alunos manifestaram que o convívio familiar se dá de forma positiva (91%), o que pode ser um aspecto facilitador no processo de comunicação entre a escola e a família.

Além disso, nas duas escolas estudadas, além das reuniões bimestrais de pais e mestres, os pais podem ir à escola em qualquer momento para falar com professores que deixam as suas atividades para atender aos pais imediatamente.

Por meio do trabalho do CRAE que visita as escolas semanalmente para o devido assessoramento.

Neste estudo, foi investigado ainda sobre o apoio da GEPPAE/SEDUC/AM, no combate ao abandono escolar nas escolas da CDE 05. É unânime o relato dos entrevistados, ao qual descrevem que o referido apoio se dá por meio de um fluxo: GEPPAE - CDE 05 – Escola, em que são disseminadas as diretrizes, as orientações e instrumentos de registros.

Entretanto, o GR reforça que quem faz o acompanhamento do projeto permanecer é o pedagogo e o CRAE/CDE05. E, critica que as ações de busca ativa são feitas com recursos próprios da escola ou do professor, que correm riscos para resgatar os alunos infrequentes durante as visitas domiciliares.

Foi indagado aos entrevistados como seria o apoio do Conselho Tutelar em relação ao acompanhamento aos alunos infrequentes nas escolas estaduais da CDE 05.

Nesse contexto, o CRAE ressalta que tem recebido críticas dos gestores escolares sobre o atendimento do Conselho Tutelar, quanto ao atendimento imediato, devido às dificuldades de logística e de deslocamento.

De um modo geral, o CRAE afirma que são poucos os casos que são encaminhados ao Conselho Tutelar, “somente aqueles que realmente necessitam da intervenção deles”. (CRAE, entrevistado em setembro de 2017). As ações que necessitam de uma efetiva intervenção do Conselho Tutelar referem-se às que envolvem alguma situação de violação de direitos de criança e adolescente. O CRAE sugere que haja maior mobilização da SEDUC para o fortalecimento da parceria com o Conselho Tutelar.

A fala do GR demonstrou certo descrédito da atuação do Conselho Tutelar, ele acha que são “cabides políticos” (GR, entrevista realizada em setembro de 2017). Portanto, foi notório que não há nenhuma consolidação da parceria entre a escola e o Conselho Tutelar.

Já o GE afirmou que na Escola Êxitos o Conselho Tutelar é bem atuante, principalmente nos turnos matutino e vespertino. Relatou que sempre comparecem quando são chamados a intervir com os pais dos alunos em situação de infrequência ou que têm baixo desempenho. E nesse sentido, podemos inferir que essa parceria com o Conselho Tutelar tem agregado valor nas ações de prevenção e redução do abandono escolar.

Promover uma Educação de qualidade é uma missão complexa, porém, a escola não seria capaz de corresponder a essa missão sozinha, isolada. A articulação de parcerias externas à escola, para o fortalecimento dos projetos pedagógicos, é uma estratégia valorosa e muito produtiva.

Segundo o CRAE, as escolas da CDE 05 realizam parcerias com: Conselho de Segurança, Associação de Moradores, empresas privadas, faculdades.

O GR destaca a parceria com faculdades, igrejas Católica, Adventista e Universal, a Associação de Bairro, porém, somente com a ação de cedência do espaço físico da escola. Com relação à Associação de Bairro, o GR ressalta que é uma parceria limitada devido às influências político-partidárias que não são aceitáveis pra ele.

O GE relata a parceria com a CDE 05, com a GEPPAE, com a Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM, que é uma Instituição de Ensino Superior, em que a Coordenação de Psicologia realiza palestras motivacionais na escola.

Deste modo, é discrepante a diferença entre as duas escolas pesquisadas, inclusive nessa relação de parcerias. A educação de qualidade necessita que a escola ultrapasse os muros e construa uma rede de relações com a comunidade, com a sociedade civil e governamental, com as universidades, com as redes de proteção, de garantias de direitos, enfim, com todos os dispositivos possíveis.

Todas essas ações de prevenção e redução ao abandono escolar descritas devem ser sistematizadas e sincronizadas com as metas e objetivos da SEDUC, por meio da GEPPAE, CDE e escolas. Nesta interface, o CRAE assessora a gestão escolar para a realização do diagnóstico da situação de abandono nas escolas, elaboração de um plano de ação de prevenção e redução do abandono em cada escola, registro de ações executadas nos instrumentos apresentados, acompanha as ações executadas nas escolas com relação à busca ativa, aos procedimentos estabelecidos e atendimento aos alunos resgatados.

O CRAE relata que todo seu trabalho na CDE 05 foi atrelado à equipe da Coordenação Adjunta Pedagógica do Ensino Médio, o que pode ser considerada uma estratégia relevante, tendo em vista que esta etapa da educação básica é a que precisa de maior atenção, devido às elevadas taxas de abandono escolar.

Por fim, apresentamos no Quadro 02 uma síntese dos pontos frágeis encontrados na pesquisa e as propostas de ações a serem desenvolvidas nas Escolas Real e Êxitos para minimização dessas fragilidades:

Quadro 2 - Síntese dos Pontos Frágeis da Pesquisa

Nº	PONTOS RELEVANTES DA PESQUISA	COMO MINIMIZAR O IMPACTO NA ESCOLA?
01	Principais motivos do abandono escolar em 2016: Para os alunos: 1) mudança de endereço; 2) trabalho; 3) falta de vontade de estudar; 4) falta de dinheiro para o transporte. Para os gestores: 1) drogas; 2) violência.	- Elaboração de um plano de ação contemplando a prática pedagógica diversificada focada nos motivos do abandono escolar apontados na pesquisa. - Atualização do Projeto Político Pedagógico da Escola, absorvendo as ações, atividades, projetos e programas que visam a redução do impacto desses motivos do abandono escolar.
02	Ineficiência do controle diário de frequência	- Intensificar o monitoramento do controle diário da frequência escolar.
03	Ineficiência da busca ativa dos alunos infrequentes	- Ampliar as ações de busca ativa aos alunos infrequentes; - Realização da Campanha de Mobilização para a Redução do Abandono Escolar.
04	Baixa participação da família na escola	- Implantar e implementar o Projeto Escola de Pais;
05	Conselho Tutelar pouco atuante	- Visita técnica no Conselho Tutelar com a finalidade de fortalecer a parceria com a escola.
06	Dificuldades dos alunos em conciliar o Trabalho com a escola.	- Oficinas de orientação profissional e valorização da educação.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos achados dessa pesquisa.

No capítulo 3, será apresentado o Plano de Ação Escolar (PAE), no qual serão apresentadas as ações de prevenção e redução ao abandono escolar a serem desenvolvidas nas Escolas Real e Êxitos durante todo o ano letivo.

No intento de elaborar o PAE, foram considerados alguns pontos relevantes da pesquisa, utilizados como referência para a elaboração das propostas do PAE, conforme Quadro 03:

Quadro 3 - Pontos Relevantes da Pesquisa

Nº	PONTOS RELEVANTES	RESPONSABILIDADE
01	Os alunos que abandonaram as Escolas Real e Êxitos, em sua maioria, são: maiores de idade e cursam a 1ª série do Ensino Médio; tem como principal chefe da casa a mãe ou madrasta, que possuem o Ensino Médio Completo e alguma atividade profissional; com uma renda familiar de até dois salários mínimos; Os alunos demonstram satisfação com o convívio familiar. Os gestores escolares sugerem maior integração com a comunidade na escola.	As escolas devem estabelecer continuamente o perfil dos alunos infrequentes, com a finalidade de conhecer essa demanda e, com isso, potencializar o planejamento das ações de prevenção e redução do abandono escolar,
02	Para os alunos “mudança de endereço” é o principal motivo do abandono escolar, seguindo a “falta de vontade de estudar”, “trabalho”. E em quarto lugar, foi verificado o destaque de três fatores: “gravidez”, a “falta de dinheiro para o transporte” e a “reprovação”. Os entrevistados destacam como motivos do abandono escolar, as drogas, a violência.	- A SEDUC/AM, por meio da GEPPAE e Coordenadorias, deve implantar e Implementar um Plano Estadual de Prevenção e Redução do abandono Escolar, contemplando as atribuições de todos os setores da SEDUC e parceiros intersetoriais da rede de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes. - A Escola deve atualizar os contatos e endereço dos alunos frequentemente no SIGEAM.
03	Segundo os alunos, a escola não havia entrado em contato com o aluno (67%). Dos que a escola entrou em contato, 41% disseram que foi por meio de comunicado. A análise do rendimento nas escolas é bimestral. “O controle da frequência se dá por meio do Diário Digital”, porém, não é efetivo.	- A equipe gestora da escola deve monitorar o controle diário de frequência e infrequência. - Identificar os alunos infrequentes em tempo hábil para a realização da busca ativa pela equipe escolar.
04	A busca por melhores condições de trabalho (32%) é o motivo que mais influenciou a decisão de retornar para a escola, seguido do “desejo de cursar um curso superior ou técnico profissional” (26%). Os alunos disseram que não estão propensos a abandonar em 2017, que pretendem concluir o Ensino Médio, que almejam fazer um curso técnico profissionalizante, e querem obter alguma atividade profissional futura de Ensino Superior.	- A SEDUC/AM, por meio da GEPPAE pode realizar oficinas de orientação profissional e mini cursos profissionalizantes, como atividades complementares, objetivando tornar a escola mais atrativa aos alunos e à comunidade escolar. - Realizar a feira das profissões, com exposições de instituições de ensino superior e profissionalizantes parceiros.

Quadro 3 – Pontos relevantes da pesquisa

(conclusão)

Nº	PONTOS RELEVANTES	RESPONSABILIDADE
05	Os alunos demonstraram uma avaliação positiva com relação à Gestão da escola e com os professores, e disseram ainda que a escola é acolhedora, porém, sugerem mais atividades de motivação e que busque ajudar mais os alunos;	A SEDUC/AM, por meio do DEGESC deve elaborar uma política de monitoramento e acompanhamento do clima escolar. A Escola deve inserir em seu PPP ¹⁵ e no plano escolar ações diversificada que trabalhem a motivação escolar dos alunos.
06	Foi constatado que a atuação do Conselho Tutelar é ineficaz.	A SEDUC/AM, por meio da GEPPAE e Coordenadorias realizar o Encontro Técnico da Educação com o Ministério Público e os Conselhos Tutelares.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos achados dessa pesquisa.

¹⁵ Projeto Político Pedagógico.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE: ALTERNATIVAS PARA A PREVENÇÃO E REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR EM DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO NO AMAZONAS

Este trabalho teve a finalidade de estudar os motivos que levaram os alunos das Escolas Real e Êxitos a abandonarem a escola. Além da pesquisa bibliográfica, foram utilizados na coleta de dados um questionário aos alunos e uma entrevista semiestruturada ao CRAE, e os gestores escolares GR e GE.

Para tanto, os dados coletados nesta pesquisa subsidiaram a elaboração deste terceiro capítulo, que apresenta o Plano de Ação Educacional.

Vale ressaltar que na maior parte das ações do PAE não será necessário um investimento financeiro adicional para realização dessas ações, uma vez que, as ações propostas no plano podem ser atendidas pela estrutura de insumos e serviços já prestados pela SEDUC/AM, programadas no Plano de Ações Articuladas (PAR) e no Plano Plurianual da SEDUC/AM.

As propostas do PAE serão apresentadas por meio da ferramenta 5W2H (MEIRA, 2003), em que cada ação proposta possa corresponder aos pontos relevantes elencados nesta pesquisa. Dessa forma, segundo Meira (2003), a ferramenta 5W2H atua como suporte no processo estratégico de uma instituição ou empresa, que permite, de uma forma simples, garantir as informações básicas e fundamentais às ações propostas no planejamento.

Neste contexto, as etapas para estruturação da ferramenta 5W2H, segundo Meira (2003), são: 1) *What?* (Que ação será desenvolvida?); 2) *Why?* (Por que será feito?); 3) *Who?* (Quem será o responsável pela ação?); 4) *Where?* (Onde será realizada a ação?); 5 – *When?* (Quando será realizada?); 6 – *How?* (Como será realizada?); 7 – *How Much?* (Quanto custará a ação?).

Portanto, na seção seguinte faremos a apresentação das ações que compõem o PAE, como resultado do processo de construção desta dissertação, e que poderão corroborar com o processo de melhorias das ações de prevenção e abandono escolar desenvolvidas nas Escolas Real e Êxitos.

3.1 AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELAS ESCOLAS REAL E ÊXITOS

A escola e toda a sua equipe possui alta relevância nas ações de prevenção ao abandono escolar. É de responsabilidade da escola a realização de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, um clima escolar positivo, a construção de uma gestão participativa, democrática, que busca sempre a superação de seus indicadores e rendimento. Todos esses fatores, quando positivos, tendem ao favorecimento da permanência do aluno na escola. Uma escola atrativa, que envolve positivamente os alunos e toda a comunidade escolar na sua prática pedagógica pode ser um ambiente favorável ao desenvolvimento e construção da aprendizagem e isso é significativo para que o aluno não se afaste da escola.

Neste contexto, propomos algumas ações que possam corroborar para a melhoria das ações de prevenção e redução do abandono escolar nas Escolas Real e Êxitos, conforme o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Ações a serem desenvolvidas nas Escolas Real e Êxitos

(continua)

	O quê?	Por quê?	Quem?	Como?	Quanto custa?
01	Reorganização do programa curricular do Ensino Médio	Flexibilizar o currículo, absorvendo componentes que atendam a demanda e aos interesses dos alunos.	Equipe gestora e pedagógica das escolas	Fórum de discussão na Jornada pedagógica	Sem custos
02	Atualização do Projeto Político Pedagógico da escola	Inserir as ações de prevenção e redução do abandono escolar.	Equipe pedagógica	Debates, avaliação nas reuniões pedagógicas	Sem custos
03	Projeto de identificação e intervenção ao aluno infrequente	Potencializar a sistematização do controle, identificação e atendimento ao aluno infrequente na escola.	Equipe gestora e pedagógica da escola	Elaboração de planilhas e relatórios por componente curricular para acompanhamento das faltas e rendimento.	Sem custos adicionais

Quadro 4 - Ações a serem desenvolvidas nas Escolas Real e Êxitos

(continua)

	O quê?	Por quê?	Quem?	Como?	Quanto custa?
04	Realização de uma Campanha de Mobilização para a Redução do Abandono Escolar	Mobilizar toda a comunidade escolar para a busca ativa de alunos infrequentes.	Gestor	Ampla divulgação no entorno da escola em parceria da comunidade escolar, associação de bairros e igrejas; Busca ativa aos alunos infrequentes; Caminhadas de sensibilização.	R\$ 10.000,00 (por escola)
05	Fortalecimento do protagonismo juvenil e engajamento dos alunos nas ações de combate ao abandono escolar	Potencializar o grêmio estudantil, o colegiado de representantes de turma e alunos monitores para a realização de ações de prevenção ao abandono escolar.	Equipe pedagógica da escola	Capacitação e Monitoramento	R\$ 1.000,00 (por escola)
06	Realização de um Workshop das Profissões	Incentivar os alunos a construir perspectivas de futuro por meio do processo de escolarização	Equipe pedagógica da escola	Palestras e oficinas em parceria com faculdades públicas e privadas	R\$ 9.000,00 (por escola)
07	Atividades de Motivação Escolar	Diversificar as atividades pedagógicas	Equipe pedagógica da escola	Palestras e oficinas, excursões, dinâmicas de integração, oficina de artesanato, torneios desportivos, etc.	R\$ 12.000,00 (por escola)
08	Reforço Escolar	Oportunizar aos alunos em situação de dificuldades pedagógicas o fortalecimento da aprendizagem e o preparatório para as avaliações externas e de acesso às universidades.	Equipe pedagógica da escola	Aulas extras de reforço escolar e preparatório para o acesso às universidades, em horários alternativos, na escola.	R\$ 20.000,00 (por escola)

Quadro 4 - Ações a serem desenvolvidas nas Escolas Real e Êxitos

(continua)

	O quê?	Por quê?	Quem?	Como?	Quanto Custa?
09	Projeto Escola de Pais	Potencializar a integração dos pais e responsáveis legais dos alunos na escola.	Equipe pedagógica da escola	Realização de cursos, oficinas, palestras.	R\$ 12.000,00 (por escola)

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2 REORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

As discussões sobre o currículo no Ensino Médio tem sido uma constante discussão na educação brasileira. É relevante considerar que a falta de interesse dos alunos na escola possa ter uma correlação com a falta de significado nos componentes trabalhados em sala de aula. E, conforme esta pesquisa, a falta de vontade de estudar ou desinteresse dos alunos apareceram como um dos principais motivos do abandono nas escolas Real e Êxitos.

É fundamental reorganizar o currículo escolar, garantindo que o conteúdo ensinado seja realmente significativo para o aluno e para a sociedade contemporânea. Deste modo, consideramos que um currículo inovador e atividades dinâmicas e diversificadas podem corroborar para o desenvolvimento do interesse dos alunos e, com isso, favorecer a permanência na escola.

Apresentamos como proposta 1 a reorganização do currículo da escola a ser realizada pela equipe pedagógica com base nos resultados obtidos, rendimento escolar, proficiência e progressão, assim como, nos interesses dos alunos, intensificando o trabalho pedagógico nas áreas que os jovens demonstram mais interesse, afinidade ou dificuldade.

Essa proposta não dispõe de custo financeiro e poderá ser realizada durante a jornada pedagógica que ocorre no início do ano escolar.

3.3 ATUALIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Como já foi discutido anteriormente, o abandono escolar é multifatorial, tendo em vista que um aluno quando decide ausentar-se da escola sofre a interferência de

vários fatores simultaneamente. Para tanto é relevante que a escola prepare-se para lidar com as adversidades que podem favorecer a permanência ou o afastamento do aluno da escola.

O Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta de suma importância na condução da prática pedagógica na escola e que pode oportunizar à escola o desenvolvimento de ações que contribuam para a prevenção e redução do abandono escolar. Ele direciona todo planejamento e desenvolvimento dos projetos, ações e atividades escolares, propiciando a dinamização do processo de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento de um ambiente pedagógico agradável e produtivo.

Para tanto, sugere-se que o PPP contemple ações específicas que favoreçam o desenvolvimento de um clima escolar positivo, um ambiente pedagógico estimulante e agradável a todos os membros da comunidade escolar, especialmente aos alunos, que são jovens, que necessitam maior estímulo para se engajarem nas atividades escolares.

Nesse contexto, sugere-se que no PPP sejam inseridas ações que visem a tornar a escola um ambiente participativo, que respeita as identidades e que trabalhe os alunos para o desenvolvimento da valorização da Educação para o sucesso pessoal e profissional, estimulando e motivando os alunos a atuarem contra o abandono escolar.

É importante que a escola proporcione aos alunos ações que visem a desenvolver perspectivas de futuro, ou seja, iniciativas que busquem relacionar o conteúdo escolar à vida cotidiana, contribuindo para a construção de uma visão da educação como algo necessário e desejável. Estas ações devem estar previstas no PPP.

Na reorganização do PPP é importante que sejam programadas as ações de acompanhamento e monitoramento do desempenho, proficiência e frequência escolar, com a finalidade de identificar precocemente as dificuldades, limitações e potencialidades pedagógicas. Deste modo, facilitaria a identificação do desinteresse escolar do aluno e conceder a ele um atendimento pedagógico específico às suas necessidades, concedendo ao aluno oportunidades de orientação e aconselhamentos para decidir permanecer na escola, superar as adversidades, resolução de conflitos, déficit de aprendizagem e finalizar o processo de escolarização.

Sugerimos ainda que o PPP oriente o trabalho pedagógico dos professores, como bons facilitadores e mediadores do processo de construção do conhecimento e da aprendizagem significativa.

Nesta pesquisa os alunos manifestaram uma opinião positiva em relação aos professores (76%) e gestão escolar (70%). Porém, em suas declarações sugerem que as escolas desenvolvam mais atividades de motivação e de ajuda aos alunos, o que pode justificar as proposituras desta seção.

Ressaltamos ainda, a importância de contemplar no PPP ações temáticas que promovam a prevenção de incidência de fatores que favorecem significativamente o afastamento do aluno da escola, como a gravidez na adolescência, drogas e violência no âmbito escolar. É fundamental que a prática pedagógica na escola promova o acolhimento a estes jovens em vulnerabilidade, com respeito e atenção para que eles se sintam parte desse processo e permaneçam na escola mesmo em adversidade. Isso porque tanto a gravidez, como as drogas foram fatores apontados pelos alunos e pelos gestores das Escolas Real e Êxitos como um dos motivos de abandono escolar.

A qualidade e efetividade do processo de ensino e aprendizagem são fatores substanciais para a permanência do aluno na escola. Uma prática pedagógica baseada na aprendizagem cooperativa, nas múltiplas inteligências e habilidades, no aprendizado baseado em projetos, com o uso de novas tecnologias educacionais pode ser mais atrativa e interessante aos alunos e isso deve vir clarificado no PPP.

3.4 PROJETO DE IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO AO ALUNO INFREQUENTE

Prevenir e reduzir o abandono escolar tem sido um desafio para as escolas. Para tanto, identificar o aluno infrequente precocemente pode ser uma estratégia efetiva para a realização da busca ativa deste aluno, e para que seja reengajado na escola. Nesse contexto, o controle diário da frequência é primordial.

A LDB nº 9.394/96 preconiza que é obrigação da escola o controle da frequência escolar dos alunos (BRASIL, 1996). Na SEDUC/AM, essa obrigação legal é reafirmada pelo Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas (AMAZONAS, 2010).

Nas escolas estaduais da capital¹⁶, a ferramenta de controle da frequência é o Diário Digital, que é muito semelhante ao modelo do diário em livro impresso. A principal diferença entre o Diário Digital e o de papel é a agilidade nos registros dos dados, especialmente a frequência escolar, pois possibilita o cálculo automático das médias, das faltas. Com essa ferramenta, os professores podem elaborar relatórios imediatos de assiduidade e desempenho dos alunos.

Contudo, não basta somente registrar a frequência ou as faltas dos alunos. É importante que cada escola elabore um projeto de identificação e intervenção imediata ao aluno infrequente, com a finalidade de evitar que ele abandone a escola.

Nesta pesquisa, 67% dos alunos disseram que a escola não entrou em contato com eles enquanto estiveram afastados. Deste modo, podemos observar que a escola possui um instrumento valioso de identificação do aluno faltoso e que pode estar sendo subutilizado nas escolas.

Para tanto, esta proposta 3 enfatiza a organização de um projeto pedagógico que visa à efetividade do controle diário da frequência escolar, o levantamento semanal de alunos faltosos e acompanhamento individual de cada aluno que esteja nessa situação de infrequência escolar ao longo do ano letivo. Identificar precocemente a infrequência escolar e intervir imediatamente sobre o aluno e seus responsáveis legais, é possibilitar o rompimento dos jovens de modo a interromper e reverter o processo do abandono escolar, com o apoio e envolvimento de toda a comunidade escolar.

Nas intervenções deverão ser realizadas a busca ativa dos alunos infrequentes por meio de comunicados, cartas, telegramas, *e-mails*, redes sociais, SMS, telefonema, visitas domiciliares, para que o aluno compareça à escola e receba as orientações devidas para a reinserção dele no espaço escolar, e plano alternativo para a recuperação de estudos e notas. Ao chegar à escola o aluno maior de idade deverá assinar um termo de responsabilidade para que não volte mais a faltar. Caso o aluno seja menor de idade, essa ação deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis legais. Caso o aluno menor reincida à infrequência o aluno deverá ser encaminhado ao Conselho Tutelar.

¹⁶ 100% das escolas da capital já usam a ferramenta do Diário Digital. No interior a cobertura ainda não universalizou devido a dificuldade com a internet local.

3.5 REALIZAÇÃO DE UMA CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA A REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR

Para que as ações de prevenção e redução do abandono escolar sejam efetivas e eficientes é fundamental que todos os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar sejam sensibilizados com a realidade das taxas elevadas e mobilizados à cooperação mútua.

O abandono escolar raramente ocorre de forma abrupta. Quando um aluno decide abandonar a escola, a sua decisão ocorre de forma gradual e progressiva. Portanto, a escola deve estar preparada para agir rapidamente nas ações de identificação e intervenção ao aluno infrequente.

Com o intuito de potencializar e dar maior amplitude às ações de busca ativa e prevenção do abandono escolar, apresentamos a proposta 4 que seria a Campanha de Mobilização para a Redução do Abandono Escolar.

Esta campanha tem como finalidade envolver os professores e demais funcionários da escola, os alunos, pais e comunitários no processo de busca ativa e sensibilização coletiva sobre a valorização da Educação como um instrumento de transformação pessoal, social e econômica do aluno e da sociedade em geral.

Nesta campanha destacamos a realização de palestras, oficinas, panfletagens no entorno da escola, nas igrejas, centros comunitários e estabelecimentos comerciais do bairro, caminhadas pelas ruas do bairro.

3.6 FORTALECIMENTO DO PROTAGONISMO JUVENIL E ENGAJAMENTO DOS ALUNOS NAS AÇÕES DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR

A qualidade da educação reflete um processo em que o aluno veja a escola como um ambiente atraente, instigante em que ele se sinta acolhido e valorizado. As ações de prevenção e redução do abandono escolar poderão ser potencializadas com o protagonismo juvenil e a educação entre pares. O engajamento dos jovens é indispensável nesse processo, tendo em vista que compartilham da mesma realidade, dificuldade e adversidades, possuem a mesma condição de comunicação e o poder de convencimento entre si.

Na escola o protagonismo juvenil poderá ser desenvolvido por meio do Grêmio Estudantil, Conselho de Representantes de Turma e grupos de Jovens

Multiplicadores. Os alunos podem realizar o controle de frequência diária¹⁷, relatório semanal a ser entregue ao professor conselheiro e ao coordenador pedagógico, ciclos de palestras e oficinas motivacionais, seminários, fóruns de discussão, rodas de conversas, contribuir com a escola na busca ativa de alunos infrequentes.

3.7 REALIZAÇÃO DE UM *WORKSHOP* DAS PROFISSÕES

No que se refere ao abandono escolar no Ensino Médio é comum encontrarmos um paradoxo do Trabalho como um dos fatores que incidem sobre o abandono escolar. Nesta pesquisa, tanto os alunos como os gestores escolares manifestaram a questão do Trabalho como um dos principais motivos que levaram os alunos a abandonarem a escola. Porém, nos questionários os alunos sinalizaram que o principal motivo que os trouxeram de volta à escola foi a “busca por melhores condições de trabalho”. Portanto, ora o fator trabalho é visto como a causa do abandono escolar, ora é vista como motivação em prosseguir com o processo de escolarização.

A proposta 6 refere-se à realização de um *workshop* das profissões, em parceria com a CDE, GEPPAE e instituições de ensino superior. Nesse *workshop* propomos a promoção de *stands* de exposição, palestras, oficinas sobre profissões e vocações, panfletagens na própria escola com a participação dos alunos e professores.

A finalidade deste *workshop* é proporcionar aos alunos de Ensino Médio das Escolas Real e Êxitus uma ampla oportunidade de refletir sobre as perspectivas de futuro, estabelecimento de meta profissional, objetivo de vida. Considerando que quando um sujeito possui uma meta profissional estabelecida tende a valorizar ainda mais o processo de escolarização e as possibilidades de abandono escolar podem ser reduzida.

3.8 ATIVIDADES DE MOTIVAÇÃO ESCOLAR

Os alunos manifestaram, nesta pesquisa, como sugestões à escola, a realização de atividades motivacionais e de ajuda aos alunos. Nesse contexto,

¹⁷ Esse controle não anula a obrigação do professor em realizar o registro diário da frequência escolar.

propomos que seja elaborado um projeto de integração na escola, com a finalidade de potencializar a motivação escolar entre os alunos.

Para tanto, sugerimos que o projeto contemple a realização de palestras, oficinas, introdução de dinâmicas de grupo de integração nas aulas, ações de valorização e reconhecimento de mérito de desempenho, assiduidade, engajamento e articulação, entre outros destaques.

O projeto deverá contemplar todos os turnos, porém, com maior ênfase no turno noturno, considerando que esse turno foi o que apresentou maior número de alunos que abandonou a escola.

Podem ser utilizadas outras atividades culturais e desportivas, tais como: torneios, excursões, concurso de paródias, dança, festival de talentos, oficina de artesanatos, entre outras atividades que os alunos demonstrem afinidades.

Ressaltamos que essas ações podem ser realizadas com os recursos distribuídos na APMC¹⁸ para a realização de projetos pedagógicos, assim como, de outros serviços contidos em Ata, já contratados e disponíveis na SEDUC/AM.

3.9 REFORÇO ESCOLAR

É comum que os alunos que passam um tempo distante da escola manifestam um maior desafio de readaptação e acompanhamento da turma ao retornar ao ambiente escolar. Eles podem manifestar déficit de aprendizagem, de conteúdos e notas. Nesse sentido, a Escola necessita elaborar uma proposta pedagógica diferenciada para lidar com essas especificidades.

A elaboração de um projeto de reforço escolar pode contribuir com a melhoria desse déficit. Além disso, o projeto de reforço escolar pode ser um espaço de preparação para o acesso às universidades e para as avaliações externas.

O Reforço escolar poderia ser uma ação valiosa para a promoção da permanência do aluno na escola, partindo do princípio de que os alunos retornaram à escola com o intuito de finalizar o ensino médio e alcançar o acesso as

¹⁸ Associação de Pais e Mestres - Entidade civil com personalidade jurídica própria, sem caráter lucrativo, formada por pais, professores, alunos e funcionários da escola. Geralmente, é regida por estatuto ou regulamento próprio definido por seus membros, de acordo com a legislação em vigor e as diretrizes do colegiado da unidade escolar. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/associacao-de-pais-e-mestres-apm/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

universidades e, com isso, conquistar maior qualificação para o mercado de trabalho.

3.10 PROJETO ESCOLA DE PAIS

Apesar dos alunos manifestarem que recebem apoio e incentivo dos familiares, que seus responsáveis legais são presentes na escola, os entrevistados declararam que as famílias dos alunos participam, mas, ainda é preciso melhorar essa participação na escola.

A participação da família na escola, segundo os entrevistados, pode impactar de forma significativa na decisão dos jovens a permanecerem na escola e concluírem a sua escolaridade.

Nesse sentido, é relevante que a escola possa desenvolver diversas ações para o incentivo à participação da família na escola e, com isso, promover a melhora do desempenho e da assiduidade do aluno na escola, em decorrência do devido acompanhamento, monitoramento, apoio e incentivo da família aos alunos.

Para tanto, a participação da família na escola não se restringe exclusivamente à responsabilidade de matricular ou receber o boletim escolar. Muitas das vezes, o fato de ser chamado à escola somente para receber o boletim escolar do filho, principalmente quando expressa um baixo desempenho, ou quando o aluno se envolve com algum problema, acaba repelindo a família da escola. A ideia que se organize na escola uma rotina positiva que rompa essa barreira entre elas.

A legislação brasileira preconiza que a Educação é dever da família e do Estado. Contudo, a participação da família na escola exige uma atitude por parte da família e da equipe escolar. O gestor escolar é considerado o principal mediador na construção dessa parceria entre a escola e a família, que, no ensino médio esse desafio se intensifica, considerando que seja a fase em que os alunos buscam independência e autonomia. E isso se reafirma na fala do GR quando diz que à medida que os alunos crescem a família deixa de acompanhá-los na escola.

Com o intuito de potencializar a participação da família dos alunos na escola, a proposta 8 refere-se à implantação e implementação do Projeto Escola de Pais, composto por diversas ações periódicas, tais como: fórum de discussão, seminários, palestras e oficinas com temáticas que fortaleçam o acompanhamento dos pais junto

à educação dos filhos. Além disso, sugerimos ainda que a integração família e escola ocorram também por meio de ações sociais, de integração, de solidariedade que possa intensificar de forma positiva a presença da família na escola.

É importante ainda que no cotidiano da escola as famílias sejam bem recebidas, mesmo em situações adversas, que haja uma via de comunicação efetiva entre a escola e a família e vice e versa, é primordial que o sucesso dos alunos seja sempre prioridade nessa parceria, a escola deve estar aberta para uma gestão participativa e democrática em colaboração mútua com a comunidade.

As redes sociais e as tecnologias da comunicação podem ser ferramentas facilitadoras nesse processo de aproximação entre a escola e a família no cotidiano escolar.

Os custos previstos para esta proposta podem ser investidos nos eventos periódicos de formação e capacitação, no custeio de monitores, palestrantes, instrutores e material pedagógicos. Esse custo pode ser usado com os recursos próprios da escola ou por meio dos serviços que a SEDUC/AM dispõe em Ata, em contrato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de identificar os motivos do abandono pelos alunos de duas escolas estaduais de Ensino Médio, sendo uma com maior taxa (Escola Real) e outra com menor taxa de abandono escolar (Escola Real e Êxitus) da Coordenadoria Distrital de Educação - CDE 05, em Manaus/AM.

Com o intuito de alcançar o referido objetivo, este trabalho foi desenvolvido em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos uma contextualização do abandono escolar no Ensino Médio, após a promulgação da LDB nº 9.496/1996 (BRASIL, 1996), no qual, abordamos as mudanças ocorridas na educação brasileira após o processo de universalização do Ensino Fundamental. Foi disposta uma série histórica do abandono escolar no Brasil e no Amazonas. Por fim, foi apresentada a estrutura da Gerência de Programas, Projetos e Atendimento ao Escolar - GEPPAE, da Coordenadoria Distrital de Educação 05 e das Escolas Real e E, no desenvolvimento de ações de prevenção e redução ao abandono escolar.

No segundo capítulo, foi disposto o percurso metodológico da pesquisa qualitativa sobre as causas do abandono nas escolas selecionadas e a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, correlacionando-os com os fundamentos teóricos construídos, abordando os fatores internos e externos que incidem sobre o abandono escolar. Dentro deste percurso, destacamos a pesquisa bibliográfica sobre o abandono escolar, a aplicação dos instrumentos metodológicos, sendo um questionário aos alunos que abandonaram a escola em 2016 e que estão matriculados em 2017, e uma entrevista semiestruturada ao CRAE, e aos gestores das Escolas Real e Êxitus.

No terceiro capítulo, apresentamos um Plano de Ação Educacional - PAE, com propostas de melhorias às ações de prevenção e redução do abandono escolar em duas escolas estaduais de Ensino Médio no Amazonas.

Esta pesquisa não pode contemplar todas as fragilidades encontradas, ou seja, não esgota a discussão sobre o tema, ao contrário, traz novas possibilidades de reflexão e pesquisa. Ressaltamos que o estudo desta pesquisa se restringe aos motivos do abandono escolar em duas escolas de Ensino Médio da CDE 05, em Manaus/Am. Deste modo, sugerimos que a rede estadual de ensino do Amazonas realize o estudo dos motivos do abandono em todas as escolas estaduais. O

resultado desse estudo oportunizará a rede a implementação de políticas de prevenção e redução do abandono escolar na rede estadual de ensino.

É de saber que a SEDUC/AM já implementou diversas políticas de combate ao abandono escolar. Contudo é relevante destacar que não basta somente ter políticas de prevenção e redução do abandono escolar é necessária maior efetividade. Portanto, conhecer os fatores que incidem sobre o abandono escolar na rede estadual pode propiciar maior eficiência, eficácia e efetividade às políticas a serem implementadas.

Esta pesquisa se ateve aos fatores internos da escola que podem favorecer a ocorrência do abandono escolar e o principal motivo enfatizado seria o desinteresse dos alunos pela escola, o que os alunos pesquisados chamaram de “falta de vontade de estudar”.

Muitas vezes, a baixa qualidade dos serviços educacionais ofertados na escola pode, também, favorecer o desinteresse dos alunos, o que culmina com a ocorrência do abandono escolar. Uma aprendizagem significativa depende diretamente da qualidade do ensino desenvolvido na escola e, conseqüentemente na decisão de permanecer na escola.

Nesse caso, podemos inferir que a causa do desinteresse dos alunos, também, pode estar relacionada à falta de atratividade na escola. Desse modo, propomos no PAE ações que possam trazer dinamismo, integração, participação e mobilização da comunidade escolar, o protagonismo juvenil. Ações que possibilitará a toda escola mudanças de atitudes e quebras de paradigmas.

Podemos destacar que um dos pontos relevantes desta pesquisa foi a divergência de olhar sobre o abandono escolar entre os dois gestores, além da forma como cada um desenvolve a gestão, especialmente em relação às ações de identificação e atendimento ao aluno em situação de infrequência escolar. E essa divergência é muito relevante para esta pesquisa, tendo em vista a diferença significativa nas taxas de abandono escolar entre as escolas Real e Êxitos.

O que se pôde constatar é que na escola Real, há uma cobrança do trabalho de prevenção e redução do abandono escolar. Mas, o que se observou é que o trabalho ainda é superficial, não tendo sido absorvido como uma demanda do trabalho pedagógico cotidiano da escola. Já na Escola Êxitos, percebemos um maior envolvimento da comunidade escolar, havendo um trabalho sistemático dos

professores no acompanhamento da frequência e desempenho dos alunos. Além disso, há também a intervenção imediata após a identificação do aluno faltoso.

Portanto, enfatizamos que o objetivo desta pesquisa foi alcançado e que a construção desse conhecimento, além dos dados analisados, favorecerá melhorias na minha atuação profissional e nas ações desenvolvidas nas Escolas Real e Êxitos.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM). **Desempenho das escolas estaduais – 2014 a 2016**. Manaus, AM, 2017a. Disponível em: <<http://www.sadeam.caedufjf.net>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM). **Censo Escolar – 2010 a 2016**. Manaus, AM, 2017b. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br/sistema-integrado-de-gestao-educacional-do-amazonas-sigeam>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

_____. **Lei nº 4.183 de 26 de junho 2015**. Estabelece o Plano Estadual de Educação e dá outras providências. Manaus, AM, 2015a. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/PEE/AMPEE.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Gerência de Programas, Projetos e Atendimento ao Escolar. **Plano de Gestão da Gerência de Programas, Projetos e Atendimento ao Escolar – GEPPAE**. Manaus, AM, 2015b.

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Departamento de Planejamento e Gestão Financeira. Gerência de Pesquisa. **Causas da Evasão Escolar** – Interior. Manaus, AM, 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino. Conselho Estadual de Educação. Resolução. **Resolução nº 122, de 30 de novembro de 2010**. Estabelece o regimento geral das escolas estaduais do Amazonas. Manaus, AM, 2010. Disponível em: <http://www.cee.am.gov.br/?option=com_phocadownload&view=category&id=21:2010&Itemid=194>. Acesso em: 29 maio 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política**, Florianópolis, v.2, n. 1, p.68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar – 2016**. Rio de Janeiro, RJ, 2017a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Exame Nacional do Ensino Médio** [online]. Brasília, DF, 2017b. Disponível em <http://enem.inep.gov.br/#/antes?_k=uo550>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Acesso a informação. **Dados do IDEB – 2015 já estão disponíveis para consulta** [online]. Brasília, DF, 08 set. 2016a. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/artigo2/-/asset_publisher/GngVoM7TApe5/content/dados-do-ideb-2015-ja-estao-disponiveis-para-consulta/21206?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Finep.gov.br%2Fweb%2Fguest%2Fartigo2%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_GngVoM7TApe5%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2015**. Rio de Janeiro, RJ, 2016b. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>>. Acesso em: 29 maio 2017.

_____. **Programa Ensino Médio Inovador**. Brasília, DF, 2016c. Disponível em: <<http://educacaointegral.mec.gov.br/proemi>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – síntese de indicadores 2014**. Rio de Janeiro, RJ, 2015a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar - 2014**. Rio de Janeiro, RJ, 2015b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **PNE em Movimento**. Brasília, DF, 2015c. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/monitorando-e-avaliando>>. Acessado em: 04 set. 2017.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar -2012**. Rio de Janeiro, RJ, 2013a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/default.shtm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. Brasília, DF, 2013b Disponível em <<http://pactoensinomedio.mec.gov.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. **Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013**. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação. Brasília, DF, 2013c. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/portaria1140.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude. Brasília, DF, 2013d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico - 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010a. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º

do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 18 maio 2017.

_____. **Lei nº 10.287, de 20 de setembro de 2001.** Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 2001a. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10287.htm>. Acesso em: 15 out 2016.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001b. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10172.htm>. Acesso em: 15 out 2016.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília, DF, 2000. Disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br/seb/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 26 de junho de 1998.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/res0398.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Básica - 1997.** Brasília, DF, 1998. Disponível em <
<http://www.inep.gov.br/censosuperior> em 21/07/2006>. Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 18 mai. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Atualizada com as emendas constitucionais promulgadas. Brasília: 1988. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 29 mai. 2016

CANGUÇU, K. L. A.. **Estudos da associação entre clima escolar e o desempenho médio de alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental**. 284f. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A3FHN6/tese_doutorado_katia_2015.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 out. 2017.

CASTELAR, P.U. de C.; MONTEIRO, V.B.; LAVOR, D.C. Um estudo sobre as causas de abandono escolar nas escolas públicas de ensino médio no Estado do Ceará. In: ENCONTRO ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, VIII, Fortaleza, 20 de novembro de 2012. **Anais...** Fortaleza: IPEA, 2012. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2012/um_estudo_sobre_causas_abandono_e_scolar_publicas_ensino_medio_ceara_2o_lugar.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

CASTRO, A. S. **A Implantação do Diário Digital nas Escolas Públicas Estaduais de Manaus (AM)**. 120f. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Juiz de Fora, MG, 2016. Disponível em:<<http://www.mestrado.caedufjf.net/a-implantacao-do-diario-digital-nas-escolas-publicas-estaduais-de-manaus-am/>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

CASTRO, M. H. G.de. **Avaliação do sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

CORTELLA, M. S. **A Escola e o Conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 14. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FERNANDES, R. Ensino Médio: **Como aumentar a atratividade e evitar a Evasão?** São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto Unibanco, 2013. Disponível em: < http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/ensino_medio-como_aumentar_a_atratividade_e_evitar_a_evasao.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

FRITSCH, R.; VITELLI, R. F. Evasão escolar, a escola e o mercado de trabalho: o que dizem jovens do ensino médio de escolas públicas. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED: educação, movimentos sociais e políticas governamentais, Curitiba, PR, 24 a 27 de julho de 2016. **Anais...** Curitiba: UFPR/ANPED, 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2_ROSANGELA-FRITSCH-RICARDO-FERREIRA-VITELLI.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

FONSÊCA, P.N.; LOPES, B.J.; PALILOT, R.M.; ESTANISLAU, A.M.; COUTO, R.N.; COELHO, G.L.H. Engajamento escolar: explicação a partir dos valores humanos. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 611-620, set./dez. 2016: Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n3/2175-3539-pee-20-03-00611.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação** [online], n.14, v.14, p.108-130, maio/ago. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf> >. Acesso em: 29 maio 2016.

HIROMI, F.; GOIS, A. Caminhos para combater a evasão escolar. **Aprendizagem em Foco**, n. 28, p.01-04, jun. 2017. Instituto Unibanco. Disponível em:<http://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Aprendizagem_em_foco-n.28.pdf>. Acesso em: 07 set. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

LIMA, L. C. A. Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 231, p. 268-284, maio/ago. 2011.

LOPES, N. **Como combater o abandono e a evasão escolar** [online]. Nova Escola, Gestão Escolar, 01 Abril, 2010. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/644/como-combater-o-abandono-e-a-evacao-escolar>>. Acesso em: 06 Set. 2017.

NEUBERT, L. F. **Expansão educacional e desigualdade de raça no Brasil**. Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 18, n. 3 p. 117-145, nov.2013/fev.2014.

MARTINS, E. B. C. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora UNESP. 2012. Disponível em:

<<http://static.scielo.org/scielobooks/d4swh/pdf/martins-9788539302437.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

MERITTI; FUNDAÇÃO LEMNN. QEDU Academia. **Evasão escolar** [online]. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://academia.qedu.org.br/censo-escolar/evasao-escolar/>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NERI, M. C. (Coord.) **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

OLIVEIRA, I. C.V.; SALDANHA, A. A. W. Estudo comparativo sobre a perspectiva de futuro dos estudantes de escolas públicas e privadas. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 20, n.45, p. 47-55, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000100007>. Acesso em: 25 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONUBR. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. **PNUD em ação: Relatório Anual 2012** [online]. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pnud-em-acao-relatorio-anual-2012/>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

PEREIRA, F. A. M.; OLIVEIRA, E. de; TEIXEIRA, J. C. M. A influência do clima e cultura organizacional na gestão de uma escola do ensino fundamental. **Qualit@s Revista Eletrônica** [online], v.14, n.1, p. 01-16, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/1521/925>>. Acessado em: 25 Out. 2017.

PORTAL DA ADMINISTRAÇÃO. **5W2H - Como utilizar e suas vantagens**. 2014. Website. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/12/5w2h-o-que-e-e-como-utilizar.html>>. Acesso em 18 nov. 2017.

SILVA, M.R.da. Ensino Médio após LDB de 1996: Trajetórias e perspectivas. **Ensino médio em diálogo** [online], Niterói, Universidade Federal Fluminense, 16 mar. 2013.

Disponível em: <<http://www.emdialogo.uff.br/content/o-ensino-medio-apos-ldb-de-1996-trajetorias-e-perspectivas>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

SOARES, S. S. D. **A repetência no contexto internacional**: o que dizem os dados das avaliações das quais o Brasil não participa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ IPEA, Brasília, DF, ago. 2007 (Texto para Discussão n. 1300).

SOARES, T. M.; FERNANDES, N. S. ; NOBREGA, M. C.; NICOLELLA, A. C.. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.41, n. 3, p.751-772, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0757.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

VASCONCELOS, M. de D. M. C.. **Abandono e Absentismo Escolar no Concelho de Ponta Delgada**. 144f. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2013. Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3804/1/DISSERTACAO%20ABANDONO%20ESCOLAR%20MARIA%20-%20%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A — ROTEIRO DE ENTREVISTA DO GESTOR ESCOLAR

ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTOR ESCOLAR

Caro (a) Gestor (a),

Este trabalho tem como objetivo investigar os motivos que incidiram na decisão dos alunos abandonarem a escola em 2016. A pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF. A aplicação será feita com os gestores escolares de cinco escolas de Ensino Médio da CDE 05/AM. Sua colaboração é de grande importância, pois suas respostas, e a veracidade delas, serão fundamentais para a qualidade da pesquisa. Sua identidade e respostas serão sigilosas.

Desde já agradeço antecipadamente a sua colaboração.

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Escola Estadual	
Nome:	
1. Sexo: () M () F	2. Idade:
3. Qual a sua formação?	
4. Quanto tempo de experiência na gestão escolar? ____ Anos ____ meses	
5. Há quanto tempo você exerce a função de Direção nesta Escola? ____ Anos ____ meses	
6. Já exerceu a função de gestor em outra(s) escola(s)? Se sim, quais? Por quanto tempo?	

DADOS SOBRE A GESTÃO E O SEU COTIDIANO NA ESCOLA

7. Quais as modalidades de ensino ofertada pela escola e em quais turnos?		
Matutino	Vespertino	Noturno
8. O espaço físico da escola é composto por quais ambientes?		
9. Quais os espaços físicos da escola que os alunos demonstram maior interesse em usar?		
10. Como se dá a sua rotina diária de trabalho? Descreva-a		
11. Como está composta a sua equipe gestora? (administrativa) Relacione-a por turno		
12. E a sua equipe pedagógica? Relacione-a por turno.		
13. Existe carga vaga de professor na escola? E o absenteísmo de professores é alto? Como a escola intervém na ausência de professor?		

PROJETOS E PROGRAMAS IMPLEMENTADOS NA ESCOLA PARA A PREVENÇÃO AO ABANDONO ESCOLAR

14. Em sua opinião, o índice de abandono escolar é alto nessa escola? Por que?
15. O rendimento escolar foi divulgado a quem e de que forma?
16. Como a escola realiza o controle da infrequência escolar? Com qual frequência é realizado esse controle?
17. Em sua opinião, quais os motivos mais recorrentes de infrequência escolar? Há uma relação direta com a taxa de abandono dessa escola?
18. Em sua opinião, qual o perfil dos alunos que abandonam a escola?
19. Quais projetos e programas são desenvolvidos na escola?
20. Quais os projetos e programas que os alunos demonstram maior interesse?
21. Em sua opinião, o que a escola poderia fazer para reduzir a taxa de abandono escolar?

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS

22. Como se dá a participação da família e responsáveis legais dos alunos na escola?
23. A família toma conhecimento das faltas dos alunos? De que forma?
24. Como a família se comporta diante das faltas dos filhos a escola?
25. Como se dá o relacionamento dos pais com os professores? Há uma rotina?

PARCERIAS INTERSETORIAIS EXTERNAS À ESCOLA

26. Como é o apoio da Geppae/SEDUC no combate ao abandono escolar?
27. Como a CDE 05 assessora e acompanha as ações de prevenção e redução do abandono escolar?
28. Como a escola se relaciona com o Conselho Tutelar para acompanhamento aos alunos infrequentes?
29. Que outras parcerias que a escola dispõe no desenvolvimento de ações de prevenção e redução do abandono escolar?

APÊNDICE B — ROTEIRO DE ENTREVISTA AO COORDENADOR DA REDUÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR DA CDE 05

ROTEIRO DE ENTREVISTA – CRAE/CDE 05

Caro Coordenador,

Este trabalho tem como objetivo investigar os motivos que incidiram na decisão dos alunos abandonarem a escola em 2016. A pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF. A aplicação será feita com os gestores escolares de escolas de Ensino Médio e o CRAE da CDE 05/AM. Sua colaboração é de grande importância, pois suas respostas, e a veracidade delas, serão fundamentais para a qualidade da pesquisa. Sua identidade e respostas serão sigilosas.

Desde já agradeço antecipadamente a sua colaboração.

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:	
1. Sexo: () M () F	2. Idade:
3. Qual a sua formação?	
4. Quanto tempo de experiência na Coordenadoria? ____Anos ____meses	
5. Há quanto tempo você exerce a função de CRAE? ____ Anos ____ meses	
6. Já trabalhou em escolas? Se sim, quais? Por quanto tempo? E quais funções?	

DADOS SOBRE O COTIDIANO NA CDE 05 E NAS ESCOLAS

7. Como se dá a sua rotina diária de trabalho? Descreva-a
8. Como se estabelece sua relação de trabalho com os demais técnicos da CDE 05?
9. Como se desenvolve o seu assessoramento à gestão escolar e sua equipe?

PROJETOS E PROGRAMAS IMPLEMENTADOS NA ESCOLA PARA A PREVENÇÃO AO ABANDONO ESCOLAR

10. Em sua opinião, o índice de abandono escolar é alto nessa CDE? Por que?
11. O rendimento escolar foi divulgado a quem e de que forma? E nas escolas, como foi?
12. Como as escolas realizam o controle da infrequência escolar? Com qual frequência é realizado esse controle?
13. Em sua opinião, quais os motivos mais recorrentes de infrequência escolar? Há uma relação direta com a taxa de abandono dessa escola?

14. Na sua opinião, qual o perfil dos alunos que abandonam a escola?

15. Quais projetos são desenvolvidos nas escolas para a prevenção e redução ao abandono escolar? Tem surtido efeitos positivos?

16. Em sua opinião, o que poderia a escola fazer para reduzir a taxa de abandono escolar?

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS

17. Como se dá a participação da família e responsáveis legais dos alunos nas escolas?

18. A família toma conhecimento das faltas dos alunos? De que forma?

19. Como a família se comporta diante das faltas dos filhos a escola?

PARCERIAS INTERSETORIAIS EXTERNAS À ESCOLA

20. Como é o apoio da Geppae/SEDUC no combate ao abandono escolar na CDE 05?

21. Como é o apoio do Conselho Tutelar para acompanhamento aos alunos infrequentes nas escolas estaduais CDE 05?

22. Que outras parcerias que a escola dispõe no desenvolvimento de ações de prevenção e redução do abandono escolar?

APÊNDICE C — QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

QUESTIONÁRIO – ALUNO

Caro (a) Aluno (a),

Este trabalho tem como objetivo investigar os motivos que incidiram na decisão dos alunos abandonarem a escola em 2016. A pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF. A aplicação será feita com os alunos de escolas de Ensino Médio da CDE 05/AM. Sua colaboração é de grande importância, pois suas respostas, e a veracidade delas, serão fundamentais para a qualidade da pesquisa. Sua identidade e respostas serão sigilosas.

Desde já agradeço antecipadamente a sua colaboração.

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome:	
1. Sexo: ☐ M ☐ F	2. Idade:
3. Série ☐ 1ª ☐ 2ª ☐ 3ª	4. Turno: ☐ Matutino ☐ Vespertino ☐ Noturno
5. Estuda nessa escola desde quando? ☐ desde 2017 ☐ desde 2016 ☐ desde 2015 ☐ antes de 2014	

LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, CULTURAL E FAMILIAR

6. Com quem você mora? ☐ sozinho ☐ Pai ☐ Mãe ☐ Esposo(a) ☐ Outros: _____	
7. Contando com você, quantas pessoas moram na sua casa?	
8. Quem é o chefe da sua casa? ☐ Eu mesmo ☐ Mãe/madrasta ☐ Pai/padrasto ☐ Tio/tia ☐ Avô/avó ☐ outros _____	
9. Qual a escolaridade de seu pai? ☐ Não estudou ☐ Ensino Fundamental (1º grau) incompleto ☐ Ensino Fundamental (1º grau) completo ☐ Ensino Médio (2º grau) incompleto ☐ Ensino Médio (2º grau) completo ☐ Ensino Superior incompleto ☐ Ensino superior completo ☐ Pós Graduação ☐ Não sei	
10. Qual a escolaridade de seu mãe? ☐ Não estudou ☐ Ensino Fundamental (1º grau) incompleto ☐ Ensino Fundamental (1º grau) completo ☐ Ensino Médio (2º grau) incompleto ☐ Ensino Médio (2º grau) completo ☐ Ensino Superior incompleto ☐ Ensino superior completo ☐ Pós Graduação ☐ Não sei	
11. Qual é a principal ocupação do chefe da família? ☐ Desempregado ☐ Empregado Doméstico ☐ Funcionário Público ☐ Industriário ☐ Comerciante ☐ Vive De Bico ☐ Autônomo ☐ Aposentado	
12. Você mora em casa ☐ Alugada ☐ Cedida ☐ Própria ☐ Financiada	

13. Você recebe algum benefício financeiro? () Sim () Não					
14. Somando o que você ganha com o que as outras pessoas da sua família, a renda familiar é: () Até um salário mínimo () Entre um e dois salários mínimos () Entre três e cinco salários mínimos () Mais de cinco salários mínimos.					
15. Quem é o responsável pela sua educação? () Eu mesmo () Pai(Padrasto) () Mãe(Madrasta) () Tio/Tia () Avô/Avó () Outros					
Sobre seus pais ou responsáveis:	Sim	Não	Às vezes		
16. Incentivam você ir à escola?					
17. Conversam diariamente sobre a escola?					
18. Costumam ir à reunião de pais e mestres na escola?					
19. Providenciam o que for necessário para lhe manter na escola?					
Aspectos afetivos familiares	Excelente	Muito bom	Bom	Ruim	Não sei
20. Como você classifica o seu convívio com a sua família.					
SITUAÇÃO ESCOLAR					
21. Em relação ao seu desempenho na escola, você considera que seja ? () ÓTIMO ALUNO () BOM ALUNO () ALUNO REGULAR () MAU ALUNO () PÉSSIMO ALUNO					
22. Em relação ao seu comportamento na sala de aula, você se considera: () Ótimo aluno () Bom aluno () Aluno regular () Mau aluno () péssimo aluno					
23. Quantas vezes você abandonou a escola? () 01 VEZ () 02 VEZES () 03 VEZES () Mais de três vezes					
24. marque para cada ano o principal motivo que o levou a abandonar a escola	2014	2015	2016		
Doença					
Trabalho					
Gravidez					
Violência na escola					
Violência fora da escola					
Mudança de endereço					
Serviço militar					
Falta de dinheiro para o transporte					
Falta de vontade de estudar					
Falta de professor na escola					

Diferença de idade entre os colegas de turma			
Falta de material escolar			
Falta de merenda escolar			
Reprovação			
Dificuldade com os conteúdos na sala de aula			
Não gosta da escola			
Não gosta de um funcionário da escola			
Outros	Qual?		
25. Em algum momento a escola o procurou para saber os motivos que o levaram ao abandono? () Sim () Não			
26. Se sua resposta for afirmativa, de que maneira a escola se manifestou: () Recebi uma visita domiciliar () Recebi ligações telefônicas () Recebi comunicado da escola () Outras: _____			
27. Você considera a escola acolhedora? () Sim () Não () Às vezes			
28. Quanto aos seus professores, você se considera: () Satisfeito () Muito satisfeito () Insatisfeito () Muito Insatisfeito			
29. Quanto à gestão da escola, você se considera: () Satisfeito () Muito satisfeito () Insatisfeito () Muito Insatisfeito			
30. Quais motivos levaram você voltar a estudar? () Apoio e cobrança da família () Busca por melhores oportunidades de trabalho () Satisfação pessoal por concluir a escolaridade () O desejo de cursar nível superior ou curso técnico () Outros _____			
31. Você está propenso a abandonar a escola em 2017? () Sim () Não () Talvez			
32. Se sim, por qual motivo você abandonaria a escola em 2017? () Para trabalhar e ajudar a família () Porque não conseguia aprender () Porque as aulas eram monótonas () Porque não tinha condições de passar de ano () Por outras causas. Quais? _____			
PERSPECTIVA DE FUTURO			
33. Você gostaria de concluir: () Ensino Médio () Curso Técnico () Ensino Superior () Pós Graduação () Não Sei			
34. Que Profissão você quer exercer no futuro? _____			
35. O que a Escola pode fazer para incentivar você à concluir o Ensino Médio?			